

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

GUSTAVO GUERALDINI MICHETTI

**ANÁLISE E SUBJETIVIDADE: A GÊNESE DO *EU* NO PRIMEIRO
WITTGENSTEIN**

Dissertação de Mestrado

São Carlos

2017

GUSTAVO GERALDINI MICHETTI

**ANÁLISE E SUBJETIVIDADE: A GÊNESE DO *EU* NO PRIMEIRO
WITTGENSTEIN**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia, para a obtenção do título de mestre em filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Bento Prado de Almeida Ferraz Neto

São Carlos

2017

Gueraldini Michetti, Gustavo

Análise e subjetividade: a gênese do eu no primeiro Wittgenstein /
Gustavo Gueraldini Michetti. -- 2017.

96 f. : 30 cm.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de São Carlos, campus São
Carlos, São Carlos

Orientador: Bento Prado de Almeida Ferraz Neto

Banca examinadora: Marcelo Silva de Carvalho, João Vergílio Gallerani

Cuter

Bibliografia

1. Sujeito. 2. Análise. 3. Primeiro Wittgenstein. I. Orientador. II.
Universidade Federal de São Carlos. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Filosofia

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Gustavo Gualdini Michetti, realizada em 11/08/2017:

Prof. Dr. Bento Prado de Almeida Ferraz Neto
UFSCar

Prof. Dr. João Vergílio Gallerani Cuter
USP

Prof. Dr. Marcelo Silva de Carvalho
Unifesp

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Capes, pela concessão da bolsa de estudos que possibilitou este trabalho.

Aos membros da banca, João Vergílio Cuter e Marcelo Carvalho, pelas correções e sugestões que melhoraram esta dissertação.

Ao professor Tuxo, pela orientação, paciência e cordialidade. Em especial, pelo grupo de estudos sobre os *Notebooks*, que indicou o rumo de minha pesquisa.

Aos membros do Ratel (Loki, Juliano, Felipão, Pat e Bobina), pela camaradagem e noites em claro; à Tabacaria (Capela, Bode, Gordinho e Taratum), pelo tabaco, embriagues, por me ensinar o que é fraternidade e por me proporcionar um segundo lar; ao Morto e ao Marcos, pela amizade e aos bons tempos; ao Márcio e à Luciete, por serem a minha segunda família; à Diana, pelo carinho, companheirismo e por sempre acreditar em mim.

À Ariane, por entrelaçar a sua vida com a minha, por todo o seu amor e esperança depositados em nós; também sou grato a sua dedicação (e paciência) em ler, corrigir e fazer apontamentos sobre o meu trabalho.

A minha família, por ser o meu alicerce espiritual e pela minha vida. Ao meu pai, por sempre me dar bons conselhos. A minha mãe, por sempre se dedicar em me fazer feliz. A minha irmã, por seu sorriso que sempre me enche de alegria.

RESUMO

Esta dissertação tem como propósito compreender a importância do sujeito para a filosofia do primeiro Wittgenstein. Parte-se das teses que João Vergílio Cuter desenvolve em seu artigo “*Por que o Tractatus necessita de um sujeito transcendental?*”. Cuter esclarece que, no *Tractatus*, o sujeito é caracterizado como uma necessidade lógica, responsável por nomear e operar sobre o sentido de uma proposição. A proposta desta dissertação é examinar, nos textos que precedem a obra de 1921, a gênese desse sujeito absolutamente necessário para a constituição do sentido proposicional. Para isso, examino como o conceito de análise está intimamente ligado ao conceito de proposição nos anos de 1913 e 1914, nas *Notes on Logic* e nas *Notes dictated to Moore*. Analiso como, nos *Notebooks (1914-1916)*, esse conceito constitui um problema para a autonomia da lógica e para a tarefa da filosofia. Mais tarde, nas anotações de 1915 e de 1916, constata-se que o “eu” está intimamente ligado à resolução desse problema. Com esse exame, é possível reconhecer que a noção de sujeito é fundamental para a resolução das questões presentes no percurso filosófico do primeiro Wittgenstein e, portanto, é possível estabelecer a gênese dessa noção para o *Tractatus*.

Palavras-chave: Sujeito, Análise, *Tractatus Logico-Philosophicus*, *Notebooks (1914-1916)*, Wittgenstein.

ABSTRACT

This dissertation aims to understand the importance of the subject to the philosophy of the first Wittgenstein. Part of the thesis that João Vergílio Cuter develops in his article "*Por que o Tractatus necessita de um sujeito transcendental?*" Cuter clarifies that, in the *Tractatus*, the subject is characterized as a logical necessity, responsible for naming and operating on the meaning of a proposition. The purpose of this dissertation is to examine, in the texts that precede the work of 1921, the genesis of this subject absolutely necessary for the constitution of the propositional meaning. To that end, I examine how the concept of analysis is closely linked to the concept of proposition in the years 1913 and 1914, in *Notes on Logic* and *Notes dictated to Moore*. I analyse how, in the *Notebooks (1914-1916)*, this concept constitutes a problem for the autonomy of logic and for the task of philosophy. Later, in the 1915 and 1916 notes, it is noted that the "I" is closely linked to the resolution of this problem. With this examination, it is possible to recognize that the notion of subject is fundamental for the resolution of the questions present in the philosophical path of the first Wittgenstein and, therefore, it is possible to establish the genesis of this notion for the *Tractatus*.

Keywords: Subject, Analysis, *Tractatus Logico-Philosophicus*, *Notebooks (1914-1916)*, Wittgenstein.

LISTA DE ABREVIACÕES

NL – *Notes on Logic (1913)*. In: *Notebooks (1914-1916)*, Appendix I. Ed. von Wright and Anscombe. Blackwell, 1961.

NM – *Notes dictated to G.E. Moore in Norway (1914)*. In: *Notebooks (1914-1916)*, Appendix II. Ed. von Wright and Anscombe. Blackwell, 1961.

NB – *Notebooks (1914-1916)*. Edited by G. H. von WRIGHT and G. E. M. ANSCOMBE. (with an English translation by G. E. M. ANSCOMBE). Blackwell, 1961.

TLP – *Tractatus Logico-Philosophicus*; Tradução, apresentação e estudos introdutórios de Luiz Henrique Lopes dos Santos; [introdução de Bertand Russell]. – 3^aed. – São Paulo: Edusp, 2010.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
Capítulo 1 - Autonomia da lógica e análise completa das proposições.....	19
1.1. <i>Autonomia da lógica e a tarefa da filosofia.....</i>	<i>19</i>
1.2. <i>A concepção de filosofia nas Notes on Logic e nas Notes Dictated to Moore.....</i>	<i>24</i>
1.3. <i>O problema da análise completa nos Notebooks.....</i>	<i>29</i>
1.3.1. <i>A alternativa de trabalhar com as proposições usuais sem a análise completa</i>	<i>37</i>
Capítulo 2 - Análise e subjetividade nos Notebooks.....	41
2.1. <i>A retomada do problema da análise completa: a lógica pode passar sem objetos simples?.....</i>	<i>41</i>
2.2. <i>O simples enquanto simples para nós.....</i>	<i>44</i>
2.3. <i>A distinção entre objetos simples e objetos complexos: a introdução do Eu pela via do solipsismo.....</i>	<i>48</i>
2.3.1. <i>A passagem do pronome “nós” para o pronome “eu”.....</i>	<i>48</i>
2.3.2. <i>O eu do solipsismo nos Notebooks.....</i>	<i>51</i>
2.3.3. <i>A linguagem única e o uso dos nomes.....</i>	<i>57</i>
2.4. <i>O “eu empírico” nos Notebooks.....</i>	<i>62</i>
2.4.1. <i>A suposta complexidade infinita do mundo: análise infinita e impossibilidade da determinação do sentido.....</i>	<i>68</i>
2.4.2. <i>O simples para mim e a possibilidade de expressar um sentido plenamente determinado com as proposições da linguagem comum.....</i>	<i>71</i>
Conclusão.....	79
Referências.....	89

INTRODUÇÃO

O propósito deste trabalho é compreender a pertinência de um sujeito metafísico para a filosofia do primeiro Wittgenstein. Muito se sabe que neste período, que vai das *Notes on Logic* (1913) ao *Tractatus Logico-Philosophicus* (1921), as preocupações lógico-filosóficas de Wittgenstein consistiam basicamente em compreender como a proposição constitui o seu sentido, o que só é possível a partir de uma definição exata do conceito de forma lógica (SANTOS, 2010. p. 54). Isto posto, para que possamos reconhecer como o sujeito é relevante para a primeira fase da filosofia wittgensteiniana, devemos vinculá-lo às questões que o jovem filósofo pretende esclarecer. Dito de outro modo, o meu trabalho pretende mostrar que o sujeito metafísico é essencial para a compreensão exata do conceito lógico de proposição, tal como desenvolvido por Wittgenstein em seus primeiros escritos.

Para este desígnio, viso a interpretação apresentada por João Vergílio Cuter em “*Por que o Tractatus necessita de um sujeito transcendental?*”, visto que o meu ponto de partida e aquilo que meu texto pretende defender é, no essencial, a tese de Cuter. Tal tese mostra duas razões que levam a aceitar o sujeito do *Tractatus* como absolutamente necessário para a constituição do sentido proposicional: em primeiro lugar, ele é responsável pelo ato de significação dos nomes, pela relação entre os nomes em uma proposição elementar com os objetos em um estado de coisas (CUTER, 2006. p.171); em segundo lugar, o sujeito é encarregado de construir proposições a partir de proposições já dadas, isto é, as operações de verdade, que incidem sobre os sentidos de proposições elementares e que constituem os sentidos das moleculares, não podem prescindir de um ato realizado por um sujeito que se encontra nos limites do mundo (Ibid.). Sem esse duplo papel que o sujeito é chamado a desempenhar, o sentido proposicional não poderia ser constituído.

Ainda que eu parta das teses de Cuter, sigo um outro caminho para defender a minha própria argumentação. Proponho, então, neste trabalho, uma “leitura genética” das questões que envolvem o *Tractatus* e que, por esse motivo, o constitui. Uma tal “gênese” deve ser buscada nos textos, por assim dizer, pré-tractarianos: as *Notes on Logic* (1913), as *Notes dictated to Moore in Norway* (1914) e os *Notebooks (1914-1916)* remontam a uma gama de problemas que receberam uma resposta definitiva no *Tractatus*. Não caberia no escopo deste trabalho tratar de todos eles, viso apenas um: o problema da análise completa das proposições usuais e como ele está essencialmente associado à autonomia da lógica; dito de outro modo, a dificuldade consiste em esclarecer como a lógica tem de revelar a possibilidade e efetividade de uma análise completa sem abrir mão de sua autonomia. Ainda que indiretamente, a resolução desta problemática deve estar indissociável da concepção de sujeito desenvolvida ao longo das reflexões do jovem Wittgenstein. O que se segue

nesta introdução é, em primeiro lugar, uma leitura geral das teses apresentadas pelo artigo de Cuter e, em segundo lugar, exibir de maneira mais clara a proposta de minha dissertação.

I

Vejamos a primeira razão que leva Cuter a aceitar o sujeito enquanto condição necessária para a constituição do sentido das proposições. O sinal proposicional em sua relação projetiva com o mundo caracteriza uma proposição, exprime um pensamento. Para isso, é necessário que os elementos do pensamento estejam projetados nos sinais simples do sinal proposicional, o que se manifesta nas proposições completamente analisadas (*TLP*, 3.2-3.221). O uso dos nomes (sinais simples) em tais proposições consiste em significar objetos, só assim a proposição consegue articular os significados que nela ocorrem para constituir o seu sentido – para descrever um estado de coisas específico. O significado de um nome se estabelece quando ele se relaciona com um dos objetos em um estado de coisas, ou seja, é na relação de projeção que um nome determina um objeto enquanto seu significado. Nesse caso, ocorre o mesmo que na figuração propriamente dita: os nomes são coordenados aos objetos da situação e a forma lógica possibilita que estes estejam concatenados tal como os nomes em uma proposição. Ainda que os nomes adquiram significados ao serem relacionados aos objetos, a determinação de uma forma lógica presente em um estado coisas se dá no uso que o pensamento faz dos nomes em uma proposição (*Ibid*, 3.327).

Através da ideia de relação afigurante e de projeção, Cuter identifica que o conceito de intencionalidade está presente no *Tractatus*. O ato que faz um mero sinal converter-se em símbolo, é um ato intencional que visa um objeto enquanto o significado de um nome. Cada “conexão” que vai do nome até o seu significado corresponde a uma relação afigurante, um direcionamento que se remete às diferentes formas de intencionalidade (CUTER, 2006. p.175). Sem o ato que visa um objeto enquanto o significado de um nome, a proposição não poderia articular os significados que nela ocorrem para a constituição de seu sentido. Portanto, a nomeação é uma relação interna entre os elementos da proposição e os elementos da situação, uma das condições necessárias para a constituição do sentido proposicional. Ora, aquilo que é absolutamente necessário para as proposições não pode ser descrito por meio delas. Se assim fosse, uma proposição poderia descrever a maneira como os nomes significam seus objetos, isto é, o ato de nomear poderia ser descrito por proposições verdadeiras ou falsas. Consequentemente, a nomeação não seria uma condição necessária para a constituição do sentido proposicional, mas seria um fato dentre outros fatos, que poderia muito bem existir, como também, deixar de existir. Isso não é o que se apresenta no

Tractatus, uma condição necessária para a constituição das proposições tem de ser inefável, excluída do campo do discurso factual. Sendo uma destas condições, o ato de nomeação não pode ser descrito por meio de proposições com sentido. É o que está subentendido no aforismo 3.221: Só podemos nomear os objetos. Só posso falar acerca deles, não posso enunciá-los.

Cuter extrai uma outra consequência acerca do conceito de projeção (intencionalidade) apresentado no *Tractatus*. Este ato do pensamento que projeta o sinal proposicional sobre uma situação, ainda que seja necessário, é algo que deve ser instituído (CUTER, 2006. p.176) e, em certo sentido, algo arbitrário. O final do processo de análise lógica mostra uma gama de proposições que são articulações imediatas de nomes. Cada uma delas possui uma “categoria lógica” específica, os elementos que as constituem devem ter as mesmas possibilidades de combinações sintáticas. Os nomes na proposição elementar devem estar relacionados a objetos e a maneira como estes podem estar concatenados em estados de coisas mostra uma forma lógica. Não importa quais são os nomes que serão relacionados aos objetos, o que importa é que algum nome seja relacionado a algum objeto específico. Esta escolha é arbitrária, porém, uma vez instituída, o nome “incorpora” a forma lógica do objeto que ele nomeia e, por assim dizer, o nome se comporta no contexto da proposição da mesma maneira que o objeto se comporta em um estado de coisa específico. O que Cuter esclarece é que, no final da análise está garantido que um nome possa estar relacionado a um objeto através do isomorfismo entre as categorias lógicas e as ontológicas. Contudo, há algo que o isomorfismo não determina: “o ato de vincular este nome àquele objeto” (Ibid. p.177). À primeira vista, o que Cuter mostra é que: o uso lógico-sintático dos nomes no contexto proposicional determina uma forma lógica e a importância do ato de nomeação é ligar a “forma proposicional a objetos completamente determinados” (NB, 31/05/1915). Sem este ato, tem-se apenas uma forma lógica que pode estar relacionada aos objetos, mas que ainda não determina um objeto específico. Dizer que “este nome se relaciona com aquele objeto” é atribuir a uma forma lógica um objeto determinado.

Dar nomes é um ato doador de sentido que se situa nos limites da linguagem, isto é, nomear é uma condição necessária para a constituição do sentido proposicional. Aquilo que “visa um elemento de um fato como o nome de um objeto, pode perfeitamente ser descrito como uma intencionalidade atuando fora do mundo, fazendo uma espécie particular de escolha: o que será nome de que” (CUTER, 2006. p.178). Este ato doador de sentido deve ser vinculado a um ato do sujeito: sem o sujeito postado nos limites do mundo, não haveria uma ação do pensamento que transformasse fatos em figuras, pois não seria possível tomar elementos destes fatos enquanto nomes de objetos. Desse modo, a primeira razão que leva Cuter a aceitar que o sujeito é

absolutamente necessário para o *Tractatus* é: o sujeito se apresenta enquanto sujeito da nomeação. A relação entre nome e objeto instituída pelo sujeito transcendental é interna e, por esse motivo, uma relação logicamente necessária para a constituição do sentido proposicional (CUTER, 2006. p.178).

A segunda razão apresentada por Cuter para aceitar que o sujeito é uma necessidade lógica, revela-se naquilo que há de essencial nas operações lógicas. Operações partem de uma proposição dada para construir uma outra. No caso das operações de verdade, opera-se sobre o valor de verdade das proposições de base para estabelecer os valores de verdade das proposições a que se chega: é aquilo que Cuter chama de “relação funcional entre os valores de verdade” (Ibid. p.179) destas proposições. O primeiro caso identificado é o da negação¹. Negar é uma operação que incide sobre o sentido da proposição de que se parte e o inverte, isto é, partindo-se de uma proposição verdadeira chega-se em uma falsa e vice-versa (ibid.).

A negação não é apenas um sinal gráfico que se apresenta ao lado do sinal proposicional e, nem mesmo, um fato que se apresenta no interior do mundo. O fato negativo que a proposição negativa apresenta, tem a peculiaridade de não existir. Não há nada no mundo que se apresente como, por exemplo, “a não calvície de Sócrates”. A proposição “Sócrates não era careca” é bem a negativa da proposição “Sócrates era Careca”. Nesse caso, o que a proposição negativa faz é apresentar o sentido da positiva de uma maneira diferente, ela diz que a possibilidade expressa por “Sócrates era Careca” não se efetua na realidade. Para isso, não foi preciso, por assim dizer, colocar um fato negativo no mundo que fosse o oposto do positivo. A negação, simplesmente, opera sobre o sentido da proposição para invertê-lo (Ibid.). Por meio do ato de negar, pode-se descrever uma parcela do mundo, na medida em que ela mostra que as “coisas não estão assim” – que a situação por ela representada pode não existir. Desse modo, as operações lógicas são essencialmente projetivas, pois operar sobre o sentido da proposição de base é construir uma outra enquanto seu resultado. Quer dizer, as operações lógicas mostram que proposições moleculares se remetem ao sentido das proposições elementares, isto é, mostram que proposições moleculares se projetam sobre os mesmos estados de coisas descritos pelas proposições elementares. No caso da negação, a proposição negativa nega o sentido da proposição elementar, isto é, a proposição negativa apresenta o estado de coisa descrito pela proposição elementar como não existente.

Operar sobre o sentido das proposições é algo que não pode ser descrito e que constitui o sentido proposicional. Por esse motivo, Cuter coloca como uma das funções do sujeito transcendental o ato de aplicar operações sobre o sentido das proposições. Tomado pelo viés da

¹ Há outros casos de operações que Cuter detalha, o da negação simultânea, o uso das variáveis e das expressões parentéticas. Para os fins desta introdução, apresento somente a abordagem que o comentador faz da negação simples, visto que ela basta para introduzir a maneira como sujeito é responsável por operar.

negação, o sujeito é responsável por inverter o sentido das proposições (Ibid. p.179). Situado nos limites do mundo, o sujeito é o sujeito da negação que não pode ser descrito através de proposições com sentido, mas que se mostra no uso da operação de negação.

Há uma dupla dimensão do termo transcendental revelada no *Tractatus*, como Cuter não se cansa de nos alertar. Primeiramente, tudo o que é transcendental é uma condição de possibilidade, um pressuposto necessário para a constituição de certo âmbito. Em segundo lugar, tudo o que é condição necessária de certo âmbito está essencialmente excluído dele (Ibid. 174). No caso do sujeito, ele é transcendental em relação ao sentido, ou seja, o sujeito é uma condição necessária para a constituição do sentido proposicional, ao mesmo tempo em que se encontra necessariamente excluído deste mesmo âmbito. Sendo responsável por nomear e operar sobre o sentido das proposições, o sujeito se mostra como uma condição logicamente necessária para a constituição do sentido. Enquanto transcendental, o sujeito desempenha um papel tanto na lógica quanto na ética, na medida em que elas são essencialmente transcendentais. Lógica e ética são condições necessárias ao mundo e, por esse motivo, estão essencialmente excluídas deste âmbito. Assim, o sujeito pode ser chamado de sujeito da ética e sujeito da lógica, um mesmo sujeito com diferentes atribuições (ibid. ver nota 2). Esta dupla atribuição do sujeito parece mostrar a importância do grupo dos aforismos 5.6's na articulação do *Tractatus*².

O sujeito da lógica está vinculado ao aforismo 6.13: a lógica é transcendental, ela é uma imagem especular do mundo. Ser uma imagem especular, não é apenas dizer que a lógica consegue refletir tal como um espelho o mundo, mas, também, que ela é uma condição essencial do mundo – pois aquilo que ela reflete caracteriza a estrutura essencial dos fatos. Diante disso, o sujeito transcendental é uma condição necessária, na medida em que ele é um sujeito da lógica. Sem ele, não seria possível estabelecer os significados dos nomes e nem construir proposições através de operações lógicas. A tese de Cuter de que o sujeito é um sujeito da lógica, pode também ser apresentada a partir da relação entre os aforismos 5.6's e os aforismos que imediatamente os precedem (os 5.55's) e, com isso, mais uma vez, mostra-se a importância daquelas passagens para a articulação interna do *Tractatus*³.

2 Não abordaremos a maneira como Cuter apresenta o “sujeito da ética” ou como o grupo de aforismos 5.6's tem uma relação direta com os aforismos sobre a ética. Visamos nesta introdução (e no restante desta dissertação) examinar a maneira como o eu é fundamental para a projeção, enquanto uma necessidade lógica para a constituição do sentido proposicional. Sobre a relação dos aforismos 5.6's com o final do *Tractatus* (com os aforismos sobre a ética), apenas indicamos os textos de Cuter (cf. CUTER, 2003, seção II; 2006, seção VII). Um outro comentário que traça uma relação entre o “sujeito metafísico” e a ética é o de Hacker (cf. HACKER, 1986, pp. 90, 92, 97-100), ele também parece distinguir “dois aspectos” do eu quando analisa as anotações de 1916 dos *Notebooks*: “As coisas adquirem significado apenas na relação com a minha vontade’ este não é apenas um princípio ético, mas um semântico” (Ibid. p. 100).

3 É peculiar e importante a posição que os aforismos 5.6's ocupam no *Tractatus*. Por assim dizer, eles fazem parte da totalidade dos aforismos que ainda discorrem acerca das condições logicamente relevantes para que uma proposição seja bem formada. A parte final – os aforismos 6 e 7 – da obra parece demarcar as tarefas que a metafísica, a filosofia e

“*Os limites de minha linguagem significam os limites de meu mundo*” é bem a consideração que mostra o quanto de verdade há no solipsismo ou, mais especificamente, a maneira pela qual o Eu entra na filosofia a partir das vias de que “o mundo é meu mundo” (TLP, 5.641). A primeira questão que poderia ser colocada aqui é: Quais são os limites da linguagem e do mundo? Uma resposta possível pode ser remontada ao aforismo 5.55. O conceito de análise parece trazer consigo o conceito de complexo e de simples: todo complexo deve ser decomposto em elementos simples que não podem ser mais analisados. No caso da linguagem, o final da análise lógica deve mostrar as formas de todas as proposições que constituem as bases pelas quais é possível construir proposições mais complexas. Por um lado, quais sejam os limites da linguagem é algo que pode ser respondido *a priori*, pelo próprio conceito de análise: sejam lá quais forem as formas específicas de proposições elementares, é reconhecido de antemão que elas têm de ser uma articulação imediata de nomes (TLP, 5.55). Por outro lado, não cabe à lógica “especificar o número de nomes com significados diferentes, tampouco especificar a composição da proposição elementar” (Ibid.). A especificação do significado de cada nome e, conseqüentemente, a forma específica que eles podem se articular em proposições, é uma tarefa “*a posteriori*” e que não é papel da lógica efetuar. Não se pode “olhar para o mundo” para decidir uma questão da lógica, a esta importa tudo o que pode ser estabelecido *a priori*. Estas considerações caracterizam a diferença entre a aplicação da lógica e a própria lógica. A aplicação da lógica especifica quais os significados de cada nome e a maneira como eles se articulam em proposições, isto é, ela decide “quais proposições elementares existem” (Ibid. 5.557). A lógica não pode anteciper a sua aplicação, ela mostra que as proposições elementares são compostas de nomes logicamente simples que representam uma possibilidade elementar no mundo.

As proposições elementares mostram os limites da realidade empírica, evidenciam que esta é limitada pela totalidade dos objetos (TLP, 5.5561). Ora, a partir disso, não é possível dizer que os limites da linguagem significam os limites do mundo (a realidade empírica)? Parece, então, que a ocorrência dos nomes em proposições elementares significa os objetos que constituem os limites do mundo. Ainda que não seja possível por meio da lógica estabelecer quais os significados específicos de cada nome, mostra-se de maneira *a priori* que os nomes devem significar objetos. Através da leitura das teses de Cuter, pode-se compreender de que maneira os aforismos 5.6's tomam a

a ética devem cumprir, uma vez estabelecido o âmbito da possibilidade do sentido. Assim sendo, a posição que as teses dos 5.6's ocupam nos aforismos do *Tractatus* parece fornecer um ponto favorável para compreender o sujeito de um “ponto de vista” lógico, responsável pela constituição do sentido proposicional. Com isso, não quero dizer que as partes finais da obra constituem apêndices imotivados. Apenas friso que, ao se demarcar os limites do pensamento, a ética, a filosofia e a metafísica têm o dever de não ultrapassar estes limites, o dever de se calar acerca do inefável. Por meio da verdade do solipsismo, os aforismos 5.6's introduzem um limite ao pensamento que se manifesta no sujeito metafísico. O “Eu filosófico” é uma das condições de possibilidade das proposições e, por isso, um dos limites inefáveis que a lógica, a filosofia e a metafísica não podem ultrapassar. Portanto, podemos observar que os aforismos 5.6's são necessários para a compreensão dos aforismos que os antecedem e para a parte final do *Tractatus*.

linguagem e o mundo por meio dos pronomes possessivos de primeira pessoa do singular. Se é a partir do sujeito transcendental que um nome pode estar relacionado ao objeto que ele significa, então, faz sentido dizer que a linguagem é a minha linguagem e que o mundo é meu mundo. Sou eu quem determina significados aos sinais simples que ocorrem nas proposições elementares e, a partir disso, construo todas as proposições que podem ocorrer em minha linguagem. A análise lógica revela a importância das operações lógicas para que minhas proposições se projetem sobre a realidade. Quer dizer, a análise mostra como, por meio de operadores lógicos, construí todas as proposições de minha linguagem. Ao final da análise parece “faltar um traço” que só pode ser oferecido por um sujeito postado nos limites do mundo: quando decomponho as proposições de minha linguagem em proposições mais simples, mostra-se a relação sintática dos nomes na ligação proposicional; todavia, a forma lógica que o uso sintático dos nomes determina só pode ser relacionada a objetos completamente determinados por meio do ato de nomeação – este ato de determinação do significado específico de cada nome é o “traço que faltava” no final da análise e que é garantido pelo sujeito transcendental.

II

Tomo as teses expostas acima como um ponto de partida que norteará aquilo que procuro defender nesta dissertação, o que pode ser resumidamente expresso da seguinte maneira: se o *Tractatus* apresenta um sujeito enquanto limite do mundo, então, deve haver razões estritamente lógicas para isso. O que procurei introduzir aqui foram as razões que levam Cutler a aceitar o sujeito transcendental enquanto absolutamente necessário à lógica. Diante disso, o meu trabalho se propõe a encontrar estas mesmas teses nos escritos de Wittgenstein que precedem o *Tractatus*.

Parto do conceito de análise completa das proposições usuais para investigar a gênese do sujeito no *Tractatus*. No início dos *Notebooks*, a análise completa constitui um problema para a definição da tarefa da filosofia e para a compreensão de como a lógica tem de ser autônoma. Para que essa dificuldade seja dissipada, a possibilidade de trabalhar com proposições sem uma análise completa é uma alternativa que se apresenta em algumas anotações do início dos *Notebooks*. Visto isso, o primeiro capítulo desta dissertação examina como o conceito de análise está ligado à filosofia e à autonomia da lógica, tanto nas primeiras anotações dos *Notebooks* quanto nas *Notes on Logic* e nas *Notes dictated to Moore*. Veremos que a possibilidade e efetividade de uma análise completa constitui um problema para compreender como a lógica pode ser autônoma. Além disso,

será tarefa desse capítulo investigar a alternativa sugerida por Wittgenstein no início dos *Notebooks*: a possibilidade de compreender o sentido pleno das proposições usuais sem uma análise completa.

Para que possamos compreender como o eu está inserido nessa problemática, o segundo capítulo desta dissertação investiga como, em 1915, a possibilidade e efetividade de uma análise completa são retomadas, mais uma vez, como uma dificuldade para a lógica: “A LÓGICA pode passar sem objetos simples?” (*NB*, 09/05/1915). Nesse período, Wittgenstein verifica de que maneira os objetos podem ser nomeados. Por um lado, parece haver nomes de objetos complexos – os nomes da linguagem cotidiana, tais como cadeira, relógio, livro etc. – que determinam uma relação simples com os seus significados e marcam a comunhão de uma forma e um conteúdo (cf. *NB*, 23/05/1915, 30/05/1915 e 31/05/1915). Por outro lado, os nomes para objetos simples desempenham a mesma função dos nomes para objetos complexos – determinam uma relação simples e marcam uma forma e um conteúdo comuns –, entretanto, aqueles são alcançados apenas com resultado do processo de análise. Essa distinção da nomeação dos objetos reestabelece o problema da análise completa: se o emprego dos nomes de objetos complexos em proposições usuais já determina uma forma lógica, então, elas também já mostram um sentido plenamente determinado, sem a necessidade de serem analisadas completamente.

É em meio a esse ressurgimento do problema da análise que o sujeito aparece nos *Notebooks*. No dia 23/05/1915, Wittgenstein formula pela primeira vez a “chave para decidir em que medida o solipsismo é uma verdade”. O eu do solipsismo caracteriza-se como um limite da linguagem e do mundo, uma condição que determina uma relação simples entre nomes e objetos. Uma vez analisadas as proposições de minha linguagem, é possível reconhecer como eu determino um objeto simples enquanto significado de um nome – através dessa relação determino a forma lógica e o sentido pleno de minhas proposições. Todavia, no dia 23/05/1915, Wittgenstein questiona-se se essa mesma relação simples, que estabeleço entre um nome e um objeto simples, pode ser estabelecida entre um nome e um objeto complexo. A nomeação de objetos complexos retoma a possibilidade de trabalhar com as proposições usuais sem uma análise completa. O sujeito desempenhará um papel fundamental nessa alternativa.

Ainda que essa alternativa seja abordada em um curto período de tempo nos escritos do primeiro Wittgenstein, ela fornece algumas considerações valiosas sobre o sujeito e, por esse motivo, ela é importante para os propósitos desta dissertação. O Eu caracteriza-se como condição de possibilidade da nomeação e da plena determinação do sentido proposicional. Mas, diferentemente do *Tractatus*, ao final das anotações de 1915, o sujeito acarreta um “traço empírico”. Como veremos ao final do segundo capítulo, para a determinação do sentido de minha proposição, da maneira

como eu a aplico para a descrição de um fato específico, basta que eu aponte com o *meu dedo* para um complexo e diga: é exatamente isto que quero descrever (*NB*, 22/06/1915). Nesse caso, não apenas determino como descrevo um fato do mundo, o sentido de minha proposição, como também, determino que os sinais que nela ocorrem são essencialmente simples, eles designam objetos simples: “Este objeto é *para mim simples!*” (*Ibid.*). À primeira vista, a determinação de como aplico as minhas proposições para a descrição de um fato não necessitaria do processo de análise, já que eu poderia indicar o complexo que pretendo descrever ao apontá-lo com meu dedo e a partir disso eu seria capaz de nomear um objeto – que é *para mim simples*.

Por fim, examinaremos como podemos encontrar um “sujeito tractariano” nos *Notebooks*. Para isso, em primeiro lugar, analisaremos algumas anotações do ano de 1916 que introduzem o sujeito metafísico como uma condição da linguagem e do mundo e, portanto, completamente inexistente no interior desses dois âmbitos. Em um segundo momento, compararemos essas notas com os aforismos 5.6’s do *Tractatus*, a fim de mostrar as similaridades entre a obra de 1921 e as anotações que encerram os *Notebooks*. Dessa maneira, tentaremos retratar a gênese do eu nos escritos do primeiro Wittgenstein, como também, observaremos que as teses de Cuter podem ser “confirmadas” nos escritos que antecedem o *Tractatus*. Segundo Cuter, o sujeito transcendental do *Tractatus* é necessário para transformar sinais em símbolos, para relacionar um nome a um objeto determinado; ademais, o sujeito é responsável por operar sobre o sentido das proposições elementares para construir proposições mais gerais. Ao que tudo indica, essa interpretação esclarece que o sujeito transcendental desempenhará o seu papel no âmbito das proposições completamente analisadas, quando a análise completa das proposições usuais chegar ao fim. Em 1916, veremos que o problema da análise completa das proposições não mais assombrará Wittgenstein, que essa problemática não se impõe nas notas desse ano. Nesse caso, a tese de Cuter poderia muito bem ser transposta para as anotações finais dos *Notebooks*: ao final da análise completa, o sujeito transcendental seria necessário para relacionar os nomes aos seus significados e para operar sobre o sentido das proposições elementares.

Esta dissertação visa examinar uma hipótese que é sugerida por Wittgenstein nos *Notebooks*: se são as minhas proposições que devem ser analisadas, se o que eu quero é a análise completa do *meu sentido* (17/05/1915), então, o sujeito transcendental não seria necessário para efetuar um processo de análise completa das proposições? Dito de outro modo, o eu não apenas se encontra ao final do processo de análise, mas também, em seu “início”, como um parâmetro lógico de análise: a análise tem de partir da forma usual de minhas proposições, para que seja possível esclarecer a forma real que elas escondem, para determinar o *meu sentido* completamente.

Capítulo 1 - Autonomia da lógica e análise completa das proposições

1.1. Autonomia da lógica e a tarefa da filosofia

A primeira anotação dos *Notebooks* evidencia como Wittgenstein, nesse período, concebe o caráter autônomo da lógica, o que é declarado enfaticamente pela expressão: “A lógica tem de cuidar de si mesma” (NB, 22/08/1914). Seguindo essa perspectiva, os aspectos que caracterizam a autonomia da lógica são dois: i) as regras sintáticas para as funções são estabelecidas, de maneira totalmente geral, pela lógica, sem que fosse necessário recorrer à ontologia; ii) a autonomia da lógica também revela a impossibilidade do erro lógico, isto é, a impossibilidade de construir proposições que contradigam as regras da sintaxe lógica. Vejamos como cada um desses aspectos são introduzidos no início dos *Notebooks*.

O primeiro aspecto da autonomia da lógica diz respeito à tarefa de estabelecer (*aufstellen lassen*) as regras sintáticas para as funções sem o auxílio de uma “teoria das coisas, propriedades, etc.” (Ibid.). A lógica não pode depender de uma “teoria das coisas” para esclarecer a maneira pela qual as proposições são funções de verdade de outras proposições. As regras que permitem reconhecê-las enquanto funções devem ser estabelecidas pela lógica, através de uma sintaxe que exclua qualquer “elemento extra-lógico” – elementos advindos da ontologia ou da metafísica (a teoria das coisas, relações etc.) – para a constituição proposicional. Caso a lógica se apoiasse em uma “teoria das coisas”, o critério lógico para o estabelecimento das regras sintáticas estaria desprovido de importância e, nesse caso, a própria lógica se esvaziaria. É nesse sentido que Wittgenstein observa que uma “teoria das coisas” é totalmente supérflua à lógica, isto é, o critério para determinar a sintaxe das proposições deve estar embasado tão somente na lógica. Esse primeiro aspecto do emblema “a lógica tem de cuidar de si mesma” revela também a “auto fundamentação” da lógica. Isso que chamamos de “auto fundamentação” da lógica, nada mais é que um exame acerca de seus próprios fundamentos sem a intromissão de nada que esteja além da lógica. Desse modo, estabelecer as regras sintáticas para as funções é um dos aspectos que definem a natureza peculiar da lógica⁴ e, por esse motivo, algo que não pode ter como condição uma “teoria das coisas”⁵.

4 Santos comenta a respeito das preocupações “lógicas e filosóficas” de Wittgenstein nas notas anteriores ao *Tractatus*: “caracterizar a natureza e os fundamentos da lógica e elucidar a natureza do sentido proposicional. Ele tinha bem claro para si que esses propósitos não podiam ser atingidos na falta de uma definição clara de um conceito [...]: o conceito de forma lógica” (SANTOS, 2010, p. 54). Veremos, depois, que uma primeira dificuldade enfrentada por Wittgenstein nos *Notebooks* incidirá sobre a possibilidade de esclarecer o conceito de forma lógica.

5 Cuter mostra que, no *Tractatus*, Wittgenstein critica Russell por querer estabelecer uma sintaxe lógica da linguagem a partir de uma *descrição* da estrutura categorial do mundo (cf. CUTER, 1999, pp. 55-56). No início dos *Notebooks*, podemos observar que é essa mesma crítica que Wittgenstein faz acerca da “teoria das coisas” para justificar aquilo que a lógica tem de estabelecer como regras sintáticas para as funções.

Há outro aspecto da prescrição “a lógica tem de cuidar de si mesma” e que evidência a impossibilidade do “erro lógico”: “Em certo sentido, tem de ser impossível errarmos na lógica. Isso já está *parcialmente expresso* ao dizer: ‘A lógica tem de cuidar de si mesma’. Este é um profundo e importante conhecimento” (Ibid. 02/09/1914, meu itálico). A impossibilidade do erro lógico caracteriza a impossibilidade de “formar” proposições sem sentido, de que haja sinais ilegítimos (ibid. 22/08/1914). A legitimidade de um sinal tem de estar submetida às regras sintáticas, isto é, as condições lógicas para a sintaxe das funções revelam a possibilidade de articulação dos sinais. “Sócrates é Platão” é um contrassenso porque um desses sinais não tem uma determinação arbitrária (ibid.); ou, dito de outro modo, um aglomerado de palavras não consegue articular um sentido porque ainda não é possível reconhecer o significado de uma de suas partes. No entanto, um sinal tem de estar submetido às regras sintáticas, ele deve poder sinalizar de acordo com tais regras (ibid.), caso contrário, do ponto de vista lógico, o sinal seria impossível ou, melhor dizendo, inexistente. As regras da sintaxe lógica devem mostrar que é impossível construir uma proposição “mal formada”, que toda proposição expressa um sentido determinado e está em perfeita ordem lógica. Uma proposição incapaz de expressar um sentido, no limite, não é uma proposição para a lógica. As condições para a constituição do sentido proposicional têm de ser logicamente estabelecidas. Se uma proposição não tem sentido, isso se deve por “não termos *dado* um significado a uma de suas partes” (ibid. 02/09/1914) e não porque a sintaxe da proposição é ilegítima. Assim sendo, a impossibilidade de construir proposições contrassensuais ou articular sinais que contradigam as regras sintáticas⁶ mostra que é impossível cometer erros na lógica. Ou seja, todo sinal (ou proposição) é logicamente bem formado, é legítimo (possível) e expressa um sentido determinado.

Após expor a prescrição de que “a lógica tem de cuidar de si mesma” e explorar algumas consequências que ela traz para o conceito de proposição, Wittgenstein introduz uma questão que incide sobre a “harmonia” entre a autonomia da lógica e a tarefa da filosofia: “Como é reconciliável com a tarefa da filosofia que a lógica tem de cuidar de si mesma?” (Ibid. 03/09/1914). Para que possamos compreender em que medida esta questão impõe um problema para os propósitos da

⁶ É válido notar que, nessas passagens, Wittgenstein emprega os termos *Satz* e o termo *Zeichen* de maneira similar. Talvez *Satz* seja utilizada para adequar *Zeichen* à terminologia de Frege. Após observar que todo sinal tem de ser capaz de sinalizar e que deve ser impossível errar na lógica, Wittgenstein afirma algo muito parecido em relação às proposições e a maneira como elas estão bem formadas: “Frege diz: toda proposição bem formada tem de ter um sentido; e eu digo: Toda proposição possível é bem formada” (NB, p.2; 02/09/1914). Entretanto, como veremos mais adiante, talvez o modo como o termo *SATZ* (a ênfase é de Wittgenstein; NB, p.3) e *Zeichen* são introduzidos em outras notas, pode marcar a distinção entre proposições usuais (*SATZ*) e proposições completamente analisadas (o que em algumas anotações é caracterizado pelo emprego do termo *Zeichen*). Essa diferença será importante no momento em que examinaremos como, nas primeiras anotações dos *Notebooks*, Wittgenstein enfrenta o problema da possibilidade de uma análise completa e como, a partir deste problema, abre-se a alternativa de reconhecer o sentido pleno das proposições usuais em sua superfície gramatical.

filosofia e para a autonomia da lógica, é importante que, em um primeiro momento, examinemos como a tarefa da filosofia está associada, no início dos *Notebooks*, à tarefa de esclarecer a forma lógica dos fatos por meio da análise completa dos sinais; veremos também que Wittgenstein pretende afastar a ideia de que, para esclarecer a forma lógica dos fatos, a filosofia necessita de uma auto-evidência. A partir disso, podemos reconhecer como esta tarefa e a autonomia da lógica se remetem à concepção de filosofia caracterizada nas notas que antecedem os *Notebooks*, as *Notes on Logic* e as *Notes dictated to Moore*. Em um segundo momento, observaremos como a questão colocada em 03/09/1914 – a conciliação entre autonomia da lógica e tarefa da filosofia e a efetividade de uma análise completa dos sinais que mostrasse a forma lógica dos fatos – revela um problema para a lógica.

A primeira entrada do dia 03/09/1914 versa sobre a possibilidade de conciliar a autonomia da lógica à tarefa da filosofia e impõe uma questão que atinge diretamente os propósitos filosóficos. Vejamos como Wittgenstein a expõe:

Como é reconciliável com a tarefa da filosofia que a lógica tem de cuidar de si mesma? Se, por exemplo, perguntarmos: tal e tal fato tem a forma sujeito-predicado? Devemos saber o que compreendemos por forma sujeito-predicado. Devemos saber *se* em geral há tal forma. E como podemos o saber? “Através do sinal!”, mas como? Nós não temos nenhuns *sinal* desta forma. Podemos dizer: Temos sinais que se comportam tal como a forma sujeito-predicado. Mas realmente tem de existir fatos desta forma? Pois, quando aqueles forem completamente analisados. E aqui novamente se pergunta: existe uma análise completa? *E se não*: então, qual a tarefa da filosofia?!? (NB, 03/09/1914)

A partir desta nota, podemos sublinhar três pontos que são cruciais para a filosofia. i) O primeiro deles mostra que a tarefa da filosofia consiste em “saber” qual a forma lógica dos fatos, “se tal e tal fato” tem uma forma particular específica (a forma sujeito-predicado, por exemplo). ii) Para saber se um fato tem a forma sujeito-predicado é necessário saber o que compreendemos por esta forma. Mas não podemos recorrer aos sinais para compreender a forma sujeito-predicado, pois “não temos nenhum *sinal* desta forma” e mesmo que pudéssemos dizer que os sinais se “comportam tal como a forma sujeito-predicado”, ainda assim, restaria saber se existem fatos com esta forma. Nesse caso, iii) para que possamos saber se existem fatos que se comportam da mesma maneira que os nossos sinais, seria necessário realizar uma análise completa destes; uma tal análise poderia revelar qual a forma lógica dos sinais – através da análise poderíamos “saber o que compreendemos por forma sujeito-predicado” – e, conseqüentemente, se existem fatos desta forma. Entretanto, Wittgenstein questiona-se sobre a “existência” de uma análise completa. Ora, se não há uma análise completa, como é possível determinar que este ou aquele sinal se comporta por esta ou aquela forma e, além disso, como podemos saber que um fato tem de ter a mesma forma que a do sinal?

Desse modo, caso não exista uma análise completa, a filosofia não pode cumprir a tarefa que lhe é própria.

*Prima Facie*⁷, a questão colocada no início dos *Notebooks* cai sobre os propósitos da filosofia. A primeira entrada do dia 03/09/1914 revela que a tarefa filosófica consiste em “saber” se “tal e tal fato tem a forma sujeito-predicado” ou, dito de outro modo, o propósito fundamental da filosofia é saber qual a forma lógica específica dos fatos. A possibilidade de realizar esta tarefa por meio da análise completa dos sinais é um caminho colocado em suspenso por Wittgenstein e que atinge diretamente os propósitos da filosofia: pode ser que uma análise completa dos sinais não exista e, se assim for, como seria possível determinar a existência de fatos com formas lógicas específicas? Uma vez que ainda não é possível confirmar a existência da análise completa dos sinais, Wittgenstein avalia outra alternativa que é, já de início, recusada pelo autor. A alternativa russelliana de que a auto-evidência seria um critério para determinar a existência das formas lógicas não consegue esclarecer de que modo podemos “saber” da forma lógica particular comum às proposições e aos fatos. É esse percurso que permite o início dos *Notebooks* avaliar a tarefa fundamental da filosofia.

Nas demais entradas do dia 03/09/1914, é rejeitada a ideia de uma “auto-evidência” para decidir sobre a existência das formas lógicas particulares: “Portanto nós podemos perguntar: existe a forma sujeito-predicado? Existe a forma relacional? Existe de modo geral alguma das formas que Russell e eu sempre falávamos? (Russell diria: ‘Sim! Porque isto é evidente.’ *Ha!*” (ibid.). Segundo Wittgenstein, a auto-evidência não pode ser considerada como um critério para determinar a existência das formas lógicas particulares, isto é, a identidade lógica entre sinal e sinalizado não é auto-evidente. “Todo o problema da filosofia” é mostrar em que consiste a identidade lógica entre sinal e sinalizado (Ibid.). Uma vez questionada a existência de uma análise completa e recusada a auto-evidência como critério para determinar a identidade lógica entre sinal e sinalizado, a filosofia encontra-se em apuros para realizar a tarefa que lhe cabe – a de fornecer a forma lógica dos fatos. Esse imbróglio é reforçado nas questões apresentadas na última entrada do dia 03/09/1914, questões que também nos permitem reconhecer um outro aspecto da tarefa da filosofia.

Algumas “questões filosóficas” retratam a tarefa da filosofia como a de saber se certas proposições têm formas lógicas particulares: se “A é bom” é uma proposição da forma sujeito-

⁷ Podemos reconhecer, de maneira imediata, que a questão “como é reconciliável com a tarefa da filosofia que a lógica tem de cuidar de si mesma?” incide de modo enfático sobre os propósitos da filosofia. Silvia Faustino, ao comentar essa passagem dos *Notebooks*, frisa que “a tese da autonomia da lógica implica uma redefinição da tarefa da filosofia, posição que resulta clara nas primeiras páginas dos *Notebooks*, como mostra a instigante reflexão do dia 3 de setembro de 1914” (FAUSTINO, 2006. p. 27). Ainda que o início dos *Notebooks* coloque em xeque uma certa definição de tarefa da filosofia, talvez, essas passagens também levantem um problema para a autonomia da lógica. Examinaremos essa segunda opção na seção 1.3 deste capítulo.

predicado ou se “A é mais claro que B” é uma proposição da forma relacional (ibid). Antes de saber se a forma sujeito-predicado existe, se há fatos com essa forma, é necessário saber como podemos identificar que certa proposição tem uma forma lógica particular. A tarefa da filosofia consiste não apenas em saber se um fato tem uma forma lógica específica, mas também, em saber qual a forma lógica particular de uma proposição. Uma outra característica que define de maneira mais “simples e fundamental” o propósito filosófico, consiste em saber o que é um objeto simples: “Um ponto em nosso campo visual é um *objeto simples*, uma *coisa*?” (ibid.). Nesse caso, cabe à filosofia esclarecer em que consiste o simples, se a simplicidade pode estar associada a casos específicos – a pontos do campo de visão, por exemplo. Ainda que estas questões sejam genuinamente filosóficas, o final da anotação do dia 03/09/1914 revela que: “Não haveria aqui um erro na formulação do problema (*Fragstellung*); parece como se *absolutamente nada* fosse para mim evidente nessa questão; definitivamente, parece como se, em geral, esta questão nunca pudesse ser colocada”. O início dos *Notebooks* revela que a auto-evidência não pode ser critério para a realização da tarefa filosófica; se assim fosse, as questões da filosofia seriam evidentes e poderiam ser respondidas através da auto-evidência; entretanto, não há nada que permite respondê-las de maneira afirmativa ou negativa. Consequentemente, o “problema colocado aqui” mostra que as questões da filosofia não podem ser formuladas, no limite, elas não são questões genuínas.

As anotações do dia 03/09/1914 sublinham, de maneira clara, que a tarefa da filosofia consiste em esclarecer as formas lógicas particulares, se uma proposição tem determinada forma específica (sujeito-predicado, relacional etc.) e se o fato que ela afigura tem a mesma forma. Esse propósito também estará relacionado à caracterização do simples, se, por exemplo, um objeto simples (uma coisa) pode ser um ponto do campo de visão. No entanto, a nebulosidade que paira ao redor da tarefa da filosofia consiste em compreender como ela pode realizar os seus desígnios. Há, pelo menos, dois pontos que não são claros nessa anotação: i) o porquê da autonomia da lógica entrar em conflito com a tarefa da filosofia – ou o porquê elas têm de se reconciliar –, além do mais, ii) não é de todo claro o porquê a “existência de uma análise completa” é necessária para filosofia e como ela está ligada ao “problema da reconciliação”. Talvez, para que possamos compreender de maneira mais adequada esses pontos, fosse importante considerarmos as anotações de 1913 e de abril de 1914 – as *Notes on Logic* e as *Notes Dictated to Moore*. Nessas notas é possível identificarmos uma caracterização da filosofia que engloba a autonomia da lógica e a tarefa de esclarecer a forma particular comum aos fatos e às proposições (a “tarefa metafísica”). Com isso, podemos reconhecer como a definição de filosofia apresentada nas *Notes on Logic* e nas *Notes Dictated to Moore* repercute no início dos *Notebooks*.

1.2. A concepção de filosofia nas *Notes on Logic* e nas *Notes Dictated to Moore*

No último manuscrito das *Notes on Logic*, Wittgenstein apresenta o “panorama” da concepção de filosofia que ele tinha na época. Por um lado, há uma diferença marcante destas notas em relação aos *Notebooks*. Em 1913, a lógica e a metafísica estão inseridas dentro do “campo filosófico”. Por outro lado, há algo que permanece essencialmente o mesmo. A lógica deve ser compreendida como autônoma, como a base da filosofia, anterior à metafísica. Ademais, a filosofia terá como tarefa esclarecer os “indefiníveis gerais”⁸, clarificar a forma lógica das proposições usuais e, com isso, mostrar como a gramática da linguagem comum é imprecisa:

Na filosofia não há deduções: ela é puramente descritiva; A filosofia não dá imagens da realidade; a filosofia não pode confirmar e nem refutar a investigação científica; *A filosofia consiste em lógica e metafísica: a lógica é a sua base; [...] Desconfiar da gramática é o primeiro requisito para filosofar;*[...] apenas a doutrina dos indefiníveis gerais nos permite compreender a natureza das funções. Negligenciar esta doutrina leva a obscuridades impenetráveis; a filosofia é a doutrina da forma lógica das proposições científicas (não apenas de proposições primitivas); a palavra filosofia deve sempre designar algo acima ou abaixo, mas não ao lado das ciências naturais. (*NL*, pág. 106. meus itálicos)

Nesse excerto, Wittgenstein apresenta uma lista de características e tarefas que se remetem à filosofia. Não é encargo da filosofia estabelecer proposições verdadeiras a respeito dos fatos através de um método dedutivo, esta tarefa diz respeito às ciências. Ainda que a filosofia tenha de estar acima ou abaixo das ciências naturais, ela não pode refutar ou confirmar a investigação científica, pois à filosofia reserva-se um outro tipo de investigação. A reflexão filosófica incide sobre aquilo que é fundamental às proposições da ciência, as condições que as tornam possíveis⁹. A empreitada filosófica deve descrever os indefiníveis gerais, isto é, a filosofia deve dar conta de esclarecer a forma lógica das proposições, aquilo que é condição necessária para a formação dos sinais. Uma doutrina da forma lógica faz-se necessária para que seja possível esclarecer a natureza das proposições. Por esse motivo, a desconfiança na gramática: apenas a investigação filosófica pode desvelar a forma essencial que as proposições da linguagem comum, por assim dizer, escondem. Para que essa tarefa de esclarecimento da forma lógica essencial da linguagem seja efetuada, é necessário esclarecer de que maneira a filosofia se divide em duas partes. A primeira e que serve como base de todo empreendimento filosófico, o seu ponto de partida, é a lógica; a segunda, a

⁸ No primeiro dos manuscritos das *Notes on Logic*, Wittgenstein afirma que há dois tipos de indefiníveis: nomes e formas (*NL*, p.96). As formas lógicas das proposições são os indefiníveis gerais (Ibid. pp. 98,106 e 107).

⁹ E aqui investigar as condições necessárias para a constituição das proposições, não diz respeito apenas às proposições científicas, mas a todas as proposições, por assim dizer, à totalidade da linguagem.

metafísica, deve ser encarada como uma “consequência” da primeira, uma tarefa possível a partir de outra anterior e mais básica.

As *Notes on Logic* apresentam duas tarefas essenciais que a filosofia deve cumprir. A primeira delas diz respeito ao esclarecimento do conceito de proposição, isto é, como é possível a constituição do símbolo proposicional. É o que se manifesta na possibilidade de compreensão da natureza das funções através da “doutrina dos indefiníveis gerais”. E aqui denuncia-se aquilo que é fundamental às proposições: somente a partir do esclarecimento do conceito de forma lógica torna-se possível a compreensão exata da natureza da proposição. A forma lógica é a característica essencial de todas as proposições. Uma proposição consegue apresentar seu sentido de maneira determinada através da forma de articulação entre seus elementos. Assim sendo, a forma lógica é uma das condições necessárias para a constituição das proposições, para que apresentem seus sentidos de maneira determinada. O empenho da filosofia fixa-se exatamente nisso, em revelar as condições que possibilitam a constituição do sinal proposicional e, conseqüentemente, clarificar a natureza da proposição.

A lógica, enquanto base da filosofia, parece cumprir o papel de esclarecimento da forma lógica das proposições de maneira [mais] genuína. Ela trabalha somente no âmbito dos sinais, investiga as condições necessárias e completamente gerais para que uma proposição expresse seu sentido. Estas condições devem ser pensadas enquanto condições lógicas, já que revelar aquilo que torna possível a constituição das proposições é uma tarefa que não pode ser desvinculada da lógica. A lógica trabalha com todas as possibilidades, ela deve esclarecer as condições que possibilitam certo âmbito. Clarificar as condições necessárias à linguagem tem como requisito fundamental desconfiar da gramática, para mostrar que nem tudo está claro na superfície das proposições do senso comum e que é necessário buscar aquilo que é essencial a nossa linguagem. Justamente, o que a lógica faz é trazer à tona aquilo que é essencial à linguagem através de uma reflexão sobre as proposições que a constituem. O ponto de partida são as próprias proposições, aquilo que as fazem logicamente bem formadas e, por esse motivo, tão caro à lógica o estabelecimento das regras da sintaxe e as regras de inferência. Assim, a “doutrina da forma lógica” das proposições – tanto das primitivas quanto das científicas – deve ter como alicerce a lógica.

Cabe também observarmos a maneira pela qual a metafísica constitui o *corpus* filosófico, na medida em que ela deve ter como ponto de partida a lógica. Se à metafísica concerne o papel de desvendar a natureza das proposições, já que ela compõe uma das partes da filosofia, essa tarefa deve incidir sobre o esclarecimento do conceito de forma lógica. Contudo, ainda que seja esse o propósito da metafísica, ela não pode se sobrepor aos propósitos da lógica. Ao que tudo indica, a

forma lógica das proposições e dos fatos é esclarecida através das “proposições” da lógica. É o que Wittgenstein constata na abertura das *Notes dictated to Moore*: “as assim chamadas proposições da lógica *mostram* as propriedades lógicas da linguagem e portanto do mundo, mas não *dizem* nada”(NM, p.108). Se a metafísica tem de determinar a forma específica das proposições e revelar se há fatos com esta forma, então, ela tem de recorrer às propriedades gerais para constituição das proposições, propriedades que se mostram nas assim chamadas proposições da lógica. Consequentemente, os propósitos da metafísica são possíveis através da lógica, a partir do que se estabeleceu como condições completamente gerais para a constituição das proposições.

As propriedades lógicas das proposições mostram as propriedades dos fatos que elas representam e se há, por assim dizer, proposições da lógica, elas devem mostrar tais propriedades sem, no entanto, dizê-las – elas mostram *de maneira sistematizada* essas propriedades (Ibid.). Wittgenstein atenta para a não existência de fatos lógicos ou objetos lógicos que seriam *representados* (“ditos”) pelas proposições da lógica; o que estas proposições fazem é mostrar propriedades essenciais à linguagem e ao mundo – propriedades que não “estão” na linguagem e no mundo – e, por esse motivo, elas não representam nada. Se assim é, então, o que resta ao encargo da metafísica esclarecer? Se por meio das propriedades lógicas das proposições revelam-se as propriedades essenciais dos fatos, consequentemente, a lógica conseguiria revelar a estrutura essencial do mundo através daquilo que foi apresentado como estrutura essencial da linguagem. No limite, a tarefa de esclarecer a estrutura essencial dos fatos seria uma *consequência* do esclarecimento da estrutura essencial das proposições de nossa linguagem. Desse modo, a tarefa da metafísica estaria submetida à lógica ou, por outras palavras, a metafísica seria essencialmente uma decorrência imediata da lógica.

Entretanto, talvez, possamos encontrar uma tarefa, digamos, “metafísica” nas *Notes on Logic*, uma tarefa de especificação das formas proposicionais e que não é necessária à lógica. Nessas notas, a especificação das formas lógicas particulares não é caracterizada, de maneira explícita, como algo que a metafísica deve revelar. Estamos apenas sugerindo que, se a metafísica faz parte do escopo filosófico e se ela tem que estar submetida àquilo que a lógica estabeleceu de maneira geral sobre a forma proposicional, então, ao que tudo indica, a metafísica deve revelar qual as formas particulares das proposições e as formas particulares dos fatos que elas representam. A maneira como Wittgenstein expõe o princípio da plena determinação do sentido no terceiro manuscrito de 1913, pode dar suporte a nossa interpretação:

Todo enunciado sobre complexos aparentes pode ser resolvido no cálculo (soma, produto) lógico de um enunciado acerca dos constituintes e um enunciado acerca da proposição que descreve completamente o complexo. *Como, em cada caso, a resolução deve ser feita, é*

uma questão importante, mas essa resposta não é “incondicionalmente” necessária para a construção da lógica. (NL, p.101. Os acréscimos entre parênteses e frase em itálico são meus)

Se relacionarmos o que Wittgenstein retrata nesse trecho com o que se apresenta ao final das *Notes on Logic*, podemos identificar a lógica enquanto base da filosofia, enquanto autônoma e anterior a qualquer “tarefa metafísica”. Cabe à lógica esclarecer a possibilidade do “cálculo lógico”, revelar como enunciados complexos podem ser decompostos em enunciados mais simples, em proposições que descrevem completamente complexos no mundo. Por outro lado, não é necessário à lógica mostrar como, em cada caso específico, se dá a relação entre uma “proposição complexa” – que não descreve completamente o complexo – e a “proposição mais simples” – que descreve completamente o complexo. Essa é a distinção entre “proposição usuais” e “proposição completamente analisada”, entre “proposições” e “proposições elementares” ou, nos termos das *Notes on Logic*, a distinção entre “proposições moleculares” e “proposições atômicas”. A lógica pode prescrever que as proposições moleculares têm seus sentidos completamente determinados a partir de proposições atômicas: a lógica mostra a possibilidade de uma análise completa, que proposições moleculares podem ser analisadas em proposições atômicas, que descrevem completamente um fato no mundo¹⁰. No entanto, a lógica não precisa antecipar qual a forma específica das proposições atômicas, ela não precisa antecipar a análise completa de cada uma das proposições moleculares. Assim sendo, ainda que para a lógica não seja necessária a efetividade da análise, ela é importante em algum sentido. A importância que Wittgenstein atribui à efetividade da análise completa das proposições moleculares, revela-se no fato de que ela pode “completar” os propósitos da filosofia.

A ideia de uma análise completa que mostrasse como os sentidos de nossas proposições podem ser completamente determinados em proposições atômicas, leva à ideia de uma “notação perspicua”, que exclua todo o tipo de ambiguidade presente em nosso modo de expressão. Ora, a análise lógica de nossas proposições deve excluir toda a equivocidade dos símbolos, ela deve mostrar que sinais diferentes não podem ter o mesmo sentido; isso revela como o “método tradicional do simbolismo” está errado, que esse método ainda permite que sinais diferentes tenham o mesmo sentido (NL, p. 102). O primeiro dos manuscritos das notas de 1913 esclarece que, para a construção de um “método correto do simbolismo”, um mesmo nome não pode ter dois modos de designação diferentes (Ibid. p. 97). As proposições completamente analisadas devem mostrar que, ainda que os nomes sejam arbitrariamente relacionados aos seus significados, cada um deles deve

¹⁰ É o que Wittgenstein destaca no quarto manuscrito das *Notes on Logic* (cf. NL, p.106). No segundo manuscrito essa ideia é também levantada: aquilo que na realidade deve corresponder a uma proposição, não pode ser mais do que o que corresponde as suas proposições atômicas, a proposição molecular não acrescenta nenhuma informação material que não esteja contida em seus átomos (cf. NL, p.98).

ter somente um modo de designação. Isto é, um sinal simples (um nome) não pode designar de duas maneiras diferentes. Desse modo, a possibilidade de uma análise completa das proposições moleculares, deve eliminar, no plano das proposições atômicas, todo tipo de ambiguidade: sinais diferentes não podem ter o mesmo modo de designação (o mesmo sentido) e um sinal não pode designar de maneiras diferentes (um nome não pode ter dois significados diferentes). Isso é o que permite a construção de um simbolismo totalmente adequado.

Nesse sentido, cabe à lógica esclarecer as condições que possibilitam a análise completa das proposições moleculares e, com isso, mostrar as condições para a construção de um simbolismo correto. Ao final do quarto manuscrito, Wittgenstein parece dar ênfase a esse aspecto da lógica: “Desconfiar da gramática é o primeiro requisito para filosofar”. E não podemos esquecer que a lógica é esse “primeiro passo” para filosofar, ela constitui a base da filosofia. Assim sendo, desconfiar da gramática é reconhecer que a linguagem comum acarreta um grau de incerteza, que ela “oculta a estrutura da proposição: nela relações parecem ser predicados, predicados parecem nomes, etc.” (Ibid. p.107). A autonomia da lógica, tal como podemos encontrar nas *Notes on Logic*, deve mostrar, de modo completamente *a priori*, as condições que possibilitam uma análise completa das proposições moleculares e, dessa maneira, mostrar a possibilidade de construir um simbolismo correto.

Nas *Notes on Logic*, está esboçada a distinção daquilo que a lógica pode antecipar de maneira completamente geral e aquilo que ela não pode cumprir *a priori*. À primeira vista, a lógica pode mostrar as condições que possibilitam uma análise completa das proposições usuais e as condições que possibilitam um simbolismo correto. A lógica antecipa a forma geral das proposições, algo que todas elas têm em comum: todas são bipolares, complexas e são funções de verdade de proposições atômicas. No entanto, a análise efetiva de cada uma das proposições que constituem a linguagem não pode ser levada a cabo pela lógica e, conseqüentemente, um simbolismo que eliminasse as ambiguidades dessas proposições não pode ser dado de antemão. Desde os primeiros escritos de Wittgenstein, a lógica não antecipa a forma específica das proposições atômicas. Nesse caso, se é uma questão importante saber como em cada caso uma proposição molecular é analisada em proposições mais simples, ela não pode ser “incondicionalmente necessária” à lógica. A lógica pode garantir, *a priori*, a possibilidade da análise completa, mas a efetividade da análise não é essencial a ela. A resposta de como se evidenciam as relações específicas entre enunciados e como a proposição completamente analisada mantém uma relação determinada com o mundo, é importante porque permite “completar” a filosofia. Aparentemente, esta resposta poderia coincidir com os propósitos da metafísica: revelar as formas

específicas das proposições atômicas (se elas têm a forma sujeito-predicado, relacional etc.) e, conseqüentemente, revelar as formas específicas dos fatos – apenas “através do símbolo de uma proposição atômica que podemos saber (*know*) se ela é uma proposição sujeito-predicado” (*NL*, 107).

A partir das considerações que fizemos acima, podemos reconhecer dois aspectos da filosofia que são destacados pelas *Notes on Logic* e *Notes dictated to Moore*: 1) ela deve mostrar, por intermédio da lógica, as propriedades gerais das proposições e, portanto, as propriedades gerais do mundo. A forma lógica que a proposição compartilha com o fato é uma propriedade interna (lógica, geral) comum à linguagem e ao mundo. A análise completa revela a forma lógica específica e o sentido determinado que as proposições moleculares ocultam; não é necessário à lógica efetivar uma análise completa das proposições moleculares, ela apenas fornece as condições para tal; a lógica apenas mostra que é uma propriedade interna da proposição poder ser analisada em proposições mais simples e que é uma propriedade interna da proposição poder representar um fato. 2) Estabelecidas as condições que possibilitam uma análise completa, seria possível mostrar o modo como cada um dos sinais simples se relacionam com seus significados, determinar a forma específica de cada uma das proposições atômicas e, conseqüentemente, mostrar a forma lógica específica dos fatos que elas representam. Em 1913, a tarefa de especificar a forma lógica das proposições moleculares é destinada à metafísica. Nesse caso, a filosofia é constituída pela lógica, que mostra as condições de possibilidade para a constituição do sentido proposicional, e pela metafísica, que mostra as relações efetivas entre proposições e seus sentidos. O primeiro passo que a filosofia deve dar é o da lógica, ela deve reconhecer que a gramática das proposições moleculares não é completamente clara, que a forma aparente dessas proposições pode não ser a sua forma real. O “passo final” para filosofar seria o da metafísica, que consiste em mostrar quais são as formas específicas das proposições atômicas e, com isso, mostrar a forma lógica de cada fato.

1.3. O problema da análise completa nos Notebooks

Mas como podemos situar o problema da conciliação entre autonomia da lógica e a tarefa da filosofia, tal como apresentado no início dos *Notebooks*, em relação à concepção de filosofia que Wittgenstein expusera meses antes nas *Notes on Logic* e nas *Notes dictated to Moore*? Em primeiro lugar, as três notas concebem a lógica como a base da filosofia. Ainda que o início dos *Notebooks* não se refira ao duplo aspecto da filosofia (lógica e metafísica), tal e qual nas *Notes on logic*, podemos reconhecer que a lógica tem que ser completamente anterior e autônoma à tarefa da

“filosofia” que, nos *Notebooks*, “encarna” a metafísica. Nesse sentido, a autonomia da lógica tem que mostrar, de maneira completamente geral, as regras sintáticas para as funções, as propriedades e relações formais entre proposições e, conseqüentemente, a forma geral que toda e qualquer proposição necessita para expressar um sentido. Em segundo lugar, nos *Notebooks*, a tarefa da filosofia é idêntica à metafísica, na medida em que, ali, saber a forma particular de uma proposição e a forma particular de um fato constituem os propósitos fundamentais da filosofia. Acerca desses dois pontos, as três notas são essencialmente similares: a lógica deve mostrar a forma da proposição de maneira completamente geral – e também a forma geral do universo (*NM*, p.108) –, sem necessitar de nada externo a ela própria; a tarefa da filosofia é uma consequência da autonomia da lógica, já que, a partir daquilo que se estabeleceu de maneira completamente geral sobre a forma proposicional é possível mostrar a forma particular da proposição e do fato representado. Assim, a partir desses dois pontos, podemos reconhecer uma “preocupação” lógico-filosófica comum às três notas que perpassam os anos de 1913 e 1914.

Uma característica que a lógica pode antecipar sobre a forma das proposições, como vimos nas *Notes on Logic* e nas *Notes dictated to Moore*, é que a proposição molecular tem o seu sentido plenamente determinado quando decomposta em proposições atômicas. Quer dizer, o complexo que a proposição molecular descreve é completamente descrito pelas proposições atômicas. No símbolo da proposição atômica, revela-se a forma particular pela qual ela é constituída, se ela tem a forma sujeito-predicado, relacional etc (*NL*, 107). No entanto, a lógica não pode antecipar a análise completa de uma proposição, ela não pode dar de antemão a forma particular da proposição atômica. A lógica apenas garante as condições de possibilidade para uma análise completa sem mostrar a análise efetiva de cada proposição. Já a análise efetiva das proposições, que especificasse a forma de cada uma delas, segundo a nossa interpretação, é necessária à metafísica, ela permite realizar a tarefa da filosofia¹¹. Nesse sentido, a partir das anotações das *Notes on Logic* e das *Notes dictated to Moore*, podemos reconhecer como as duas partes da filosofia estão em harmonia: a lógica esclarece, de maneira completamente geral, as formas das proposições e as condições para analisá-las completamente; uma vez completado o processo de análise, a metafísica poderia revelar a forma particular das proposições atômicas e a forma particular dos fatos que elas representam. É exatamente essa conciliação que Wittgenstein questiona nas primeiras páginas dos *Notebooks*.

11 Anthony Kenny identifica a tarefa da filosofia com a tarefa de realizar a análise completa das proposições usuais: “De fato, a tarefa da filosofia parece ser a de dar uma tal análise. Os problemas tipicamente filosóficos mostram isso. ‘A é bom’ é uma proposição sujeito-predicado? ‘A é mais claro que b’ é uma proposição relacional? É um ponto no campo visual um objeto simples?” (KENNY, 2006. p. 65). Sobre esse ponto, seguimos a interpretação de Kenny. Apenas acrescentamos que a tarefa da filosofia condiz com os “propósitos da metafísica”, tal como caracterizado nas *Notes on Logic*.

A dificuldade imposta sobre a tarefa da filosofia e a autonomia da lógica consiste na falta de um critério para a realização da análise completa das proposições usuais. É exatamente nesse aspecto que os *Notebooks* se distanciam das *Notes on Logic* e das *Notes Dictated to Moore*. As questões apresentadas no dia 03/09/1914 podem ser imediatamente direcionadas à tarefa da filosofia. A especificação das formas dos sinais poderia justificar aquilo que a lógica antecipa de maneira completamente geral sobre as formas das proposições. Se assim fosse, as regras sintáticas para as funções seriam estabelecidas ao final da análise, uma vez que a sintaxe lógica de uma proposição só poderia ser esclarecida quando ela fosse completamente analisada¹²; isso mostraria que a possibilidade de designação dos sinais deveria ser legitimada pelo processo de análise lógica, que a “boa formação” da proposição, a sua capacidade de exprimir um sentido, seria justificada quando ela fosse completamente analisada. A existência de uma análise completa poderia mostrar qual a forma real de uma proposição. Se, por exemplo, tivéssemos uma proposição usual da forma sujeito-predicado, a sua análise completa revelaria se alguma das proposições mais simples que lhe servem de base tem esta forma e, conseqüentemente, revelaria a existência da forma sujeito-predicado.

Caso essa perspectiva fosse aceita por Wittgenstein, seria forçoso admitir que o critério para o reconhecimento do final da análise estaria assentado na existência das formas lógicas específicas. Quer dizer, o processo de análise chegaria a um fim quando reconhecido um fato que se comportasse por meio de uma forma específica. Conseqüentemente, dever-se-ia admitir que as regras sintáticas para as funções, a possibilidade de designação dos sinais e a constituição do sentido proposicional, seriam justificados ao final da análise. Teríamos um critério metafísico para o esclarecimento da sintaxe lógica das proposições, já que ela só poderia ser justificada através da análise completa das proposições. Ademais, o próprio critério para o processo de análise estaria embasado nos fatos, uma vez que, a partir da forma pela qual os fatos se comportam, seria possível justificar a forma pela qual os sinais se comportam. Wittgenstein não pode aceitar esse tipo de conclusão, pois ela vai contra o emblema que abre os *Notebooks*: “a lógica tem de cuidar de si mesma”.

À primeira vista, a desarmonia entre a tarefa da filosofia e a autonomia da lógica consiste na suposição de que o propósito filosófico forneceria um critério para a análise completa das

¹² A segunda entrada do dia 07/09/1914 expressa a dificuldade em reconhecer a sintaxe lógica sem a análise: “O ponto é simplesmente completar a lógica, e a nossa objeção contra proposições sujeito-predicado não analisadas era que nós não podemos estabelecer a sua sintaxe enquanto não conhecermos a sua análise”. Trataremos a dificuldade entre proposições não-analisadas e proposições completamente analisadas, enfrentada no início dos *Notebooks*, na seção subsequente deste capítulo. Cabe sublinhar que, desde a anotação do dia 03/09/1914, já está presente a ideia de que a análise completa tem como propósito estabelecer a sintaxe lógica das proposições mas que Wittgenstein questiona essa ideia.

proposições por meio da existência das formas particulares¹³. Dito de outro modo, a filosofia pretende “saber” se uma proposição tem a forma sujeito-predicado, relacional etc. por meio da existência de fatos com essas formas; conseqüentemente, a condição que permitiria identificar a forma das proposições por meio da análise estaria embasada nos fatos. E aqui está a dificuldade de conciliar a tarefa da filosofia e a autonomia da lógica. Para cuidar de si mesma, a lógica não pode recorrer aos fatos para revelar a existência de certas formas. A lógica mostra, por intermédio das regras sintáticas, que toda e qualquer proposição tem o seu sentido constituído por meio de uma forma; que proposições e fatos têm uma forma lógica comum, é uma das condições gerais para que a proposição possa exprimir o seu sentido¹⁴. Se a plena determinação do sentido das proposições revela-se ao final do processo de análise, quando revelada a forma específica compartilhada entre proposição e fato, então, a lógica pode antecipar apenas as condições gerais para a realização de tal processo. Essas condições não podem ser justificadas pela existência de fatos com formas específicas, pois isso faria com que a lógica deixasse de ser autônoma. A tarefa da filosofia não pode se sobrepor à lógica. Se deve existir uma análise completa e se ao final da análise deve-se mostrar proposições e fatos com formas particulares em comum, a especificação de quais seriam essas formas é uma tarefa da filosofia. No entanto, esta tarefa não pode justificar aquilo que a lógica estabelece, de maneira completamente geral, sobre a forma proposicional e o processo de análise.

A inexistência de uma análise completa das proposições impossibilita a própria tarefa da filosofia ou, por outras palavras, a falta de um critério que possibilite identificar, ao final da análise completa, qual a forma particular comum a uma proposição e a um fato, revela a dificuldade de realizar os propósitos filosóficos. A experiência não pode fornecer a forma lógica das proposições usuais, isto é, o critério para o final da análise não pode ser fornecido pela experiência (cf. *NB*, 03/09/1914, §3). Como vimos, essa perspectiva segue-se diretamente da prescrição de que a lógica tem de cuidar de si mesma: não pode haver critérios extra-lógicos que “mostrassem tudo aquilo que é necessário” às proposições. Pelo mesmo motivo, a auto-evidência não pode ser caracterizada como critério para a determinação das formas particulares de proposições – como critério para o

13 Ao comentar a primeira entrada do dia 03/09/1914, Sílvia Faustino fornece a seguinte interpretação: “A inquietação de Wittgenstein parece recair sobre a suposição de que a tarefa da filosofia deve ser a de fornecer uma análise completa da linguagem, baseada na suposição da existência de determinadas formas” (FAUSTINO, 2006. p. 28). Em seguida, após comentar a segunda e terceira entrada do mesmo dia, ela conclui: “Enfim, o que se questiona não é que a tarefa da filosofia envolva a possibilidade da análise completa da linguagem, mas a concepção de que essa tarefa consista em definir ou justificar a existência de certas formas” (ibid. p. 29). Apenas queremos destacar que, no dia 03/09/1914, a questão é imposta sobre os propósitos da filosofia e da autonomia da lógica: nem a filosofia e nem mesmo a lógica podem fornecer os critérios para a efetividade de uma análise completa. Dito de outro modo, a efetividade da análise não pode justificar as regras sintáticas para as proposições; a partir das formas particulares não é possível justificar a forma geral proposicional.

14 É o que podemos extrair do primeiro parágrafo das anotações ao Moore: “As assim chamadas proposições da lógica mostram as propriedades lógicas da linguagem e, portanto, do universo, mas não dizem nada” (*NM*, p.108).

final da análise –, pois isso nos forçaria admitir que as condições de “tudo aquilo que é necessário” para as proposições são extra-lógicas¹⁵. Desse modo, as quatro últimas entradas do dia 03/09/1914, salientam que as formas particulares das proposições não podem ser fornecidas através da experiência, pois as formas lógicas não são fatos e não podem ser representadas por proposições com sentido¹⁶. Essas entradas também sublinham que uma auto-evidência não é critério para a determinar as formas lógicas particulares, uma vez que esse critério é completamente exterior à lógica¹⁷.

As condições para realização do processo de análise completa dos sinais têm de ser puramente lógicas e, portanto, a filosofia tem de estar embasada em critérios lógicos para que seja possível desempenhar a sua tarefa. Essa perspectiva está implícita no *slogan* “a lógica tem de cuidar de si mesma”: se cabe à lógica mostrar como sinais podem sinalizar via as regras sintáticas e se cabe à filosofia mostrar a forma particular do sinalizado, então, a possibilidade da tarefa da filosofia tem como base as regras da sintaxe lógica dos sinais. A filosofia pretende realizar a sua tarefa a partir da análise completa dos sinais, uma análise que mostrasse não apenas a forma particular de um sinal, como também, a forma particular do fato sinalizado. Nesse caso, uma vez que a lógica é a base da filosofia, ela deveria mostrar quais os critérios que permitem a realização de um processo de análise completa dos sinais. Entretanto, no início dos *Notebooks*, Wittgenstein parece questionar que a autonomia da lógica seja compatível com sua capacidade de revelar os critérios para o processo de análise completa dos sinais.

A primeira questão introduzida no dia 03/09/1914 parece incidir mais sobre a autonomia da lógica do que sobre a tarefa da filosofia. Ora, é autonomia da lógica que tem de se conciliar com os propósitos filosóficos: “como é *conciliável com a tarefa da filosofia* que a lógica tem de cuidar de si mesma?” (*NB*, 03/09/1914). Se é do interesse da filosofia “saber” a forma particular dos fatos através da forma particular dos sinais, a lógica deve, portanto, estar em consonância com essa tarefa. O problema pode ser considerado da seguinte maneira: se à autonomia da lógica importa as características completamente gerais das proposições, então, como ela pode estar em harmonia com a tarefa de “saber” a forma particular dos sinais e dos fatos sem deixar de ser autônoma? Caso essa

15 Sébastien Gandon identifica a recusa de Wittgenstein em aceitar o critério da auto-evidência de Russell como a recusa de aceitar uma “intuição extra-linguística”, uma intuição proveniente do conceito de *acquaintance* que parece marcar uma dimensão psicológica da análise (cf. GANDON, 2002. pp. 127 e 128). Quando Gandon comenta a primeira entrada do dia 03/09/1914, ele observa que essa recusa afeta os propósitos da filosofia: “A recusa de colocar uma intuição extra-linguística compromete, explica o autor, a possibilidade do trabalho filosófico, isto é, a possibilidade da análise. Impedindo-se de recorrer à intuição, priva-se do único meio que permite determinar se a forma de uma expressão coincide com a forma dos fatos e, do mesmo modo, a única possibilidade de distinguir entre forma aparente e a forma real do símbolo” (ibid. p. 129). Queremos frisar que a auto-evidência é completamente extra-lógica e, por isso, enfaticamente descartada como critério para a determinação do final da análise nos *Notebooks*.

16 Cf. FAUSTINO, 2006. p.29.

17 A ideia de Gandon de que a auto-evidência é um critério extra-linguístico. Cf. GANDON, 2002. p. 129.

tarefa possa se realizar apenas por meio de uma análise completa dos sinais, cabe compreender como a lógica está em concordância com a existência de uma análise completa sem, no entanto, abrir mão de sua autonomia.

A partir dessas considerações, a análise completa pode ser caracterizada como uma dificuldade para a autonomia da lógica. A lógica tem de mostrar, de maneira geral, os critérios para uma análise completa dos sinais, uma análise que, de acordo com as primeiras anotações dos *Notebooks*, deve revelar a particularidade formal do sinal e do fato que ele sinaliza. O problema consiste em mostrar os critérios para a realização de uma análise completa sem que a lógica deixe de ser autônoma. Há duas maneiras para reconhecer que essa dificuldade atinge a autonomia da lógica. A primeira delas evidencia a falta de critérios lógicos para a operação de uma análise completa dos sinais. A segunda caracteriza a falta de um critério lógico que permita identificar o final da análise¹⁸.

O dia 03/09/1914 enfatiza que é impossível saber “através dos sinais” se, *no geral*, existe uma forma sujeito-predicado: é o que se manifesta pelo fato de não haver nenhum sinal desta forma. Quer dizer, a impossibilidade de saber se, *em geral*, existe uma forma particular, decorre da inexistência de um sinal com uma forma particular específica – “nós não temos nenhum sinal dessa forma” (ibid.) –; conseqüentemente, se é impossível reconhecer no sinal qual a sua forma específica, é impossível reconhecer a forma específica do fato que ele sinaliza. A primeira anotação dos *Notebooks* salienta que a possibilidade designativa do sinal deve estar embasada nas regras sintáticas para as funções, isto é, por meio das regras da sintaxe lógica, os sinais sinalizam de maneira totalmente legítima. Essa é uma das condições logicamente necessárias para os sinais e que decorre diretamente da autonomia da lógica. Todavia, se a forma lógica permite determinar a maneira pela qual o sinal sinaliza de maneira totalmente legítima e se é impossível reconhecer no próprio sinal a forma pela qual ele sinaliza, então, temos aqui uma dificuldade: não é possível reconhecer pelas regras da sintaxe lógica a maneira (a forma lógica) pela qual um sinal possível tem de sinalizar. Baseado nesse ponto de vista, o problema de “sabermos *se há*, no geral, uma forma (no caso, a forma sujeito-predicado)” (ibid.), caracteriza-se enquanto uma dificuldade para a autonomia da lógica.

A impossibilidade de saber através dos sinais se, em geral, uma forma existe, retrata o primeiro aspecto em que a autonomia da lógica entra em conflito com a análise completa das

18 Em *P' dice P*, Cuter aponta para esse caráter indubitavelmente problemático do conceito de análise tal como encontrado no *Tractatus*: “Não é claro quais são os critérios que deve guiá-la (a análise) e nem quais seriam os indícios para eventualmente determinar quando ela chegou ao fim” (CUTER, 1999, p. 56). Estamos sugerindo que este caráter problemático da análise está presente no início dos *Notebooks* e que, ali, ele está essencialmente vinculado à autonomia da lógica.

proposições e, portanto, um dos motivos da desarmonia com a tarefa da filosofia. A análise completa dos sinais revela-se impossível, pois não podemos sequer reconhecer em que medida um sinal tem uma forma lógica específica. Nesse caso, talvez, seja impossível identificar um parâmetro lógico para o processo de análise dos sinais. Essa perspectiva pode ser considerada pelo seguinte viés: as regras sintáticas não estabelecem a forma específica dos sinais, elas não podem esclarecer como os sinais podem ter uma forma específica; quer dizer, a lógica não pode esclarecer o que, em geral, compreendemos por forma sujeito-predicado, relacional etc. Antes de “saber” se no final da análise é possível encontrar um sinal da forma sujeito-predicado e, conseqüentemente, um fato com a mesma forma, coloca-se em questão a maneira pela qual é possível reconhecer no sinal uma forma particular. Quando Wittgenstein nega a possibilidade de haver sinais com uma forma específica, talvez ele coloque em xeque a possibilidade de uma análise completa. Ora, a impossibilidade de saber se no geral há sinais com formas específicas, caracteriza a impossibilidade de operar um processo de análise que mostrasse, ao seu final, um sinal com uma forma específica e que sinalizasse um fato de mesma forma. Talvez, fosse papel da lógica estabelecer, de maneira completamente autônoma à tarefa da filosofia, as regras que possibilitam uma tal análise. Entretanto, a anotação do dia 03/09/1914, destaca a impossibilidade de reconhecer sinais que se comportam através de formas específicas e, conseqüentemente, a impossibilidade de estabelecer por meio do sinal as condições de sua “analisabilidade”.

Segundo a nossa interpretação, a primeira entrada do dia 03/09/1914 introduz um problema para a possibilidade da análise completa das proposições que atinge a autonomia da lógica. Através das regras sintáticas para as funções, a lógica tem de mostrar a essência dos sinais – as propriedades e relações formais que eles mantêm entre si. À primeira vista, a forma específica de um sinal poderia ser esclarecida quando ele fosse completamente analisado. Todavia, uma análise completa parece ser impossibilitada: é impossível reconhecer se, em geral, existe uma forma lógica particular, se o sinal tem uma forma específica; conseqüentemente, é impossível determinar um parâmetro lógico para o processo de análise, isto é, um critério lógico para operar uma análise completa dos sinais¹⁹. A tarefa da filosofia se realizaria ao final do processo de análise, quando se mostrasse que a forma específica de um sinal é idêntica a forma específica do fato. Entretanto, se é impossível estabelecer um critério lógico para realização de um processo de análise, é impossível determinar um critério lógico para reconhecer qual o final da análise completa. A inexistência de um sinal com uma forma específica, mostra que é impossível saber o que, no geral, compreende-se por formas

19 Se fossemos utilizar os termos das *Notes on Logic*, a lógica não seria capaz de fornecer critérios para mostrar que “todo enunciado sobre complexos aparentes pode ser resolvido no cálculo (soma, produto) lógico de um enunciado acerca dos constituintes e um enunciado acerca da proposição que descreve completamente o complexo”.

particulares. Uma vez que, por exemplo, não há um sinal da forma sujeito-predicado, não é possível saber o que se compreende por forma sujeito-predicado e, portanto, se “tal e tal fato” tem esta forma. Mesmo que fosse possível dizer que um “sinal se comporta tal como a forma sujeito-predicado”, ainda falta um critério lógico para esclarecer que os fatos se comportam por meio desta forma. Parece que não há um parâmetro lógico para determinar o final da análise ou, por outras palavras, não há um critério que permita reconhecer a identidade lógica entre sinal e sinalizado (*NB*, 03/09/1914). A impossibilidade de determinar a forma particular dos sinais é decorrente da falta de critérios lógicos para a realização do processo de análise. Desse modo, a “existência” ou “inexistência” de uma análise completa é um problema que se impõe à autonomia da lógica desde de as primeiras anotações dos *Notebooks*²⁰.

Podemos notar que boa parte das notas de 1914 trata da possibilidade de determinar o sentido pleno das proposições usuais, uma possibilidade que envolve a análise completa de tais proposições. Em 1915, a relação entre a análise completa das proposições usuais e a plena determinação do sentido reaparece a partir de uma questão que incide diretamente sobre a autonomia da lógica: “Nós podemos passar sem objetos simples na LÓGICA?” (*NB*, 09/05/1915). Mais tarde, na segunda quinzena de junho de 1915, podemos observar que “a demanda das coisas simples é a demanda da determinação do sentido” e, aqui, a questão da análise completa envolve a possibilidade de determinar as coisas simples. É no ano de 1915 que a relação entre análise completa e simplicidade envolve as considerações acerca do solipsismo (cf. 23/05/1915). A partir disso, Wittgenstein considera a alternativa de determinar a “aplicabilidade” e o sentido de *minhas* proposições por *eu* poder apontar com o dedo complexos no mundo (cf. *NB*, 17/06/1915; 20-22/06/1915). Como o *eu* aparece nos *Notebooks* é um tema de grande importância para a nossa dissertação, uma vez que queremos compreender a gênese do sujeito na filosofia do primeiro Wittgenstein e como ele está associado à autonomia da lógica e a tarefa de uma análise completa dos sinais²¹. Isto posto, podemos reconhecer que o problema que envolve a autonomia da lógica e a possibilidade da análise completa, é longamente retratado ao longo dos *Notebooks*.

Uma alternativa para esse impasse é oferecida por Wittgenstein logo em seguida às anotações do dia 03/09/1914. O autor sugere a possibilidade de não ser preciso trabalhar com as proposições completamente analisadas. A hipótese é de que a forma real das proposições do cotidiano já estariam expressas em sua própria estrutura gramatical, ou seja, que seria possível

20 Gandon observa que os três momentos que os *Notebooks* consagram à natureza da análise, encontram-se no início dos *Notebooks* até o dia 11/10/1914. Mais tarde, a natureza das proposições volta a aparecer como um assunto de destaques nos *Notebooks* em começo de maio de 1915 e termina ao final de junho de 1915 (cf. GANDON, 2002. p. 126, nota 1).

21 Voltaremos exaustivamente sobre esse tema no segundo capítulo, especificamente nas seções 2.3 e 2.4.

reconhecer “tudo aquilo que é necessário para as proposições” em sua forma cotidiana. Se esse fosse o caso, a análise efetiva das proposições seria desnecessária, seria uma tarefa completamente supérflua à lógica²². Como Wittgenstein, no início dos *Notebooks*, explora essa alternativa veremos a seguir.

1.3.1. A alternativa de trabalhar com as proposições usuais sem a análise completa

Um caminho explorado por Wittgenstein para tratar as dificuldades que assolam a autonomia da lógica é: e se a lógica das proposições usuais for de tal modo que não seria necessário analisá-las completamente para determinar os seus sentidos? Obviamente, se assim fosse, a forma real da proposição usual estaria às claras em sua superfície gramatical ou, melhor dizendo, a distinção entre forma real (que estaria “submersa” na gramática cotidiana) e forma aparente (que está na superfície de nossa gramática) desapareceria. É essa a alternativa que os *Notebooks* examinam nas primeiras anotações de 1914 e que são retomadas em boa parte das notas de 1915. Ainda que essa alternativa seja tratada em um breve período da filosofia do primeiro Wittgenstein, é válido examiná-la para que possamos compreender quais os problemas que o conceito de análise enfrenta e como eles afetam a autonomia da lógica.

Nas duas primeiras entradas do dia 04/09/1914, Wittgenstein introduz a possibilidade de trabalhar com as proposições usuais sem uma análise completa, a possibilidade de compreender a proposição da forma sujeito-predicado sem saber da existência de um fato com essa forma. Quer dizer, se não é necessário recorrer à forma lógica do “sinal” que se revelaria ao final da análise para compreender como a proposição expressa um sentido completamente claro, então, a proposição já mostra uma forma real, ela expressa tudo aquilo que é necessário para a compreensão de seu sentido:

Se a existência de uma *proposição* (*Satz*) sujeito-predicado não mostra tudo que é necessário (*alles Nötige zeigt*), então isso apenas poderia ser de todo mostrado com um fato particular daquela forma. E o conhecimento (*Kenntnis*) de um tal não pode ser essencial para a lógica.

Suponha que nós tivéssemos um sinal (*Zeichen*) que *realmente* fosse da forma sujeito-predicado, seria ele de alguma forma uma expressão mais adequada da proposição sujeito-predicado do que as nossas proposições sujeito-predicado? Parece que não! Residiria isso na relação de significação (*Liegt das an der bezeichnenden Relation*)? (*NB*, 04/09/1914)

²² Kenny observa que a tarefa de uma análise completa é completamente supérflua à autonomia da lógica (KENNY, 2006. p. 65). Ademais, ele relaciona a alternativa de aplicar a lógica diretamente à linguagem cotidiana com o modo como o simples é tratado em 1915 nos *Notebooks* (ibid. pp. 65-67). Ainda que, por um momento, Wittgenstein enverede a alternativa de trabalhar com as proposições do cotidiano sem uma análise completa (ibid. p.65), é necessário pontuar que esta hipótese é intentada por Wittgenstein por não haver critérios lógicos para a possibilidade e a efetivação da análise completa das proposições usuais.

Ao que tudo indica, o trecho revela que a proposição da forma sujeito-predicado deveria mostrar em sua superfície gramatical tudo aquilo que lhe é necessário, aquilo que é fundamental para a compreensão de seu sentido. Em parte, a nota de 02/09/1914 frisava algo parecido: toda proposição que tem sentido está bem formada, ela está de acordo com as regras sintáticas. A proposição com sentido é logicamente bem formada, o sentido se mostra claramente na própria forma da proposição cotidiana – compreende-se o seu sentido sem conhecer a sua verdade ou falsidade. Se a proposição não conseguisse expressar um sentido determinado, talvez, fosse necessário recorrer a um fato para esclarecê-lo. No entanto, isso não seria “essencial à lógica”. É fundamental à lógica compreender como a proposição se constitui logicamente, a maneira pela qual uma proposição pode em si mesma expressar um sentido claro.

Um outro modo de compreender “tudo aquilo que é necessário” à proposição sujeito-predicado, consistiria em buscar no sinal da forma sujeito-predicado uma maneira mais adequada para exprimir o sentido. Nesse caso, o sentido vago de uma proposição sujeito-predicado estaria completamente determinado no sinal (que tem *realmente* a forma sujeito-predicado), pois este expressaria o sentido de maneira mais adequada do que aquela. Recorrer àquilo que no sinal se expressa de maneira mais adequada é, obviamente, analisar a proposição sujeito-predicado completamente. A análise completa da proposição sujeito-predicado mostraria no “plano” do sinal a forma sujeito-predicado *real*. Mas, aparentemente, nada garante que os sinais expressem seus sentidos de maneira mais adequada do que as proposições da linguagem comum. Ora, se ambos têm a mesma forma pela qual expressam seus sentidos, então, o que os distinguiria? À primeira vista, uma forma sujeito-predicado aparente é tão apta a expressar um sentido do que a forma sujeito-predicado *real*.

Por meio das anotações de setembro de 1914, podemos observar que Wittgenstein distingue, de maneira mais ou menos clara, os termos sinal (*Zeichen*) e proposição (*Satz*). É importante que demarcemos essa distinção, pois ela está diretamente vinculada ao problema da análise e à autonomia da lógica.

Tal como caracterizada nesse trecho do início dos *Notebooks* que acabamos de comentar, para expressar um sentido claro, a proposição (*Satz*) parece satisfazer os mesmos requisitos lógicos que o sinal (*Zeichen*). Lembremos que nas duas primeiras notas de seu caderno, Wittgenstein destaca que um sinal legítimo é capaz de sinalizar por meio das regras sintáticas. “Sócrates é Platão” constitui um contrassenso porque uma de suas componentes não recebeu uma designação arbitrária, e não pelo fato do sinal como um todo ser ilegítimo. Se um dos termos do sinal tivesse uma designação clara, talvez, ele deixasse de ser um contrassenso – pelo menos, seria possível

evidenciar que um dos sinais em “Sócrates é Platão” não é utilizado de maneira correta. Por sua vez, a proposição determina um sentido por meio das regras sintáticas e, com isso, mostra-se a sua boa formação. Uma proposição não expressar um sentido quando uma de suas partes não tem um significado determinado e, por essa perspectiva, sinal e proposição são similares: eles estão submetidos às regras sintáticas. Todavia, a forma pela qual sinal e proposição expressam seus sentidos parece ser totalmente diferente. Um dos pontos que o dia 03/09/1914 destaca é que nós não temos nenhum sinal da forma sujeito-predicado, ou seja, é impossível encontrar um sinal que tenha uma forma idêntica às formas das proposições usuais. Nesse caso, se não temos um sinal da forma sujeito-predicado, é impossível reconhecer se há fatos com essa forma. Mesmo que a análise completa da proposição sujeito-predicado fosse efetuada, ainda restaria saber o que tem de ser encontrado ao seu final: se não há um sinal da forma sujeito-predicado, qual a forma do sinal que tem de ser encontrada ao final da análise da proposição sujeito-predicado?

Talvez a proposição sujeito-predicado já mostrasse tudo o que é necessário para a compreensão de seu sentido (Ibid. 03/09/1914). Se esse fosse o caso, a filosofia não necessitaria realizar a tarefa que originalmente lhe foi atribuída: a análise completa não seria necessária, já que a proposição apresenta um sentido claro por meio de sua forma usual e, com isso, ela seria capaz de descrever claramente um fato de mesma forma; desse modo, a tarefa da filosofia deveria ser reformulada. Através desse prisma, abre-se a possibilidade de compreender o conceito de proposição sem o conceito de análise completa ou, dito de outro modo, se a proposição usual mostra o todo necessário para a compreensão de seu sentido, então, uma análise efetiva não seria necessária para expressá-lo. O dia 04/09/1915 retoma essa alternativa sobre o ponto de vista lógico. A lógica esclarece a maneira como a proposição sujeito-predicado expressa um sentido, sem a necessidade de recorrer à existência de um fato para determiná-lo. A distinção entre sinal e proposição também não parece ser logicamente necessária para a compreensão “mais exata” do sentido proposicional. A ideia de que o sinal deveria expressar de maneira mais adequada o sentido das proposições sujeito-predicado, encontra a sua limitação: ou bem o sinal tem uma forma totalmente diferente da proposição sujeito-predicado e, com isso, não seria possível reconhecer como o sinal está essencialmente vinculado a ela; ou bem o sinal tem a mesma forma da proposição sujeito-predicado, o que revelaria que os seus modos de expressão não se distinguem e, portanto, que um não é mais adequado do que o outro.

A distinção entre sinal e proposição retoma claramente o problema entre análise completa e autonomia da lógica. Ainda que a efetividade da análise completa das proposições usuais não seja incondicionalmente necessária à lógica, a sua possibilidade tem de ser garantida *a priori* – o cálculo

das proposições usuais tem de ser logicamente possível (cf. *NL*, p.101 e a seção 1.2 deste capítulo). Entretanto, poderia ser supérfluo colocar no horizonte lógico de investigação a possibilidade de uma análise completa: talvez a proposição já mostre um sentido determinado em sua própria estrutura gramatical. De certo modo, isso se revela na possibilidade de a proposição (usual) mostrar tudo o que é necessário sem precisar recorrer aos sinais, sem precisar recorrer a um modo mais adequado para expressar o seu sentido. Se assim é, o esclarecimento das condições que possibilitam uma análise completa não se impõe como uma tarefa para a lógica, pois as proposições do cotidiano nem sequer necessitariam de uma análise. A última entrada do dia 06/09/1914 aponta para essa alternativa: “Será que se pode dizer: A lógica *não* se preocupa com a analisabilidade das funções com que ela trabalha”. O fragmento esclarece que a lógica não precisaria mostrar qual a análise efetiva de cada função e a própria “analisabilidade” delas, o modo pelo qual é possível analisá-las, não seria uma preocupação para a lógica.

No dia 07/09/1914, o problema da análise completa é retomado por meio da distinção entre sinal e proposição ou, tal como aparece nessa passagem, na diferença entre a proposição sujeito-predicado aparente (não analisada) e proposição sujeito-predicado real (completamente analisada). Por um lado, mesmo que seja verdade que “a proposição não analisada diz (*aussagt*) claramente algo *completamente determinado*” (ibid., 07/09/1914), por outro lado, a sua sintaxe não pode ser estabelecida sem antes analisá-la completamente:

Será que não podemos dizer: Não se trata de termos de lidar com proposições sujeito-predicado não analisadas, mas que as nossas proposições sujeito-predicado se comportarem como tal em *toda* relação, i.é., que a lógica de *nossas* proposições sujeito-predicado é a mesma que a lógica daquelas outras. Trata-se para nós de completar a lógica, e a nossa objeção principal contra as proposições sujeito-predicado não analisadas era que nós não podemos estabelecer a sua sintaxe enquanto não conhecermos a sua análise. Mas não tem de a lógica de uma proposição sujeito-predicado aparente ser a mesma lógica de uma real? Desde que uma definição é de todo possível, que dá a forma da proposição sujeito-predicado ...?(*NB*, 07/09/1914)

Essa passagem sublinha algo parecido com as anotações do dia 04/09/1914: as proposições usuais expressam em suas formas aparentes um sentido completamente determinado. A lógica de nossas proposições aparentes é a mesma que a lógica das proposições reais, ambas estão de acordo com as regras sintáticas e conseguem expressar um sentido determinado. Mas como distingui-las? O problema da proposição usual é que ela não consegue mostrar a sua sintaxe por meio de sua forma aparente e, por esse motivo, não podemos estabelecer a sua sintaxe sem antes efetivar o processo de análise. A sintaxe da proposição sujeito-predicado real pode ser estabelecida por meio da forma como ela apresenta o seu sentido, mostrando que essa proposição está completamente analisada. Contudo, para estabelecer a sintaxe das proposições é necessário *completar a lógica*, algo que está essencialmente vinculado à *análise completa*. Ora, essa abordagem não vai de encontro à autonomia

da lógica? Se a lógica tem de estabelecer as regras sintáticas sem se preocupar com a analisabilidade das proposições, então, por qual motivo o dia 07/09/1915 afirma que a sintaxe das proposições tem de ser estabelecida pela análise? Mesmo que a lógica da proposição sujeito-predicado aparente fosse a mesma que a lógica da proposição sujeito-predicado real, seria o caso de analisá-la completamente para esclarecer a sua sintaxe? Para que a lógica seja autônoma, é necessário completá-la?

Buscar o que, no início dos *Notebooks*, Wittgenstein compreendia por uma proposição completamente analisada, é um possível caminho para examinarmos a questão apresentada acima. Um ponto importante pode ser extraído das anotações do dia 04/09/1914, na relação de designação entre sinal e sinalizado que elas destacam. Sinal e sinalizado têm o mesmo conteúdo lógico, não é possível reconhecer nem mais e nem menos no sinal do que no sinalizado, eles são logicamente idênticos (Ibid. 04/09/1914) Com isso, poderíamos dizer que o sinal da forma sujeito-predicado real *mostra* tudo aquilo que lhe é necessário de maneira adequada, pois ele determina uma relação de designação “clara” com aquilo que sinaliza, isto é, acerca de seus conteúdos lógicos, o sinal não se distingue de seu sinalizado. Ainda que a proposição sujeito-predicado aparente tenha a mesma forma do sinal, ela não mostra de maneira clara – de maneira “adequada” – como ela determina uma relação de significação com o seu sinalizado. Conseqüentemente, se assim fosse, a estrutura gramatical da proposição usual não poderia mostrar como ela é logicamente idêntica ao fato sinalizado, o que poderia ser mostrado apenas no âmbito do sinal.

Talvez o “domínio” do sinal seja retomado no dia 07/09/1914 através das proposições sujeito-predicado reais. A proposição que realmente tem a forma sujeito-predicado, está completamente analisada e mostra a sua sintaxe de maneira clara. A “falta de objeções” contra as proposições completamente analisadas, pode ser caracterizada da seguinte maneira: as possibilidades sintáticas da “proposição sujeito-predicado real” mostram como ela se relaciona ao seu sinalizado e revela que eles têm os mesmos conteúdos lógicos. É nesse sentido que podemos encontrar uma “equivalência” entre os termos “sinal” e “proposição completamente analisada”, já que no início dos *Notebooks*, ambos são caracterizados por revelarem uma “forma real” e por apresentarem uma sintaxe clara que permite reconhecer uma identidade formal entre sinal e sinalizado. Essa comparação canhestra que propomos entre “sinal” e “proposição completamente analisada”, pode parecer menos descabida se examinarmos algumas anotações mais tardias do ano de 1914. Uma dessas notas mostra o fato trivial de que a proposição completamente analisada “contém o mesmo tanto de nomes do que a sua referência tem de coisas” e que “este fato é um exemplo da representação universal (*allumfassenden Darstellung*) do mundo através da linguagem”

(NB, 12/10/1914). Proposição completamente analisada e sinal representam de maneira determinada uma parcela do mundo, pois neles não se pode distinguir nem mais e nem menos do que naquilo que representam, eles têm uma sintaxe claramente estabelecida e, por meio dos nomes (sinais simples), é possível determinar uma relação com as coisas.

A “identidade lógica” entre sinal e sinalizado parece não ser de todo necessária para caracterizar a maneira como a proposição representa ou, melhor dizendo, o que é totalmente necessário para a representação é a relação *interna*, lógica, entre sinal e sinalizado e, portanto, através dessa relação, é possível mostrar uma identidade mais fundamental – interna – entre eles. Com isso, aquilo que é sinalizado estaria completamente determinado por meio da lógica do sinal e de seu modo de designação (*Bezeichnungswise*): “sinal e o seu modo de designação juntos têm de ser logicamente idênticos com o seu significado” (Ibid. 26/10/1914). À primeira vista, o modo como o sinal designa, o sinal mais o seu modo de designação, é totalmente claro na proposição completamente analisada, pois é por meio dela que os nomes (sinais simples) ocorrem. Esses aspectos mostram como a proposição é uma representação completa de um fato, como o seu sentido pode ser plenamente determinado – “o sentido da proposição é o que ela imagina (*vorstellt*)” (ibid.).

Após esse pequeno desvio de percurso, feito para apontar a similaridade entre sinal e proposição completamente analisada – as suas sintaxes mostram um modo de designação e, desse modo, tanto sinal quanto proposição apresentam um sentido determinado – podemos voltar ao problema da análise completa das proposições. Diferentemente das proposições completamente analisadas, a proposição usual não mostra a sua sintaxe de maneira clara, o modo como os seus sinais designam não está totalmente determinado e, por esse motivo, ela necessita de uma análise completa. No entanto, nas primeiras anotações dos *Notebooks*, Wittgenstein hesita em colocar essa resposta como definitiva e mostra uma alternativa: a possibilidade de trabalhar apenas com as proposições usuais não é de toda excluída do horizonte da lógica. Como já vimos, um motivo para aceitar essa alternativa é que a proposição não analisada deve mostrar “o todo necessário”, ela já mostra um sentido completamente determinado em seu modo de expressão usual. Um outro motivo pode ser encontrado nas passagens do dia 11/10/1914: “A nossa dificuldade aqui, aparentemente, está nisso, que a analisabilidade ou o seu oposto não é refletida na linguagem. Isto é: nós *não* podemos, como parece, extrair apenas da linguagem se, p.ex., fatos sujeito-predicado realmente existem ou não”. Nas proposições da linguagem comum não é possível identificar a sua analisabilidade, as condições de possibilidade para efetuar uma análise completa de uma proposição não são claras. No fim das contas, não se tem um padrão que permita identificar a maneira como a análise deve proceder. Assim sendo, por meio da análise é impossível identificar a forma lógica do

fato que a proposição representa, seria impossível extrair da proposição se a sua forma particular é idêntica a forma do fato representado. Mas ao final da primeira entrada do dia 11/10/1914 Wittgenstein conclui: “Mas como PODEMOS exprimir este fato ou o seu oposto? *Isto tem de ser mostrado!*”. Nessa perspectiva, a proposição não necessita de uma análise completa para exprimir que um fato existe ou não, para expressar claramente uma possibilidade no mundo. Na própria proposição o seu sentido se mostraria de maneira clara.

Uma vez que a questão acerca da possibilidade de uma análise completa não mais constituísse uma preocupação, seria possível trabalhar apenas com as proposições usuais, pois toda proposição não analisável mostraria as propriedades lógicas de sua referência (*Bedeutung*, *ibid.* 11/10/1914). É como se o sentido determinado de uma proposição fosse totalmente claro nas propriedades lógicas dos sinais aparentes que a constituem, sem que fosse necessário revelar como eles designam: “Trabalharíamos com sinais que nada designam, mas apenas *ajudam* a expressar através de suas propriedades lógicas” (*ibid.*). Segundo o início dos *Notebooks*, essa seria uma maneira de expressar um sentido determinado através dos sinais da proposição usual. Desse modo, a proposição “Sócrates era careca”, por exemplo, mostraria que o fato por ela representado tem a forma sujeito-predicado, que os sinais “Sócrates” e “careca” indicariam o “sujeito” e o “predicado” que ocorrem no fato, e tudo isso apenas com as propriedades lógicas dos próprios sinais, sem que a análise determinasse como eles realmente designam²³.

Examinamos ao longo deste capítulo como Wittgenstein, no início dos *Notebooks*, problematiza o conceito de análise e que, por meio dele, é possível repensar a tarefa da filosofia e a autonomia da lógica. Veremos em seguida (Capítulo 2) que esse problema reaparece, em 1915, junto às considerações acerca do solipsismo, o eu nos *Notebooks* está essencialmente ligado à possibilidade de determinar plenamente o sentido proposicional, à possibilidade (ou impossibilidade) de uma análise completa.

23 Wittgenstein utiliza dois exemplos da matemática que, talvez, nos auxiliem esclarecer a possibilidade de trabalhar sem a análise completa. As proposições sobre números infinitos, por exemplo, são constituídas por signos *finitos* (*NB*, 11/10/1914) – designamos os números naturais por $N [0,1,2,3,4,5\dots]$; se tivéssemos que analisar completamente essa proposição, a análise perduraria infinitamente, teríamos que decompô-la em uma infinidade de sinais para determinar o seu sentido completamente. No caso do número “cem milhões”, seria necessário cem milhões de sinais para “descrevê-lo” completamente (*ibid.*). Mas se os sinais *ajudam expressar* sem a análise completa, sem que seja necessário revelar o seu modo correto de designação, então, as propriedades lógicas do sinal do conjunto N e do sinal de 100,000,000 mostrariam os seus sentidos sem a necessidade de recorrer a uma análise infinita ou a uma análise com “cem milhões” de sinais.

Capítulo 2 - Análise e subjetividade nos Notebooks

2.1. *A retomada do problema da análise completa: a lógica pode passar sem objetos simples?*

A questão acerca da possibilidade de uma análise completa das proposições usuais e a sua relação com a autonomia da lógica reaparece, de maneira mais direta nos *Notebooks*, a partir de 1915. O problema incide, neste período, sobre o modo como a lógica deve se relacionar ao simples: “nós podemos passar (*auskommen*) sem objetos simples na LÓGICA?” (NB, 09/05/1915). Wittgenstein ainda busca um critério que permite distinguir aquilo que pode ser encontrado ao final do processo de análise das proposições usuais e se é necessário à lógica efetuar-lo. Se os objetos simples são indispensáveis à lógica e se eles podem ser considerados como o resultado final da análise, então, ainda persiste a questão de como é possível chegar até eles. Dito de outro modo, resta esclarecer o critério lógico que nos autorize determinar o sentido pleno de nossas proposições por meio da análise.

Após questionar-se a respeito da necessidade dos objetos simples para a lógica, a resposta de Wittgenstein parece, a princípio, ser negativa: “*obviamente*, são possíveis proposições que não contenham nenhum sinal simples, i.é., nenhum sinal que tenha uma referência imediata. E elas são realmente *proposições*, elas têm um sentido, e também as definições de suas componentes não precisam estar nelas” (Ibid.). Wittgenstein retoma um argumento já apresentado no início de 1914, de que as proposições da linguagem comum estão em perfeita ordem lógica, elas expressam um sentido determinado sem que seja necessário definir os sinais que nelas ocorrem. A lógica de nossas proposições é perfeita e não carece do significado dos sinais simples para expressarem os seus sentidos, elas não podem ir de encontro às regras da sintaxe lógica. Desse modo, em 1915, retomam-se aqueles dois aspectos que caracterizam a expressão “a lógica deve cuidar de si mesma”: por meio das regras sintáticas é possível construir proposições com sentido, sem a necessidade de recorrer a qualquer sinal simples que tenha uma referência imediata; isso também revela que é impossível cometer erros na lógica, a proposição usual tem sentido, mesmo que as suas partes ainda não tenham uma definição determinada.

No momento em que Wittgenstein se questiona acerca do simples e sobre a possibilidade de expressar um sentido claro através das proposições usuais, o problema da análise completa é recolocado em 1915:

Mas é claro que os componentes de nossas proposições podem ser esmiuçados, e têm de ser, se nós queremos nos aproximar da real estrutura da proposição. *Em todo caso, portanto, existe um processo de análise*. E agora não podemos perguntar se esse processo virá a ter um fim? E se sim: qual será esse fim? (NB, 09/05/1915)

Mesmo que um *processo de análise exista*, que seja possível desmembrar as proposições usuais através das definições de suas componentes, ainda falta um critério lógico que forneça um padrão de análise. Por esse motivo, talvez, as questões sobre o “fim da análise” são retomadas na passagem supracitada. Sem um parâmetro lógico para efetuar o processo de análise, como é possível determinar se tal processo terá um fim? Ou, dito de outro modo, talvez as proposições do cotidiano poderiam “ser esmiuçadas” *ad infinitum* e, se assim fosse, como seria possível mostrar a “real estrutura da proposição”? E mesmo que admitíssemos que a análise das proposições usuais deva ter um fim, que um tal processo não pode perdurar infinitamente, resta ainda esclarecer qual será esse fim, isto é, qual o critério lógico que nos permita identificar que a análise chegou ao seu final.

As entradas subsequentes do dia 09/05/1915 discorrem sobre a importância do processo de análise de nossas proposições: a análise completa das proposições usuais esclarece a maneira pela qual elas podem ser “decompostas” em proposições mais simples e revela como as suas componentes se definem através dos sinais simples. *Se há uma razão para afirmar que a análise deve ter um fim, é que “um sinal definido designa via suas definições”* (ibid.), isto é, um sinal está completamente definido quando se reconhece a cadeia definições pelas quais ele pode designar. *Se assim fosse, a cadeia de definições teria de ter um fim* (ibid.), teria de haver um sinal que não pode mais ser desmembrado por uma definição e que serviria como base para a definição de outros sinais. Uma proposição decomposta, que tem os seus sinais completamente definidos, diz mais que uma proposição não decomposta (ibid.). Quer dizer, a proposição expressa um sentido plenamente determinado quando os seus sinais forem totalmente definidos, quando ela for completamente analisada. À primeira vista, é por meio desse processo que a estrutura real da proposição poderia ser esclarecida.

A proposição completamente analisada tem de ser tão complexa quanto a sua referência e, a partir disso, é possível caracterizá-la como uma figuração do fato representado: figuração e fato têm a mesma multiplicidade lógica. As operações lógicas me permitem construir diferentes figurações de um mesmo fato, elas me permitem projetar diversas figuras sobre o mesmo fato (Ibid.). Há algo de característico no fato, que é comum a todas as figurações, e que, todavia, não depende de mim (ibid.). Talvez essa característica comum às figurações seja aquilo que Wittgenstein chamou de “protótipo”: “Mesmo que as proposições por nós utilizadas contenham todas as generalizações, ainda assim, os protótipos das componentes dos seus casos especiais têm de nelas ocorrer. Portanto, persiste a questão de como chegamos a eles” (Ibid. 07/05/1915). Um protótipo não pode ser representado por uma proposição e nem pode ser um objeto que é substituído por um sinal na proposição; o protótipo é determinado a partir de uma relação interna entre sinal e sinalizado (Ibid.

08/05/1915). Nesse sentido, o protótipo já ocorre nas proposições decompostas e nas generalizações que podemos construir a partir delas, pois i) a proposição completamente analisada mostra claramente a relação interna entre sinal e sinalizado; ii) esta relação determina um protótipo e, por meio dele, é possível construir uma gama de proposições com uma característica em comum.

Seguindo essa perspectiva, é possível dizer que através da classe de sinais da proposição “p” já está dada a classe de todas as proposições que dela podemos construir – por exemplo, a partir da classe dos sinais da proposição “ ϕa ” é possível construir “ $\sim\phi a$ ” como uma proposição que nega a primeira. Isso indica algo necessário às proposições, é algo que tem de acontecer para reconhecê-las enquanto classes. Entretanto, Wittgenstein se questiona sobre o modo como uma classe de proposições pode ser dada: “Mas isso não pressupõe que a classe de todas as proposições foi dada? E como chegamos até *elas*?” (Ibid. 09/05/1915). Ora, se é possível esclarecer a classe de sinais das proposições elementares, então, através dos operadores lógicos, podemos construir classes de proposições que delas se seguem. Uma vez dadas todas as proposições elementares, estão dadas todas as classes de proposições que delas se originam. A questão incide sobre a maneira como nos é dada a classe de todas as proposições e, portanto, resta ainda esclarecer como é possível realizar uma análise completa delas.

As questões apresentadas por Wittgenstein no dia 09/05/1915 convergem sobre um mesmo ponto: sem um critério que permita reconhecer o simples, é impossível estabelecer que a análise completa das proposições usuais deva se assentar em sinais simples numa relação imediata com objetos simples. A relação interna entre sinal e sinalizado determina um protótipo que ocorre não apenas nas proposições elementares, mas também nas proposições que delas se originam, isto é, as proposições usuais contêm os protótipos das proposições que lhes servem de base. Entretanto, em meados de 1915, a possibilidade da determinação plena do sentido proposicional através da análise completa das proposições usuais ainda se apresenta como um problema não resolvido: restava ainda estabelecer um critério para a determinação plena dos protótipos, para reconhecer a relação interna entre sinal e sinalizado. Sem um parâmetro para a realização do processo de análise e um critério para a determinação do simples, torna-se problemático esclarecer como os protótipos das proposições elementares devem ocorrer nas usuais por intermédio da generalização.

Estas questões estão solidificadas no itinerário lógico-filosófico dos *Notebooks*. Como vimos anteriormente, as questões sobre a possibilidade de uma análise completa das proposições usuais caracteriza-se como um problema para a lógica: é necessário esclarecer o parâmetro lógico para o processo de análise e o critério que permita elucidar o seu final. Nas primeiras anotações dos *Notebooks*, a análise completa deveria mostrar qual a forma lógica das proposições completamente

analisadas, deveria esclarecer a sintaxe lógica das proposições usuais. Entre os meses de abril a junho de 1915, a questão da análise completa das proposições usuais é redefinida a partir da possibilidade de determinação dos objetos simples, retomando um problema que afeta diretamente a autonomia da lógica. Se a lógica não pode passar sem objetos simples, é necessário um critério lógico que permita reconhecer o simples e se ele pode ser completamente determinado ao final do processo de análise das proposições usuais, quando os sinais simples forem completamente definidos. Nos meados do ano de 1915, uma alternativa tentada por Wittgenstein consiste em tomar o pronome da primeira pessoa do plural “nós” como critério para a determinação do simples.

Ainda podemos compreender a problemática do simples por outro viés. Talvez, o ponto crucial do problema não seja caracterizado pela possibilidade/impossibilidade de estabelecer um critério para o simples, mas se no uso cotidiano de nossas palavras faz sentido dizer que há um simples. Quer dizer, para que as nossas proposições usuais tenham sentido, é necessário recorrer aos objetos simples como significado dos nomes? Mas parece que por meio dessa perspectiva a problemática acaba por ter de ser tratada a partir de “critérios” lógicos para reconhecer a necessidade ou a “dispensabilidade” de um processo de análise. Ou seja, se cabe à lógica esclarecer como as proposições usuais apresentam um sentido, então, é necessário esclarecer quais são os critérios lógicos para a determinação do sentido proposicional.

2.2. *O simples enquanto simples para nós*

O critério para a completude da análise, para que seja possível reconhecer o seu final, deve estar em consonância com aquilo que é simples para nós. Ainda que a alternativa de considerar como critério para a determinação do simples aquilo que é simples para nós não seja duradoura na filosofia do primeiro Wittgenstein, ela parece exercer uma forte influência sobre o autor num curto período. Nos *Notebooks*, a perspectiva do “nós” enquanto critério para o simples parece ser um passo importante para as considerações sobre o solipsismo, quando o “eu” é caracterizado como critério para a determinação do simples. Isto posto, é profícuo examinarmos como Wittgenstein caracteriza o “nós” enquanto critério para a determinação do simples e como esse critério é redefinido pela introdução do “eu solipsista” (como Wittgenstein introduz o sujeito do solipsismo nos *Notebooks*, veremos nas seções subsequentes deste capítulo).

A segunda entrada da anotação do dia 11/05/1915, esclarece que o simples e o processo de análise devem ser caracterizados a partir dos pronomes de primeira pessoa do plural: “o simples para nós é: o mais simples que nós conhecemos – o simples que nossa análise pode alcançar – ele apenas precisa aparecer como um protótipo, como variável em nossas proposições – esse é o

simples que tencionamos e procuramos”²⁴. Nesta passagem, Wittgenstein trata as proposições como *nossas* proposições, elas constituem a *nossa* linguagem. Se através da análise é possível determinar plenamente o sentido de nossas proposições, na medida em que, a partir desse processo, o sinal se torna completamente definido quando esclarecida a relação essencial que ele mantém com um objeto simples, então, aquilo que *podemos* conhecer enquanto simples, o simples para *nós*, é aquilo que a *nossa* análise pode atingir. Assim sendo, o critério para determinar aquilo que pode ser encontrado ao final da análise como objeto simples está assentado em “nós”, naquilo que nós consideramos enquanto simples. O termo “análise” também será compreendido através do pronome possessivo da primeira pessoa do plural “nosso/nossa”. O processo de análise deve recair sobre nossas proposições e o seu final deve coincidir com aquilo que é simples para nós, portanto, a análise é a nossa análise.

Tomando a perspectiva exposta no dia 11/05/1915 como fio condutor de investigação, talvez, possamos enfatizar como algumas anotações que a antecedem já introduzem os pronomes “nosso/nossa” à linguagem e como eles estão vinculados ao problema do simples.

As anotações do dia 25/04/1915 enfatizam a maneira como *nós* utilizamos as palavras na linguagem cotidiana enquanto unidades lógicas e propõem uma distinção entre aquilo que pode ser considerado como coisa e aquilo que é realmente uma coisa simples. A primeira entrada do dia 25/04/1915 afirma que a determinação da possibilidade lógica dos fatos é garantida pela relação interna entre linguagem e mundo. Isso se manifesta na maneira como o sinal é essencialmente significativo: ele tem uma relação interna com uma estrutura, determinando assim a forma lógica do sinalizado de maneira “não-ambígua” (ibid. 25/04/1915). Entretanto, as palavras na linguagem cotidiana são utilizadas como unidades lógicas equivalentes e, por esse motivo, talvez seja possível correlacionar de uma e mesma maneira as coisas: “Mas não pode uma, assim chamada, qualquer coisa estar correlacionada de um e mesmo modo com qualquer outra? É totalmente claro que, por exemplo, nós – sentimos (*empfinden*) e – utilizamos cada uma das palavras da linguagem como unidades lógicas equivalentes” (Ibid.). Se consideramos as palavras da linguagem cotidiana como *unidades lógicas*, então, aquilo que elas sinalizam deve ser considerado da mesma maneira – deve haver uma “equivalência lógica” entre palavra e aquilo que ela significa. Nesse caso, na sentença

24 Esse “nós” pode, à primeira vista, parecer “inocente”, como designando apenas a perspectiva do autor (“o simples para nós” seria equivalente a “o simples tal como eu, Wittgenstein, o concebo em minhas investigações”); no entanto, quando o texto vincula o “nós” à “análise que se pode conseguir” – “a análise que nós podemos conseguir”, parece ficar claro que esse “nós” não pode mais ser tomado como equivalente à perspectiva do autor. Por meio do “nós” será possível evidenciar duas possíveis considerações acerca dos simples: a) aquilo que é aparentemente simples e que estará vinculada ao que podemos considerar como simples; b) e as coisas realmente simples, que só podem ser alcançadas ao final do processo de análise. Nesta seção, destacaremos como o “simples aparente” é introduzido nos Notebooks a partir dos pronomes “nós/nosso/nossa”.

“Sócrates é mortal”, utilizamos a palavra “Sócrates” e a palavra “mortal” como sinais essencialmente simples, enquanto unidades lógicas que sinalizam unidades logicamente simples na realidade.

É importante notarmos que a equivalência lógica entre as palavras e aquilo que elas significam, deve-se ao *uso* que *fazemos* delas em *nossa* linguagem. À primeira vista, *nós utilizamos* as palavras da linguagem comum como unidades lógicas, que sinalizam unidades logicamente simples do mundo. Pode-se considerar estas unidades enquanto coisas simples, na medida em que utilizamos palavras como unidades logicamente simples. Nesse sentido, o critério para a caracterização do simples é proveniente do uso que fazemos das palavras em nossa linguagem. Por assim dizer, sentimos e utilizamos as palavras como unidades lógicas, nós as consideramos como sinais essencialmente simples por meio do uso que fazemos delas em nossas proposições. Um sinal simples sinaliza algo essencialmente simples na realidade, é pelo modo como nós correlacionamos os sinais no interior de nossas proposições que podemos determinar que as coisas assim se correlacionam no mundo. Ao que tudo indica, é dessa maneira que poderíamos encontrar um critério para a determinação do simples: o uso significativo dos sinais em nossa linguagem determinaria uma relação interna com uma estrutura, esta relação determinaria – de maneira não ambígua – a forma lógica do sinalizado (ibid.); se as palavras em nossas proposições são utilizadas como sinais simples essencialmente significativos, então, elas devem sinalizar coisas simples na realidade.

A sequência do dia 25/04/1915 revela que essa equivalente simplicidade entre unidades linguísticas (as palavras) e unidades na realidade (as coisas) pode ser tomada como *aparente*: “Sempre parece como se existisse algo que se pode *considerar como coisa* e, *por outro lado*, coisas realmente simples. É claro que: nem um risco de caneta nem um navio a vapor são simples, e há realmente uma equivalência lógica entre esses dois?”. A palavra “navio a vapor”, por exemplo, é utilizada por nós enquanto um sinal simples que significa uma coisa simples – palavra e aquilo que ela significa são “unidades lógicas equivalentes”. Todavia, o próprio sinal não é, em si mesmo, simples: “navio-a-vapor” envolve uma complexidade de “riscos de caneta” no papel (ou uma complexidade de sons na linguagem falada). Ademais, a própria “coisa” “navio a vapor” é essencialmente complexa: ela envolve uma infinidade de características que não estão completamente definidas no sinal que a sinaliza. Se é possível utilizar as palavras da linguagem como unidades logicamente equivalentes, isso se deve pelo fato de nós utilizarmos tais palavras desse modo e considerarmos que elas sinalizam coisas simples. Para além desta simplicidade

aparente, aquilo que podemos considerar como simples, há coisas que, segundo Wittgenstein, seriam realmente simples.

O “realmente simples” pode ser caracterizado como aquilo que podemos encontrar ao final do processo de análise. É para esse “aspecto do simples”, da “simplicidade real”, que a seguinte anotação aponta: “Tem de ser através da generalidade que as proposições usuais recebem a sua marca da simplicidade” (Ibid. 26/04/1915). A possibilidade de construir proposições gerais deve-se à simplicidade das proposições que constituem a sua base. Tanto uma quanto a outra estão de acordo com as regras da sintaxe lógica, elas apenas são diferentes figurações de uma mesma situação. No entanto, a proposição elementar relaciona-se àquilo que ela afigura de maneira mais direta, a sua “liga” proposicional se dá por uma articulação imediata entre os sinais simples que nela ocorrem. Cada um dos nomes (sinais simples) significam um objeto simples e o modo como aqueles se articulam na proposição afigura como esses se articulam em uma situação. A proposição usual, por sua vez, determina seu modo de afiguração de maneira totalmente clara quando analisada em proposições elementares. Uma vez que a marca da simplicidade deve estar nas proposições usuais através de suas generalizações, revela-se que “a proposição que é sobre um complexo está em uma relação interna com a proposição sobre seus componentes” (ibid.).

Ainda cabe, aqui, a questão de como é possível chegar às “proposições elementares”, como é possível determinar a simplicidade que, por meio da generalidade, marca as proposições usuais. Em 1915, um dos critérios para reconhecer o simples está associado àquilo que a “nossa análise pode alcançar”, porém como deve ser caracterizado o “simples para nós”? Vimos que em 25/04/1915, Wittgenstein distingue, por assim dizer, “dois simples”: aquilo que pode ser considerado como coisa simples e aquilo que realmente é uma coisa simples. O primeiro é caracterizado por aquilo que podemos considerar como simples, já que, em nossas proposições, utilizamos palavras como unidades lógicas equivalentes às unidades lógicas na realidade (as coisas). Mas, se no modo usual de nossas proposições já podemos reconhecer unidades logicamente equivalentes, seria necessário analisá-las completamente para determinar o simples? Ou a aparente simplicidade das palavras que utilizamos na linguagem cotidiana revela apenas aquilo que podemos considerar como coisas, aquilo que *nos* aparece como simples? E, nesse caso, para determinar aquilo que é realmente uma coisa simples, deveríamos recorrer a um processo de análise? A coisa realmente simples seria aquela que a *nossa* análise consegue alcançar, “o simples que *nós* queremos e procuramos”?

2.3. *A distinção entre objetos simples e objetos complexos: a introdução do Eu pela via do solipsismo*

2.3.1. A passagem do pronome “nós” para o pronome “eu”

Tendo como base a perspectiva de que o simples é o simples para nós, talvez, seja possível esclarecer a maneira como Wittgenstein introduz o Eu enquanto critério para determinação do final da análise. A passagem do “nós” para o “eu” pode ser justificada da seguinte maneira: parte-se do homem/humano (o nós) como critério de determinação do simples para, logo em seguida, reconhecer que sou *Eu* a condição única da linguagem e do mundo²⁵ e, nesse caso, *eu* sou o critério para a determinação do significado dos nomes em *minhas* expressões, do sentido pleno de *minhas* proposições, daquilo que posso determinar como objetos simples no mundo. Por outras palavras, tomado enquanto limite da linguagem e do mundo, o *sujeito* caracteriza-se como parâmetro do processo de análise completa das proposições e como critério para a determinação do final de tal processo. Como os *Notebooks* introduzem essa característica fundamental do sujeito examinaremos a seguir.

Embora seja tomado como critério para a determinação do simples, o eu emerge nas anotações de 1915 emaranhado em dificuldades que Wittgenstein pretende superar. É nesse sentido que o dia 06/05/1915 reconhece um “grande enigma” relacionado ao conceito de coisa, de correlação simples, que “tenho em *mim*”: “é claro que eu tenho em mim o conceito de coisa, de correlação simples, quando eu penso sobre esse ponto (*Sache*). Como eu imagino (*vorstelle*) o simples? Eu posso apenas dizer ‘x tem referência’ – aqui está um grande enigma!”. À primeira vista, Wittgenstein admite que o conceito de coisa (de correlação simples) tem, de alguma maneira, estar relacionado ao eu/meu. O que ainda parece ser enigmático é como um “x” pode ter uma correlação simples com a sua referência apenas por *eu* dizer “x tem referência”. Em primeiro lugar, “x tem referência” é um contrassenso; o que se pretende dizer com essas palavras é que há uma relação necessária entre um sinal e a sua referência, algo que sendo necessário, não pode ser verdadeiro ou falso e, por isso, não pode ser dito. Em segundo lugar, se o conceito de coisa que está

²⁵ É válido sublinharmos desde de já que passagem do “nós/nosso/nossa” para o “Eu/meu/minha” é caracterizada pela anotação do dia 15/10/1916. Nesta nota, Wittgenstein revela o caminho que trilhou: o primeiro passo foi o idealismo, que coloca o homem como único e o separa do mundo; o segundo momento é o do solipsismo, que me separa do mundo como único; e o terceiro e último passo é o do realismo, que me mostra que eu também pertencço ao mundo, colocando o mundo como único. Essa transposição “natural” entre idealismo e solipsismo, evidencia-se pela maneira como Wittgenstein identifica o idealismo ao realismo: “estritamente pensado, o idealismo leva ao realismo”; no limite, essas três perspectivas (idealismo, solipsismo e realismo) sobre o mundo coincidem. Trataremos detalhadamente a anotação do dia 15/10/1916 na conclusão desta dissertação. No que se refere às notas de 1915, talvez, o primeiro passo percorrido por Wittgenstein se identifique com aquilo que nós podemos considerar como simples, o simples que a nossa análise pode alcançar. Ainda nessa época, veremos que o simples será caracterizado como simples para mim, que é o sentido de minhas proposições que tem de ser determinado (*NB*, 17/06/1915). Além do mais, a segunda etapa do “caminho percorrido” por Wittgenstein aparece no dia 23/05/1915, é nessa anotação que “a chave para compreender o quanto de verdade há no solipsismo” é formulada pela primeira vez nos *Notebooks*.

em mim traz consigo a correlação simples entre sinal e coisa, então, o enigma está em como eu posso determinar necessariamente uma tal relação. É como se quando “eu digo ‘x tem referência’”, eu sentisse que esse “x” pudesse estar relacionado a qualquer “tipo de objeto”: “Quando eu digo ‘x tem referência’, eu sinto (*empfinde*) aí: é impossível que ‘x’ signifique algo como esta faca ou esta carta? Certamente, não. Ao contrário” (Ibid. 19/05/1915). Ainda que estas notas destaquem o caráter problemático da relação entre um nome (ou uma variável) e a sua referência, elas delineiam o papel que o eu desempenhará nos *Notebooks*: a relação entre sinal e sinalizado (no caso, nome e nomeado) terá como critério o *eu*, no sentimento da correlação simples que tenho em *mim*.

Para a dissolução do enigma que o conceito de coisa suscita, Wittgenstein distingue o simples do complexo. Um exemplo de simples são os pontos de meu campo de visão, “eu sempre penso nele (no simples) como pontos do campo visual”, assim como as partes do campo visual pairam diante de mim como objetos compostos (ibid. 06/05/1915). Nesta passagem, a distinção entre pontos e partes do campo de visão é análoga à distinção entre objetos simples e objetos complexos. A nota do dia seguinte coloca mais uma questão sobre a possibilidade de determinar o simples através do exemplo do campo de visão: como é possível determinar a composição de uma parte do meu campo visual? Talvez, eu conseguisse destacar pontos de uma parte do meu campo visual, tal como *minima sensibilia* (ibid. 07/05/1915). Se tenho uma parte de meu campo de visão uniformemente colorida de azul e se ela é composta por uma variedade de pontos, então, eu poderia dizer que todos os pontos são também azuis? Quer dizer, por eu ver uma parte de meu campo de visão uniformemente colorida de azul, deve-se reconhecer que todos os pontos que a constituem têm de ser também azuis? E isso revela o modo como descrevo completamente essa parte colorida? Ou, pelo contrário, se para descrever completamente uma parte de meu campo de visão fosse necessário determinar cada ponto que a constitui, então, eu poderia perguntar se é possível destacar ao menos um desses pontos?

A distinção entre partes e pontos de meu campo de visão é caracterizada enquanto uma diferença entre objetos simples (pontos) e objetos compostos (partes). No dia 13/05/1915, Wittgenstein considera as partes do espaço como coisas, “em certo sentido, é o que parece sempre quando nós falamos de coisas espaciais”. Uma questão acerca do espaço e que pode ser semelhante àquelas sobre as partes e pontos do campo de visão é: “Quando eu vejo o espaço, eu vejo todos os seus pontos?”, analogamente, “deveríamos ver que todos os pontos de uma superfície são amarelos, sem ver um único ponto dessa superfície?” (Ibid. 16/05/1915 e 24/05/1915). Wittgenstein questiona-se, mais uma vez, sobre a possibilidade de determinar o simples. Ademais, o modo como os pontos do espaço são visualizados é qualificado pelo pronome de primeira pessoa do singular

“eu”. Tais objetos aprecem para mim enquanto coisas, eu “os vejo como coisas” e, aparentemente, eles podem ser designados por nomes. Essa perspectiva é introduzida por Wittgenstein na seguinte anotação:

Isso parece – ao menos tanto quanto agora eu posso ver – que não se elimina os nomes através de definições: os objetos espaciais complexos, por exemplo, aparentam-me ser, em certo sentido, essencialmente coisas – e os vejo, por assim dizer, como coisas – e a sua designação intermediada por nomes parece ser mais do que um simples truque linguístico. Os objetos espaciais – p.e. – aparecem – ao que parece – realmente como coisas.
Mas o que isso tudo significa?
Que nós designamos aqueles objetos, de modo completamente instintivo, por meio de nomes. (NB, 13/05/1915)

Nesse excerto, Wittgenstein abre a possibilidade de designar os objetos complexos por meio dos nomes. Em um simbolismo adequado, os “nomes próprios” que aparecem nas proposições usuais deveriam desaparecer. No entanto, quando se observa os objetos espaciais complexos, eles *me aparecem* como coisas (simples). Ao que tudo indica, ainda que esses objetos sejam compostos – tal como as partes de meu campo visual são constituídas por pontos – eles *me aparecem* enquanto simples e, por esse motivo, posso designá-los através de nomes. É como se a relação de designação entre nome e coisa fosse estabelecida por mim, na medida em que os objetos complexos *me aparecem* como coisas. Por esse motivo, a anotação supracitada afirma que os nomes não podem ser eliminados por definições, que a relação designativa entre nomes e objetos (espaciais) complexos não pode ser um artifício da linguagem. Dito de outro modo, se os objetos complexos *me aparecem* como coisas (simples) e se posso designá-los através dos nomes, então, a relação que estabeleço entre nome e objeto complexo é necessária, real, já que os objetos complexos são *para mim realmente* coisas.

Lembremo-nos que as anotações do dia 25/04/1915 mostravam que a relação interna entre sinal e sinalizado era determinada através do uso que *fazemos* das palavras em nossa linguagem, por *nós* as considerarmos como unidades lógicas equivalentes às unidades lógicas no mundo. Além do mais, essas notas sublinhavam a distinção entre aquilo que pode ser considerado como coisas e aquilo que é realmente coisa simples. A partir de maio de 1915, esta correlação essencial entre nomes e objetos começa ser abordada por meio da perspectiva do eu: a equivalência entre uma unidade lógica da linguagem (nomes) e uma unidade lógica na realidade é estabelecida por mim. É importante destacar que, em um primeiro momento, estas “unidades lógicas da realidade” podem ser caracterizadas como objetos complexos (objetos espaciais, partes de meu campo de visão etc), uma vez que tais objetos *me aparecem* realmente como coisas – e aqui o termo “coisa” parece ser equivalente ao “simples”. Com esses fragmentos, podemos esclarecer como os *Notebooks* transpõem a perspectiva do nós, enquanto critério para determinar o simples, para a perspectiva do

eu: por eu considerar certos objetos complexos realmente como coisas que tenho um critério de determinação do simples²⁶. É significativa a maneira como a introdução do eu nos *Notebooks* “desata”, aparentemente, a distinção entre objetos simples (as coisas) e objetos complexos. À primeira vista, eu sou capaz de nomear aquilo que *me aparece como simples* (como coisa) através dos nomes e, por esse motivo, elas são realmente coisas simples. Apesar dos objetos espaciais serem, em alguma medida, considerado como complexos; uma vez que eu sou o critério para o simples e que eles aparecem para mim enquanto coisas simples, então, os “objetos espaciais são realmente coisas”.

2.3.2. O eu do solipsismo nos *Notebooks*

A maneira como o eu surge enquanto “peça de destaque” nos *Notebooks*, evidencia-se nas notas do dia 23/05/1915. São nessas notas que “a chave para decidir em que medida o solipsismo é uma verdade” é formulada pela primeira vez nos escritos do primeiro Wittgenstein. A “verdade do solipsismo” se insere nas considerações a respeito da possibilidade de estabelecer uma relação simples entre nomes e objetos complexos, da mesma maneira que é possível relacionar nomes e objeto simples. Podemos adotar, portanto, a seguinte interpretação: em meados de 1915, os *Notebooks* mostram que a relação entre nome e nomeado é determinada pelo eu; por eu ter em mim a relação simples, determino um objeto enquanto significado de um nome e mostro a comunhão de uma forma e de um conteúdo; nesse caso, o simples seria o “simples para mim”. No entanto, há dois problemas que Wittgenstein tem que enfrentar. Um deles consiste em mostrar como o solipsismo contém uma verdade, mas que não pode ser dita. O outro está associado à “relação simples”: como posso – se é que posso – estabelecer uma relação simples entre nomes e objetos complexos? Esta relação determina completamente o sentido de minhas proposições? Vejamos como a “verdade do solipsismo” é introduzida nos *Notebooks* e como ela está associada ao problema da nomeação ou, por outras palavras, como o eu está intrinsecamente relacionado à possibilidade de determinar plenamente o sentido proposicional. A partir das considerações do dia 23/05/1915, é possível observar como o eu é introduzido “vigorosamente” nos *Notebooks*.

A nota que discorre sobre a “verdade do solipsismo” inicia-se da seguinte maneira: “*os limites de minha linguagem* significam os limites de meu mundo” (ibid. 23/05/1915). Com essa frase, o solipsismo pretende dizer uma verdade, mas que apenas pode ser mostrada. Do ponto de

26 O “nós” parece indicar uma variedade de pontos de vista sobre aquilo que se considera como simples. O “eu” parece indicar um único ponto de vista, caracterizado pelo sujeito. Veremos na seção seguinte que é por meio das considerações sobre o solipsismo que os *Notebooks* introduzem esse ponto de vista único do sujeito.

vista solipsista, “mundo” e linguagem” são caracterizados por meio dos pronomes possessivos de primeira pessoa do singular “meu/minha” e, com isso, mostra-se que o eu deve ser encarado como um limite da linguagem e do mundo²⁷. O eu enquanto limite revela uma perspectiva *única* sobre a linguagem e o mundo, a *minha* perspectiva. Tudo o que pode ser dito, tem de estar submetido, em última instância, a mim. Desse modo, o eu é condição necessária para a constituição do sentido proposicional – eu sou a condição para determinar o sentido de minhas proposições. Ademais, uma vez que minhas proposições afiguram fatos no mundo, esses também estão submetidos a mim, a minha perspectiva sobre os fatos. Consequentemente o mundo é o meu mundo. O ponto de vista privilegiado que o eu tem em relação à linguagem e ao mundo é esclarecido na sequência da anotação do dia 23/05/1915: “Realmente há (*es gibt*) apenas uma alma-mundo (*Weltseele*²⁸), a qual eu preferencialmente chamo de *minha* alma e com a qual só eu compreendo o que eu chamo de alma dos outros”. Essa alma que eu chamo minha abrange todo o mundo e o campo das figurações que posso dele fazer, uma *Weltseele* que se mostra como limite da linguagem e do mundo. A partir dessa abordagem, a alma do outro será concebida por meio de minha alma. Se as outras almas expressam algum sentido por meio de suas palavras, elas só podem ser concebidas através de mim: eu dou sentido às expressões proferidas pelas outras pessoas, na medida em que eu projeto os sinais dos outros no mundo²⁹. Que linguagem e mundo estejam abarcados pela perspectiva única dessa alma-mundo, que esta é condição de possibilidade daqueles dois âmbitos, caracteriza a verdade que o solipsismo pretende dizer e que, no entanto, só pode ser mostrada.

A perspectiva única que o eu tem em relação ao mundo – e que não pode ser descrita – é elucidada por meio da analogia do livro “o mundo tal como o encontro”. Suponhamos que eu fosse capaz de escrever um relato de todos os fatos com os quais me deparo no mundo. Por certo, eu relataria os fatos cotidianos que nele ocorrem: a distância que percorro de minha casa até a padaria,

27 A partir dessas considerações sobre o solipsismo, poderíamos compreender o eu dos *Notebooks* como transcendental e aproximá-lo dos aforismos 5.6 do *Tractatus*: como condição de possibilidade de certo âmbito – da linguagem e do mundo – e que está completamente excluído desse âmbito – não pode ser figurado por proposições e, conseqüentemente, não pode ocorrer como um fato no mundo (*a la* CUTER, 2006. p. 174). Ainda que a sentença “os limites de minha linguagem significam os limites de meu mundo” já mostre que o eu é uma condição de possibilidade da linguagem e do mundo, essa “transcendentalidade” do eu será completamente levada a cabo apenas em 1916. À primeira vista, em 1915, a tentativa de Wittgenstein é mostrar que o eu é um critério para determinação do simples, um critério para a plena determinação do sentido das proposições. Entretanto, diferente do ano de 1916 e do *Tractatus*, veremos que, em meados de 1915, esse eu acarreta certo traço empírico, na medida em que o critério de determinação do sentido das proposições será aquilo que “posso apontar com meu dedo” (*NB*, 21/06/1915 e 22/06/1915).

28 O termo *Seele*, nesse caso, parece indicar a projeção de minha linguagem sobre o mundo. A alma que chamo minha projeta os sinais de minha linguagem sobre o mundo, “transforma” o sinal em símbolo. Por esse motivo que através de minha alma que as minhas proposições e as proposições proferidas pelas outras pessoas possuem sentido.

29 Aqui estamos tentando ajustar essa passagem à interpretação que Santos fornece sobre os aforismos 5.6’s do *Tractatus*: a minha proposição tem um sentido plenamente determinado quando eu a projeto sobre determinada situação no mundo. É nesse sentido que sou capaz de compreender a linguagem do outro, porque sou capaz de projetar por mim mesmo os sinais utilizados pelo outro (SANTOS, 2010. p. 104).

dos cães que latem enquanto passo pela calçada, dos passarinhos que cantam sobre minha cabeça, etc; é certo também que “nele teria de incluir um relato sobre meu corpo, e dizer quais membros se submetem à minha vontade e quais não, etc.” (Ibid.). Há dois pontos importantes que o relato de meu mundo revela. Um deles é que posso descrever completamente todos os fatos que nele ocorrem; por meio de minhas proposições, posso descrever o mundo – é nesse sentido que o mundo é meu mundo. O outro é que, se nesse relato incluo o meu corpo e os membros que se submetem a minha vontade, então, este corpo, seus membros e esta “vontade corpórea” são também considerados enquanto fatos do mundo, algo que só posso descrever através de minhas proposições. Este segundo ponto é particularmente importante, pois, mostra que minha vontade que subjuga partes do meu corpo não pode ser concebida como “sujeito”, quer dizer, o sujeito não faz parte dos fatos que ocorrem no meu mundo³⁰. No relato do “mundo tal como o encontro”, a única descrição que eu não posso escrever em tal livro é a do eu, não posso descrever aquilo que não se apresenta como fato no mundo. Dessa maneira, isola-se o sujeito, mostrando que, num sentido importante, o sujeito não existe: só dele *não* se pode falar no livro (ibid.). De qualquer modo, sou eu (sujeito) quem escreve o livro “o mundo tal como o encontro”, ainda que eu não possa, por assim dizer, descrever “eu mesmo desempenhando o meu ato de escrita” – quer dizer, é impossível descrever a maneira como projeto os sinais de minha linguagem sobre os fatos de meu mundo.

Os apontamentos acerca do eu enquanto limite da linguagem e do mundo estão intimamente relacionados à distinção entre objetos simples e objetos complexos. Após expor a verdade que o solipsismo pretende dizer, Wittgenstein retoma o “sentimento” da relação simples que, no dia 06/05/1915, era considerado como algo que “tenho em mim”: “não temos o sentimento (*Gefühl*) da relação simples, que sempre temos em vista (*vorschwebt*) como principal razão para admissão dos ‘objetos simples’, não teríamos esse mesmo sentimento quando nós pensamos na relação entre nomes e objeto complexo?” (Ibid. 23/05/1915). Se relacionarmos esta nota com a observação de que “os limites de minha linguagem significam os limites de meu mundo”, poderíamos concluir algo parecido com a anotação do 06/05/1915: por eu ter em mim o sentimento da relação simples, posso determinar a relação entre nomes e objetos. A maneira como um nome significa um objeto depende inteiramente de mim, da relação simples que eu estabeleço entre um elemento de minha proposição e um objeto da realidade³¹. Os nomes caracterizam os limites de minha linguagem, eles

30 O que será particularmente importante para a próxima seção desse capítulo. Veremos que, ao longo da segunda quinzena de junho de 1915, Wittgenstein parece aceitar, ainda que brevemente, a possibilidade de um sujeito “presente” no mundo, capaz de determinar com partes do seu corpo o sentido de suas expressões.

31 É certo que nessa primeira “aparicação” do solipsismo já podemos reconhecer o “eu projetivo”, tal como Custer examina em seu artigo (CUTER, 2006. seção II, principalmente, pp.177 e 178). Porém, é válido notar que, em 1915, Wittgenstein admite a projeção entre nomes e objetos complexos, a projeção de um sinal aparentemente simples sobre aquilo que aparece enquanto simples para mim. No decorrer desse ano, o critério para a determinação do sentido proposicional e do significado dos nomes estará assentado “naquilo (o *isto*) que posso apontar com o meu dedo”. Nesse

são os limites daquilo que posso expressar com sentido: eles não podem ser desmembrados por definições e são as condições para que toda e qualquer proposição de minha linguagem tenha sentido. Todavia, resta ainda esclarecer se a relação entre nomes e objetos complexos é idêntica ao sentimento da relação simples entre nomes e objetos simples.

Por um lado, a relação entre nomes e objetos complexos deve ser *idêntica* à relação simples entre nomes e objetos simples. Isso porque, a ocorrência de nomes de coisas (objeto simples) em diferentes proposições mostra a comunhão de uma forma e de um conteúdo. A forma pela qual os nomes se articulam em uma proposição mostra como as coisas se articulam em estados de coisas. Que um nome nomeie uma coisa específica, isso revela o conteúdo que será abordado na proposição, isto é, que a articulação destas palavras afigura esta determinada situação. Da mesma maneira, a relação entre nomes e objetos complexos mostra a comunhão de uma forma e um conteúdo (ibid.). Um exemplo apresentado por Wittgenstein é o modo como utilizamos os nomes nas proposições usuais: posso dizer que um objeto complexo é *este* livro que chamo de “A”; ao utilizar “A” em uma proposição, mostro a “ocorrência do livro no fato” (ibid.). Na proposição “A está sobre a mesa”, por exemplo, a maneira como o nome “A” é utilizado, determina a forma e o conteúdo dessa proposição. É o que também se mostra quando utilizamos uma variável no lugar do nome “A” na proposição: “x está sobre a mesa”; a variável indica a forma pela qual um nome pode ocorrer na proposição, eu posso substituí-la por qualquer nome que tenha a forma de “A” – por isso, talvez, seja um contrassenso dizer que “a nota lá está sobre a mesa”; ‘nota lá’ não pode ser empregada nessa proposição da mesma maneira que “livro”. Se o nome de um objeto complexo já mostra a forma pela qual ele pode ser empregado em uma proposição usual, então, a análise completa dessa proposição deve também mostrar, de maneira não arbitrária, que o nome de um objeto simples pode ser empregado da mesma maneira na estrutura da proposição elementar. Parece ser isso que o final da sexta entrada do dia 23/05/1915 sublinha: “*Isso também não se resolve arbitrariamente pela análise, de modo que a sua solução em cada estrutura proposicional fosse totalmente diferente*”.

Por outro lado, Wittgenstein aponta para uma *diferença* entre o *modo* como chegamos aos objetos complexos e como inferimos a existência de objetos simples: “Mas também parece certo que nós inferimos a existência de objetos simples não pela existência de determinado objeto simples, mas antes os conhecemos como resultado final da análise – por assim dizer, através da descrição – por meio de um processo que leva até eles” (ibid.). Como mostra o excerto, posso inferir a existência de objetos simples apenas quando realizado o processo de análise completa das caso, ainda que o sujeito projetivo já esteja esboçado no dia 23/05/1915, temos uma concepção de sujeito e, portanto, de projeção, diferente daquela apresentada no ano de 1916 e no *Tractatus*.

proposições, eles devem ser o resultado final do processo de análise. Uma vez comparada essa nota com as anotações sobre o solipsismo, que abrem o dia 23/05/1915, talvez seja possível dizer que o processo de análise deve incidir sobre as proposições de minha linguagem. Nesse caso, a determinação dos objetos simples – do sentido pleno de minhas proposições³² – deve ter como condição o eu, já que é a partir da análise das proposições de minha linguagem que posso ter acesso ao simples. Mesmo que certas combinações de minha linguagem resultem em contrassensos, através da análise eu poderia dissipá-los: “por isso que uma expressão linguística é um contrassenso, pode-se ainda utilizá-la – ver a última anotação” (ibid.). Elimino um contrassenso em meu modo de expressão, porque eu ainda posso utilizá-lo no processo de análise e, ao final do processo, posso reconhecer como uma tal expressão não possui sentido, que algum de seus sinais não têm significado.

Um bom exemplo que pode esclarecer como “utilizar expressões contrassensuais” no processo de análise é o livro “o mundo tal como o encontro”. Pode-se dizer que um tal livro constitui uma descrição completa de todos os acontecimentos de minha vida e, por esses eventos estarem relacionado a mim (ao meu mundo), eu os descrevo através dos pronomes possessivos de primeira pessoa do singular. No entanto, ao final desse processo de descrição completa de todos os fatos de meu mundo, reconheço que as palavras “eu/meu/minha” não têm significados. O “eu” não se encontra no mundo e, por isso, ao utilizar a palavra “eu” em minhas expressões para indicar algo necessário à constituição do sentido, elas não expressam sentido algum e são consideradas como contrassensos. O final do processo de análise deve mostrar não apenas os limites da linguagem e do mundo – os nomes e quais objetos eles significam –, como também, que certos sinais nada significam e a maneira como eles são utilizados em expressões cotidianas resulta em contrassensos³³. Essa é uma das facetas da verdade que o solipsismo pretende dizer, mas que só pode ser mostrada. Ao tentar dizer algo essencial ao mundo e à linguagem, de que ambos estão submetidos à perspectiva única do sujeito, o solipsista não atenta que suas expressões são, na verdade, contrassensos. Ainda que o sujeito se revele como uma propriedade interna do mundo e da linguagem, uma condição necessária a esses dois âmbitos, a análise completa – a descrição plena do mundo tal como o encontro – deve mostrar que as palavras “eu/meu/minha” nada significam, que uma tal propriedade interna não pode ser um fato dentre outros fatos no mundo. Mesmo que nada

32 A plena determinação do sentido de minhas proposições é enfaticamente enunciada em 17/06/1915: “Tudo o que eu quero é apenas a completa análise de *meu sentido* (*meines Sinnes*)!”. Voltaremos a essa anotação na seção 2.4 deste capítulo.

33 Usurpamo-nos, aqui, da interpretação que Bento Prado Neto apresenta sobre a relação entre solipsismo e análise completa no *Tractatus* (cf. PRADO NETO, 2003. pp. 15-18).

me impeça de utilizar contrassensos na linguagem comum, ao fim da análise completa das proposições usuais, deve-se dissipar os contrassensos que nela se encontram.

O final do processo de análise deve eliminar os contrassensos presentes na linguagem e mostrar como é possível chegar aos objetos simples. Uma vez associada à verdade do solipsismo, pode-se dizer que a análise deve incidir sobre as proposições de minha linguagem. À primeira vista, ao término da análise das proposições de minha linguagem, encontrar-se-á proposições que são uma articulação de nomes e que constituem a base de todas as proposições que posso construir a partir delas. Os limites de minha linguagem são os nomes que se pode encontrar ao final do processo de análise. Os nomes estão em uma relação de significação com os objetos simples – eu posso apenas *nomear* os objetos (ibid. 26/05/1915). Nesse caso, pela perspectiva do solipsismo, os objetos constituem os limites de meu mundo, já que os limites de minha linguagem *significam* os limites do mundo. A conclusão que podemos tirar do dia 23/05/1915 é que os objetos simples são encontrados ao final do processo de análise das proposições de minha linguagem. Esse é um caminho para compreendermos o motivo pelo qual, em 1915, Wittgenstein introduz o eu e “a verdade do solipsismo” em meio às questões sobre a efetividade de uma análise completa das proposições.

Há, porém, os nomes de objetos complexos que, em certa medida, “exercem um papel” igual aos nomes para objetos simples: a ocorrência de um nome de objeto (complexo ou simples) na proposição mostra a comunhão de uma forma e de um conteúdo. No entanto, diferentemente do objeto simples, o objeto complexo é conhecido pela intuição: “Nós não conhecemos os objetos simples pela intuição (*Anschauung*); os objetos complexos *conhecemos* pela intuição, sabemos pela intuição que eles são complexos” (Ibid. 24/05/1915). Aqui os objetos complexos são tratados analogamente às partes do campo visual. Por assim dizer, é possível destacar uma parte do campo de visão e dizer que todos os pontos que a constituem são amarelos sem que, para isso, fosse necessário ver um único ponto amarelo. A possibilidade de determinar plenamente partes de meu campo visual coloca-se mais uma vez: é possível destacar um ponto de meu campo visual? Ou é possível haver um *minimum visibile* que agora não pode ser visto? (ibid. 24/05/1915 e 25/05/1915).

Cabe sublinharmos que o ressurgimento da dificuldade em determinar o simples afeta a concepção do Eu enquanto critério para o final da análise. Por um lado, o eu parece ser introduzido como critério para a determinação do simples, como critério para o término da análise das proposições usuais; por outro lado, logo após expor às considerações sobre a “verdade do solipsismo”, Wittgenstein retoma o problema da determinação dos objetos simples. Esse movimento feito pelos *Notebook* parece atestar que ainda não é possível reconhecer o sujeito enquanto critério para o final da análise ou, pelo menos, que esse critério ainda não está totalmente claro para

Wittgenstein nesse período. Há, no entanto, um aspecto das anotações sobre o solipsismo que evidenciam a importância do eu enquanto condição para a constituição do sentido proposicional: o eu será responsável por nomear os objetos, ou seja, é através da relação simples que eu estabeleço entre nomes e objetos (simples ou complexos) que um nome adquire significado. A dificuldade consiste, portanto, em reconhecer qual o significado dos nomes, se para estabelecer a relação simples entre um nome e um objeto simples é necessário um processo de análise ou se esta relação pode ser estabelecida entre nomes e objetos complexos, sem que seja necessário recorrer à análise completa das proposições usuais. Até o final das anotações de 1915, Wittgenstein procura uma maneira de resolver esse problema.

2.3.3. A linguagem única e o uso dos nomes

É na tentativa de compreender se uma análise completa é necessária – ou se ao menos ela é possível – que as considerações a respeito das partes constituintes do campo visual aparecem nas anotações de 24/05/1915 e 25/05/1915 dos *Notebooks*. É evidente que o campo visual é complexo e que ele pode ser decomposto em partes cada vez mais simples. Pode-se também indicar uma mancha vermelha no interior do campo de visão e decompô-la em pontos mais simples que a constituem. A maneira como se deve reconhecer esses simples parece envolver duas questões: 1) é possível determinar cada ponto do campo visual? Ou é possível dizer que, por exemplo, todos os pontos da imagem são azuis sem se remeter a um ponto específico? 2) Se a imagem visual é essencialmente extensa e se tudo o que é extenso é também divisível, então, como pode haver pontos indivisíveis que constituem tal imagem? (*NB*, 24/05/1915 e 25/05/1915). Estas questões suscitam a possibilidade/impossibilidade da análise. Pois, por um lado, uma descrição integral da imagem visual é possível através da demarcação de todos os pontos que a constituem; por outro lado, a imagem pode consistir em uma infinidade de pontos que, em sua totalidade, não podem ser determinados – nesse caso, a análise seria infinita, haveria uma infinidade de proposições de diferentes conteúdos que descreveriam a imagem visual. Além disso, nota-se uma dificuldade em considerar os pontos, que constituem uma imagem extensa, enquanto inextensos – se a imagem deve ser essencialmente divisível e se a divisão não pode se desdobrar infinitamente, então, os seus constituintes devem ser essencialmente indivisíveis.

As mesmas questões recaem, de maneira análoga, sobre as proposições. Partes do mundo são descritas através de proposições usuais. Ao analisar completamente cada uma dessas proposições, deve-se obter proposições que são uma ligação imediata de nomes e que são a base

para a constituição do sentido das usuais. Nesse caso, o sentido pleno das proposições, quais objetos simples os nomes significam, seria esclarecido ao final da análise. No entanto, os dias 24/05/1915 e 25/05/1915 impõem uma questão: se é por meio do significado dos nomes (os objetos simples) que as proposições usuais têm sentido, então, por qual motivo eles não se mostram na linguagem cotidiana? Há “partes de nossa linguagem” que não são expressas, algo que nossas proposições não podem dizer e que as constituem intimamente, tal como o *minimum visibile* que agora não pode ser visto em meu campo de visão mas que lhe é completamente essencial; ou como a imagem visual que é essencialmente extensa e, no entanto, constitui-se de pontos inextensos? É para esse problema que as anotações do dia 27/05/1915 apontam: “Existe algo fora dos (*außerhalb*) fatos? Que nossas proposições não são capazes de exprimir? Mas nós temos aqui, p.ex., a coisa e *nós não sentimos nenhuma exigência* de expressá-las em proposições [...] *Existe algum domínio fora dos fatos?*”.

O “domínio dos fatos” é expresso através das proposições, elas dizem algo com sentido a respeito dos fatos e, por esse motivo, elas são verdadeiras ou falsas, elas mostram as possibilidades de existência de um complexo no mundo. A impossibilidade de haver um domínio fora dos fatos mostra a impossibilidade de haver um domínio fora das proposições, isto é, a linguagem exprime aquilo que ocorre no interior do mundo. Portanto, para além do domínio daquilo que pode ser expresso com sentido não há um outro domínio. Através dessa perspectiva, Wittgenstein observa duas características importantes a respeito daquilo que pode ser expresso: 1) proposições não podem exprimir um objeto, elas podem apenas falar acerca deles, eles apenas são nomeados (ibid. 26/05/1915 e 27/05/1915); 2) a linguagem é única, não há uma linguagem que se contraponha ao nosso modo de expressão (ibid. 29/05/1915).

O segundo ponto destacado acima é introduzido por Wittgenstein através das questões apresentadas no dia 29/05/1915: “Mas é a *linguagem* a *única* linguagem? Por que não pode haver um modo de expressão com que eu possa falar *sobre* a linguagem tal que aquele possa aparecer para mim em coordenação com outros?”. Ao que tudo indica, uma outra linguagem além da *linguagem* é impossível. Ora, se um modo de expressão diferente do nosso fosse possível, seria forçoso aceitar que o domínio de uma outra linguagem teria de ser completamente exterior ao domínio da *linguagem*, ou seja, uma tal linguagem deveria ser completamente “estranha” ao modo de expressão da *linguagem*, estaria submetida a outras regras sintáticas e, portanto, completamente extrínseca à lógica. Um modo de expressão completamente externo ao domínio da *linguagem* – às regras da sintaxe lógica – é impossível, algo que não pode sequer constituir-se enquanto linguagem. No caso das coisas, ainda cabe a dificuldade levantada no dia 27/05/1915: “Mas nós temos aqui, p.ex., a coisa e *nós não sentimos nenhuma exigência* de expressá-las em proposições”. Mesmo que seja

impossível sair da linguagem (a linguagem é única) e do mundo (do domínio dos fatos), ainda que uma coisa não possa ser expressa em uma proposição, resta avaliar a maneira como as coisas são essenciais aos fatos e como os nomes que as significam são condições essenciais para o sentido das proposições.

Antes de nos debruçarmos sobre o modo como os nomes são caracterizados nas anotações do final de maio de 1915, cabe fazer uma última consideração acerca da “linguagem única”, no que se refere ao sujeito. Uma vez confrontadas as questões do dia 29/05/1915 com as notas acerca da “verdade do solipsismo”, é possível reconhecer que a tese solipsista pretende caracterizar a “minha linguagem” como a *única linguagem*. Não pode haver um modo de expressão que se contraponha à linguagem, um domínio exterior à linguagem é impossível, ele não pode nem ao menos ser pronunciado. Na medida em que linguagem e mundo têm os “mesmos domínios” – linguagem e mundo têm limites comuns –, conseqüentemente, não pode haver um domínio dos fatos que não pudesse ser expresso pela linguagem. O dizível abarca o campo das possibilidades de existência e inexistência de fatos no mundo. Um fato que seja extrínseco a esse campo de possibilidades é impossível, indizível, algo que não existe e nem poderá existir. Adotada a tese solipsista, o campo do possível compartilhado pela linguagem e pelo mundo é caracterizado por meio dos pronomes possessivos: a possibilidade de construir proposições com sentido no domínio de *minha linguagem* representa possibilidades de existência de fatos no mundo. Seguindo essa perspectiva, podemos observar que é a *minha linguagem* a *única linguagem* e, na medida em que os limites de minha linguagem significam os limites do mundo, o mundo tem de ser caracterizado como *meu mundo*. É nesse sentido que podemos compreender o termo *Weltseele*, que não apenas reforça a equivalência entre os limites de minha linguagem (*Seele*³⁴) e os limites de meu mundo (*Welt*), como também, esclarece que qualquer perspectiva acerca da linguagem e do mundo deve estar associada ao eu. As palavras proferidas pela boca de outras pessoas apenas constituem um sentido em consonância com a minha alma e, através de minha alma, eu posso “conceber o que eu chamo de alma dos outros” (Ibid. 23/05/1915)³⁵. Wittgenstein parece caracterizar a *Weltseele* como uma alma que abrange a totalidade da linguagem e a totalidade do mundo, uma alma que situa estes dois domínios na perspectiva única do sujeito, uma perspectiva impossível de ser confrontada.

Os dias 30/05 e 31/05 de 1915 são particularmente importantes para que se possa compreender a maneira como Wittgenstein concebe a distinção entre o complexo e o simples, assim

34 Como indicado no dia 23/05/1915, a minha alma é responsável por correlacionar os sinais de minhas proposições aos componentes do mundo. É por essa razão que as minhas proposições e as expressões proferidas pelas outras pessoas têm sentido.

35 Sobre essa relação entre a linguagem única, a minha linguagem e a linguagem dos outros cf.: SANTOS, 2010, pp. 104-106.

como, a concepção dos nomes enquanto “conceitos lógicos”. Estes dias dão sequência às considerações feitas sobre a extensão da imagem visual e inextensão dos pontos que a constituem. De certo modo, tentam esclarecer a questão “Há nenhum domínio fora dos fatos?”. O “domínio exterior aos fatos” “apresenta-se” como aquilo que é exterior às proposições, aquilo que não se pode expressar através delas. Os objetos (coisas) são esse âmbito que se encontra fora das proposições, mas que são completamente essenciais a elas. É possível apenas nomear os objetos e, com isso, falar acerca deles mas é impossível expressá-los proposicionalmente. Logo no início do dia 30/05/1915, Wittgenstein considera a equivalência entre proposições, fatos e complexos. Em seu aspecto material, a proposição é um signo complexo, um complexo de inscrições gráficas e sonoras. Naquilo que a proposição não apresenta materialmente, o pensamento que a projeta sobre a realidade, a define enquanto símbolo complexo significativo, isto é, a proposição *afigura complexamente*. Desse modo, o que a proposição afigura deve ser uma parcela complexa do mundo – um fato. Há, contudo, os nomes de complexos que atuam na proposição enquanto nomes de objetos, é necessário notar que eles ainda precisam ser descritos, ou seja, a proposição que deve representá-los é uma descrição (Ibid.). Mas se há objetos simples que também são nomeados, eles devem cumprir o mesmo papel dos nomes de objetos complexos? É correto dizer que tanto objetos simples quanto os complexos podem ser sinalizados pelos mesmos tipos de sinais, isto é, que os sinais que os sinalizam são nomes? (Ibid.).

Nos *Notebooks*, a resposta fornecida a essa pergunta parece, a princípio, não dissolver a dificuldade entre objetos complexos e objetos simples. O nome enquanto conceito *lógico* não parece indicar uma solução à dificuldade de como um sinal simples deve designar, pois tanto os nomes para objetos complexos quanto os nomes para objetos simples marcam a “comunhão de uma forma e um conteúdo”. Por esse motivo parece haver um “erro” em contrastar o complexo ao simples, ao mesmo tempo em que é um equívoco tomá-los como semelhantes. Ora, componentes e complexos aparentam ser semelhantes e opostos (Ibid. 30/05/1915). A marca de uma forma e um conteúdo comum fornecida através de um nome, pode variar de acordo com a diferença de estrutura de seu nomeado: “De acordo com a diferença de estrutura do complexo, o seu nome designa de modo e forma diferente e está sujeito a outras leis sintáticas” (Ibid.). Conforme este trecho nos mostra, as regras sintáticas pelas quais os nomes estão submetidos variam segundo a estrutura do complexo que eles nomeiam.

A concepção de nome enquanto conceito *lógico* sublinha aquela definição já apresentada nas anotações anteriores (cf. 23/05/1915): “Ele (o nome) marca a comunhão de uma forma e um conteúdo” (Ibid. 30/05/1915). Mesmo que eu possa correlacionar um nome a tudo o que eu vejo (à

paisagem, ao voo das sementes no ar; cf. 30/05/1915), todo e qualquer nome deve sinalizar a comunhão de *uma* forma e *um* conteúdo, somente com o seu uso sintático eles podem sinalizar *uma determinada* forma lógica (Ibid.). Nesse caso, a forma lógica da proposição é determinada pelo uso que se faz de um nome, isto é, por saber como um nome pode estar articulado com outros nomes em um contexto proposicional, determina-se a forma lógica da proposição em que eles podem estar empregados. As propriedades internas de um nome definem as suas possibilidades de concatenações com outros nomes de mesma “categoria lógica”, caracterizam as proposições em que este nome pode “aparecer”. A comunhão de uma forma revelada pelos nomes é aquilo que é comum a todos os nomes de uma mesma categoria, a articulação de nomes no contexto proposicional determina a forma lógica da proposição. Nesse sentido, os nomes podem aparecer em diversas proposições e podem ser substituídos entre si, já que compartilham da mesma forma lógica. Ora, se os nomes cumprem o seu papel somente quando relacionados a outros nomes no contexto proposicional e se eles devem ter objetos enquanto seus significados, então, isso revela que os nomes significam somente com seu uso sintático na proposição. Um nome tomado isoladamente não tem serventia, ele não é significativo fora dos contextos proposicionais em que pode aparecer. O conteúdo comum caracterizado pelos nomes é aquilo acerca do que a proposição pode falar, uma concatenação possível de objetos.

Ainda que as anotações dos dias 30/05/1915 e 31/05/1915 caracterizem o nome enquanto conceito lógico, elas não desatam, à primeira vista, a dificuldade entre a nomeação de objetos simples e a nomeação de objetos complexos. Por um lado, as entradas de oito a dez do dia 30/05/1915 mostram que o nome de um objeto complexo está submetido à diferentes regras sintáticas de acordo com a estrutura do complexo. Essa maneira de conceber os nomes para objetos complexos, revela a dificuldade de mostrar a semelhança e a oposição entre complexo e simples (Componentes). Por outro lado, o dia 31/05/1915 revela que o modo como utilizamos um nome no contexto de uma proposição determina como a forma lógica proposicional está relacionada à forma lógica dos estados de coisas; os nomes ligam a forma proposicional a objetos completamente determinados, mostram que esta coisa possui esta propriedade. Como desembaraçar esse imbróglio que os últimos dias de maio de 1915 nos colocam?

Cabe também observarmos como o sujeito está no centro das dificuldades expostas acima. Como vimos, é através da relação simples que eu estabeleço entre nomes e objetos que é possível determinar a comunhão de uma forma e um conteúdo. Mas essa relação vale tanto para nomes de objetos simples quanto para nomes de objetos complexos? Além disso, qual o critério me permite reconhecer que um objeto é realmente simples ou que ele apenas me aparece como simples? É sobre

estes problemas que parte das anotações da segunda quinzena de junho de 1915 vão se debruçar. Tais notas revelam uma outra faceta do sujeito. O eu será responsável pela determinação do sentido pleno de minhas proposições, pela ligação entre nomes e objetos, através de uma maneira completamente estranha às anotações de 23/05/1915: o sentido de minhas proposições se torna claro por eu apontar com meu dedo para o complexo que eu quero descrever, por eu apontar com meu dedo para determinar o significado dos sinais simples que ocorrem em minhas proposições. Esse aspecto “empírico” do sujeito abre margem para uma alternativa indicada nas primeiras anotações dos *Notebooks*, a alternativa de compreender o sentido pleno das proposições usuais sem a necessidade de analisá-las completamente.

2.4. O “eu empírico” nos *Notebooks*

As anotações feitas por Wittgenstein em meados de 1915 indicam uma relação estreita entre o eu e a determinação do sentido proposicional: por meio do sentimento da relação simples que tenho em mim, estabeleço uma relação de significação entre nomes e objetos. À primeira vista, a relação interna entre nomes e nomeados revela-se na verdade que o solipsismo mostra: “os limites de minha linguagem *significam* os limites de meu mundo”. Por um lado, posso alcançar os objetos simples por meio da análise completa das proposições de minha linguagem, através de um processo que leva até eles. Mostra-se, portanto, como um nome marca uma forma e um conteúdo comum às diversas proposições em que ele possa aparecer e, uma vez relacionado aos objetos simples articulados em estados de coisas, determina-se plenamente o sentido de minhas proposições. Por outro lado, a relação entre nomes e objetos complexos também mostra a comunhão de uma forma e um conteúdo e, no entanto, eu não os “conheço” por meio de uma análise completa das proposições usuais, eu os conheço pela intuição. Essa primeira entrada do eu é introduzida pela via do solipsismo, indicando assim a inexistência do sujeito que é limite da linguagem e do mundo: em um sentido importante, o livro “o mundo tal como o encontro” mostra que o sujeito não existe. A anotação do dia 23/05/1915 indica, de maneira mais ou menos clara, a importância do sujeito para o processo de análise completa das proposições da linguagem comum. Ora, são as proposições de minha linguagem que devem ser analisadas para que os seus sentidos sejam completamente esclarecidos e, conseqüentemente, os nomes que lhe servem de base para a constituição de seus sentidos significam objetos simples a partir do sentimento da correlação simples que tenho em mim³⁶.

36 E isso mostra a importância do Eu para a nomeação, tal como Cutler examina em seu artigo (CUTLER, 2006, seção II). No entanto, como veremos ao decorrer dessa seção, a segunda quinzena junho de 1915 retratará o eu através de uma característica empírica: a relação de significação entre nomes e nomeados é determinada por eu apontar com o meu

Todavia, ainda resta esclarecer a maneira como os nomes de objetos complexos são caracterizados nessa etapa dos *Notebooks*. Como já indicamos, os nomes de objetos complexos exercem o mesmo papel que os nomes de objetos simples, ambos mostram “a comunhão de uma forma e conteúdo”. Entretanto, os objetos simples e objetos complexos são conhecidos de maneiras totalmente diferentes: o primeiro é conhecido como produto final da análise (ibid. 23/05/1915); o segundo é conhecido pela intuição (ibid. 24/05/1915). Essa concepção de nomes para objetos complexos parece trazer consigo um outro ponto de vista a respeito do eu. A partir da segunda quinzena de junho de 1915, os *Notebooks* observam que a relação entre nomes e objetos e o sentido integral de minhas proposições são determinados por mim: eu aponto com o meu dedo para *este* objeto – que me aparece como simples – como significado de um nome que utilizo em minhas proposições, assim como, eu aponto com o meu dedo para *este* complexo para precisar o sentido das expressões que utilizo em minha linguagem. Até o final de 1915, a possibilidade e efetividade de uma análise completa permanece como um problema irresoluto para Wittgenstein. A sombra desse impasse levará os *Notebooks* a examinar duas alternativas à determinação plena do sentido proposicional pela análise: 1) a possibilidade de uma análise infinita, isto é, de que a impossibilidade da plena determinação do sentido de minhas proposições é decorrente de uma complexidade infinita dos fatos; 2) uma alternativa que passa ao largo da análise completa é também tentada ao final das notas de 1915, a de trabalhar com as proposições usuais assim como estão, sem a necessidade de esclarecer os seus sentidos por meio da análise. Nessa seção, portanto, examinaremos como os *Notebooks* introduzem o “eu empírico” e como ele está associado ao problema da plena determinação do sentido proposicional.

A primeira entrada do dia 14/06/1915 retoma a definição de nome que Wittgenstein apresentara anteriormente, de que a partir do uso sintático do nome é possível determinar uma forma lógica proposicional: “os nomes podem ser de diversas formas, apenas na sua aplicação sintática apresentam uma forma característica” (Ibid. 14/06/1915). Mesmo que a aplicação sintática dos nomes possibilite determinar uma forma lógica, ainda persiste a dificuldade em saber como eles podem ser aplicados, isto é, se nas proposições cotidianas, os nomes já determinam uma forma, ou se é necessário recorrer ao uso que fazemos deles nas proposições completamente analisadas. A segunda e terceira entrada abordam este problema a partir da diferença da aplicação sintática de nomes para objetos simples e da aplicação sintática de nomes para objetos complexos:

O que é a aplicação sintática dos nomes de objetos simples? O que é o meu pensamento fundamental (*Grundgedanke*) quando eu falo de nomes para objetos simples? Por fim, os ‘objetos complexos’ não satisfazem precisamente os requisitos que eu aparentemente apresento (*stelle*) para aqueles? Se eu dou a este livro um nome ‘N’ e falo agora de N, não é

dedo para o objeto.

a relação de N com aquele ‘objeto complexo’, com aquelas formas e conteúdos, *essencialmente* a mesma que eu pensava entre nomes e objetos simples? Pois nota-se: mesmo que o nome ‘N’ desapareça com uma próxima análise, ele indica, contudo, *algo em comum* (*Ein Gemensames an*). (NB, 14/06/1915)

Para reconhecer a aplicação sintática de um nome de objeto simples, é necessário chegar ao final da análise, isto é, necessita-se realizar um processo de análise das proposições usuais para a determinação dos nomes de objetos simples, para a determinação de proposições em que os nomes de objetos simples ocorram. No uso cotidiano da linguagem, os nomes sinalizam objetos acerca dos quais usualmente falamos, tais como livros, cadeiras, cavalos, homens etc. Nesse caso, os nomes sinalizam objetos complexos e podem desaparecer ao longo do processo de análise. A primeira dificuldade consiste em reconhecer a aplicação sintática de um nome de objeto simples. Ora, se tal nome será alcançado somente ao final da análise, então, como é possível saber de sua aplicação sintática se o processo de análise ainda não foi levado a cabo? Se não é possível determinar quais são as proposições elementares, não é possível determinar qual a aplicação sintática dos nomes que as constituem. Em contrapartida, os nomes de objetos complexos satisfazem os mesmos requisitos que os nomes de objetos simples, satisfazem aquilo que é essencial para a aplicação sintática de um nome: caracterizam uma relação simples entre um sinal simples e um objeto, determinando uma forma e um conteúdo comum. Mesmo que o nome próprio (de objeto complexo) desapareça ao longo do processo de análise, aquilo que ele mostra caracteriza os critérios de seu uso sintático em proposições. Se assim é, então qual a importância dos nomes para os objetos simples? Ademais, poderíamos ainda nos perguntar qual a importância do processo de análise para o emprego sintático dos nomes.

A maneira como as duas últimas entradas do dia 14/06/1915 apresentam a “ideia do simples” enquanto uma “ideia” *a priori*, retratam a dificuldade de Wittgenstein em dissolver o contraste entre os objetos simples e complexos, mostram o impasse do autor em seguir por uma ou outra alternativa – de que seria possível mostrar a aplicação sintática dos nomes através dos nomes de objetos complexos ou se seria necessário uma análise completa das proposições usuais para determinar uma tal aplicação. Vejamos como a ideia do simples parece ser prejudgada na ideia de complexo e na ideia de análise:

Mas qual a referência dos nomes fora do contexto proposicional?

Mas pode-se também apresentar a questão assim: Parece que a ideia (*Idee*) de SIMPLES já está contida na de complexo e na ideia de análise, de tal modo que nós prevemos (*ganz absehend*) sem qualquer exemplo de objetos simples ou de proposições que falem sobre eles, chegamos à ideia e compreendermos a existência de objetos simples – *a priori* – como uma necessidade lógica. (Ibid.)

À primeira vista, “a referência dos nomes fora do contexto proposicional” parece apontar para a dificuldade em determinar a relação entre nome e objeto independentemente do uso sintático que podemos fazer daquele na proposição. As primeiras entradas do dia 14/06/1915 ressaltam que, no contexto proposicional, os nomes de objetos complexos desempenham o mesmo papel que nomes de objetos simples – como já assinalamos, eles indicam uma forma e um conteúdo comum, estabelecem uma relação simples entre um nome e seu significado. Mas o que poderia distinguir nomes de objetos simples e nomes de objetos complexos? Talvez, uma alternativa seria a de compreender os nomes para objetos simples fora do contexto proposicional. Quer dizer, é possível compreender o que é um objeto simples sem que seja necessário indicar a maneira como um nome mantém uma relação de designação com ele, sem a necessidade de recorrer a qualquer exemplo de proposição que fale acerca dele. A ideia de complexo e de análise pressupõem a ideia de simples, é uma necessidade lógica que um complexo possa ser analisado em elementos simples, em elementos que não são suscetíveis à análise. Obtemos a ideia do simples *a priori*, sem indicar um objeto simples em particular e sem recorrer a proposições que falam acerca deles, como uma necessidade lógica para a compreensão da ideia de complexo e de análise. Parece ser por esse viés que é possível pensar a referência de um nome fora do contexto proposicional, e para mostrar que os objetos simples são logicamente necessários sem que, para isso, seja preciso efetivar o processo de análise completa das proposições³⁷.

Dois dias mais tarde, os *Notebooks* retomam a dificuldade de operar a análise completa das proposições usuais e a impossibilidade de fornecer um exemplo do simples. No horizonte da análise, deveríamos encontrar proposições que contêm “nomes, relações etc.” (Ibid., 16/06/1915) e que mostrariam seus sentidos de maneira completamente determinada. Ainda que Wittgenstein admita a *possibilidade* de uma análise completa, ele não se vê em condições de *efetivá-la*. Nesse caso, a simplicidade tem de ser reconhecida como uma necessidade lógica – tal como apresentada no dia 14/06/1915 –, o simples é pressuposto da ideia de complexo e de análise. Uma vez que a análise completa não pode ser efetivada, não é possível dar sequer um exemplo do simples, como se fosse possível saber de uma forma sem fornecer um único exemplo dela (ibid.). Embora estas anotações não abordem o tema da autonomia da lógica de maneira direta, talvez, seja interessante retomarmos aquele argumento que esclarece como a lógica tem de cuidar de si mesma. A partir desse desvio de leitura, a dificuldade apresentada nos dias 14/06/1915 e 16/06/1915 pode ser retratada da seguinte maneira: a lógica esclarece aquilo que é totalmente geral para a compreensão

³⁷ Isso não exclui a *possibilidade* da análise. É uma necessidade lógica que a ideia de simples seja pressuposto da ideia de complexo e de análise, portanto, é *logicamente possível* analisar um complexo até chegar em seus elementos mais simples.

das proposições, as suas regras sintáticas, as regras que possibilitam determinar os seus sentidos, e isso mostra que é logicamente possível analisá-las; entretanto, não é necessário à lógica efetivar o processo de análise, pois, com isso, caracterizar-se-ia as formas particulares das proposições, algo que não é “incondicionalmente necessário para a construção da lógica”³⁸. Por esse ponto de vista, podemos constatar que ainda persiste a dificuldade em revelar qual o parâmetro lógico de análise e o critério que mostre quando a análise chegou a seu fim.

Não parece ser por outro motivo que o eu ressurja em meio as considerações sobre a possibilidade e efetividade da análise, que reapareça como um critério para a determinação do simples. O dia 14/06/1915 sugere que a referência dos nomes fora do contexto proposicional pode ser concebida através da ideia do simples que já está pressuposta nas ideias de análise e de complexo. Essa poderia ser uma característica discriminatória entre nomes de objetos simples e nomes de objetos complexos. Ainda que tanto o primeiro quanto o segundo marquem a comunhão de uma forma e um conteúdo a partir de suas aplicações sintáticas em proposições, aquilo que os distingue poderia estar associada ao modo como o objeto simples é concebido como uma necessidade lógica, sem que fosse necessário recorrer a exemplos de proposições que os mencionem. Todavia, a terceira entrada do dia 15/06/1915 revela que os nomes de objetos complexos também têm uma referência fora do contexto proposicional, o que se justifica por *eu* poder correlacionar um nome a qualquer objeto complexo que está diante de *mim*:

É completamente claro que, de fato, eu posso atribuir um nome a este relógio que está funcionando aqui para mim, e que este nome terá referência fora de qualquer proposição, no mesmo sentido que eu sempre intentei, e eu sinto que aquele nome em uma proposição corresponderá a todos os requisitos de ‘nomes para objetos simples’. (NB, 15/06/1915)

O trecho destaca o modo como os objetos complexos são nomeados fora do contexto proposicional. Eu sou a condição para que um nome mantenha uma relação de significação com este determinado objeto (por exemplo, este relógio, esta cadeira etc.) diante de mim. A maneira como eu nomeio objetos complexos, à primeira vista, não necessita recorrer a ideia de simples pressuposta na ideia de análise e na ideia de complexo, também não necessita do contexto proposicional para a compreensão do significado de um nome. A nomeação é possível por meio de uma relação simples que eu determino entre um nome e um objeto diante de mim. Mesmo que pensados no contexto proposicional, os nomes para objetos complexos cumprem todos os requisitos de nomes para objetos simples: caracterizam uma forma e um conteúdo comum. Nesse excerto extraído do dia 15/06/1915, já é possível conjecturar que o uso dos nomes no contexto

³⁸ NL, p.27. Abordamos essa temática no capítulo I dessa dissertação. Queremos enfatizar como o problema da análise “assombra” Wittgenstein nos *Notebooks*. Teremos a oportunidade de retratar essa “sombra” adiante, quando Wittgenstein investiga a possibilidade de aplicar a lógica na linguagem cotidiana (cf. NB, 19/06/1915 e 20/06/1915).

proposicional deve estar associado ao eu, é através do modo como eu utilizo os nomes nas proposições que eles marcam algo comum³⁹. Esses parecem ser bons motivos para aceitar que nomes de objetos complexos preencham todos os requisitos de nomes para objetos simples.

É válido notar, tal como aponta a quarta entrada do dia 16/06/1915, que “isto” é um conceito *a priori* e que se identifica ao conceito de *objeto*. Se sou eu a condição para estabelecer que *este objeto* é designado por um nome, então, a possibilidade de eu determinar uma relação entre nomes e objetos é garantida *a priori*. Ainda que, nesse período dos *Notebooks*, Wittgenstein estabeleça uma distinção entre nomes para objetos complexos e nomes para objetos simples, no fim das contas, eles parecem ser semelhantes: o conceito de objetos simples e de objeto complexo são conceitos *a priori*, alcançamos esses conceitos fora do contexto proposicional e, além disso, os seus nomes determinam a comunhão de uma forma e um conteúdo. A marca que os distingue consiste, entretanto, no modo como chegamos até eles. Os objetos simples são alcançados ao final da análise das proposições, mas, se não há critérios lógicos que permitem reconhecer de antemão pelo menos um exemplo de objetos simples, então, ainda que uma análise completa seja possível, ela não parece ser necessária. A efetividade da análise pode ser colocada em suspenso, pois “eu não imagino que ela leve a alguma outra espécie de proposição que me é conhecida” (ibid. 16/05/1915).

As sete entradas finais do dia 16/05/1915 abrem caminho para a possibilidade expressar um sentido completamente determinado por meio das proposições usuais. Essa possibilidade é caracterizada pelo modo como eu falo sobre determinado objeto:

Quando eu digo este relógio é brilhante, e aquilo que eu intenciono (*meine*) sobre este relógio altera no mínimo a sua composição, assim, não se altera apenas o sentido da proposição quanto ao conteúdo, mas *a declaração sobre este relógio também* altera imediatamente seu sentido. Altera-se toda a forma da proposição. (Ibid.)

Nesse caso, a forma e o conteúdo da proposição são determinados por mim, através do modo como utilizo os nomes no contexto proposicional. O modo como eu emprego o nome relógio na proposição “o relógio é brilhante” determina uma forma e um conteúdo diferente da proposição “o relógio está na gaveta”, conseqüentemente, aquilo que eu “declaro sobre este relógio” mostra os diferentes sentidos dessas proposições. Tudo o que eu declaro acerca deste relógio altera a forma e o conteúdo das proposições em que ele é empregado, altera-se o sentido que elas expressam. Seguindo essa perspectiva, através do uso sintático dos nomes é possível determinar completamente a forma do objeto complexo que eles nomeiam (ibid.). Mas se os nomes de objetos complexos são caracterizados dessa forma, então, as proposições usuais já expressam um sentido COMPLETO

³⁹ “O uso que eu faço dos nomes na proposição” já é antecipado nas anotações do dia 23/05/1915, como já examinamos na seção anterior.

(*KOMPLETTEN*, *ibid.*). Mesmo que nem tudo fique expresso através de uma proposição usual, uma vez que ela tem sentido completo, ela constitui uma figuração completa da realidade. Poderíamos, talvez, compreender esse sentido completo por meio do ponto de vista do sujeito: se declaro algo a respeito deste relógio, que ele está sobre a mesa, é impossível que eu não saiba o que eu quero dizer com as minhas palavras, elas têm um sentido completo ainda que necessitem de uma definição mais nítida (*SCHARF*).

A conclusão que Wittgenstein chega na anotação do dia 16/05/1915 é que todos os nomes são *nomes genuínos*, que todos os objetos são, de certa maneira objetos simples. Ora, se todo e qualquer nome já determina uma forma e um conteúdo, a forma e o sentido proposicional, então, eles são nomes genuínos. Além do mais, todo e qualquer objeto pode ser considerado como um objeto simples, pois, a maneira como eu falo deste objeto determina completamente o sentido de minha proposição. Nesse sentido, talvez fosse possível dizer que os objetos são “simples para mim”, já que aquilo que declaro sobre este objeto determina inteiramente o sentido de minhas proposições. Antes de explorarmos o modo como o objeto é simples para mim, examinaremos um outro problema apresentado nos *Notebooks* e que está associado as considerações sobre o eu: a possibilidade de uma análise infinita.

2.4.1. A suposta complexidade infinita do mundo: análise infinita e impossibilidade da determinação do sentido

Nos dias 17/06/1915 e 18/06/1915 dos *Notebooks*, Wittgenstein se depara com a possibilidade de efetuar uma análise infinita, pois, supostamente, os objetos que constituem o mundo poderiam ser infinitamente complexos. Se esse fosse o caso, talvez, não fosse possível determinar o sentido das proposições usuais, seria impossível definir de maneira completamente clara o significado de um nome. Ainda que o problema da complexidade infinita não esteja diretamente relacionado à temática que esta dissertação se propôs investigar, vale examinaremos como essa dificuldade é caracterizada nos *Notebooks* e como ela pode nos revelar algumas observações valiosas sobre o eu.

Os *Notebooks* retomam o “exemplo” de objeto espacial já utilizado nas notas de maio de 1915 para dar ênfase ao problema da suposta complexidade infinita do mundo. Se um objeto espacial é constituído por infinitos pontos, ao falar acerca dele em uma proposição, eu não poderia mencionar cada um de seus constituintes através de nomes. Seria necessário uma infinidade de proposições que dissessem algo acerca de cada um desses pontos, o que é manifestamente

inexequível. Consequentemente, a descrição integral do objeto espacial seria impossível, pois o processo de análise completa das proposições que descrevessem esse objeto não teria fim: “Aqui seria o caso em que eu não *posso* absolutamente chegar à análise completa no antigo sentido; e talvez este é o caso habitual” (ibid., 17/06/1915). Notemos que, nesse fragmento, o verbo poder (*können*) é utilizado na primeira pessoa do singular (*kann*) e sublinhado por Wittgenstein, sugerindo que as proposições de minha linguagem não poderiam ser completamente analisadas. Ora, se os objetos que estão diante de mim são infinitamente complexos, faz-se impossível descrevê-los completamente com minhas proposições, a efetividade da análise seria impossível, isto é, o sentido pleno de minhas proposições não poderia ser determinado.

Diante da complexidade infinita dos objetos, o conceito de simples – que é pressuposto nas ideias de análise e de complexo como uma necessidade lógica – parece perder a sua eficácia: “*Isto é claro, A PRIORI, que com a análise temos que chegar em componentes simples – isto é algo que já está no conceito de análise – ou uma análise ad infinitum é possível? – ou, por fim, há uma terceira?*” (Ibid., 17/06/1915). A análise completa, tal como concebida no antigo sentido, determinaria os pontos simples que constituem o objeto espacial complexo, ela mostraria que tais pontos possuem determinadas propriedades e que eles não poderiam mais ser desmembrados. No entanto, ainda que o simples seja um pressuposto *a priori* à ideia de análise, “nada parece ser contra a uma análise infinita” (ibid.). Quer dizer, nada garante que seja possível chegar ao final da análise, uma vez que não se tem um parâmetro de como se deve operar um tal processo e nem mesmo há um critério de determinação do simples (se eles são pontos no campo visual ou constituintes de objetos espaciais etc.). Se é uma necessidade lógica que a análise tenha de chegar a objetos simples, ainda resta reconhecer como se deve procedê-la e como o seu final pode ser determinado. É nesse sentido que, talvez, uma análise infinita não esteja completamente excluída do horizonte dos *Notebooks*.

Podemos constatar uma diferença entre aquilo que a ideia de análise caracteriza como possível e aquilo que é efetivo. Dito por outras palavras, a análise completa das proposições usuais é logicamente possível, é totalmente razoável que as nossas proposições possam ter os seus sentidos completamente determinados a partir das proposições completamente analisadas. Entretanto, ainda não sabemos como proceder para chegar à determinação do sentido pleno das proposições usuais, não sabemos que tipo de objetos seriam aqueles encontrados ao final do processo de análise, a não ser, é claro, que eles devem ser simples. Mesmo que a análise completa seja possível, não é necessário à lógica efetivá-la. É por esse motivo que a análise do meu sentido é destacada nesse momento dos *Notebooks*: “Tudo o que eu quero é simplesmente a completa análise do *meu sentido!*” (Ibid.) Apesar da análise completa de meu sentido ser logicamente possível – tem de ser

possível que a forma dos casos particulares estejam manifestos nas minhas proposições generalizadas –, a sua efetividade parece ser algo nebuloso: “as generalizações das formas devem ser definidas. [...] E, então, não é este determinado que eu *tenho* que chegar, justamente o simples no sentido que sempre me veio à mente? De certa maneira, isso é o difícil” (Ibid.). O que eu posso saber, aquilo que proposição me mostra, é um sentido determinado; se por meio da proposição o seu sentido não está inteiramente esclarecido, resta determiná-lo completamente. A única coisa que posso saber sobre o sentido determinado é que ele tem de ser revelado em proposições que são uma ligação imediata de nomes e que não podem ser analisadas, isso me mostraria o objeto no “sentido original”.

Mas a análise infinita das proposições da linguagem comum parece também ser logicamente possível ou, melhor dizendo, talvez fosse o caso de que os objetos fossem infinitamente complexos, o que nos forçaria aceitar a possibilidade lógica de construir infinitas proposições que os descrevem. Esse ponto de vista é retratado no exemplo da mancha em nosso campo visual, tal como apresentado no dia 18/06/1915. Se uma mancha no campo visual é constituída por uma infinidade de pontos e se eu digo que ela está a esquerda de uma linha, então, “*segue-se LOGICAMENTE infinitas proposições com diferentes conteúdos da primeira*. E isso mostra que, realmente, ela era infinitamente complexa. Isto é, não apenas o sinal proposicional, mas bem *como o seu uso sintático*” (Ibid. 18/06/1915). Não apenas o sinal proposicional se torna infinitamente complexo, como também, a aplicação sintática dos nomes mostra essa complexidade. Parece que, a partir desse excerto, Wittgenstein admite o emprego infinito dos nomes em proposições, ou seja, uma vez que fosse possível construir um número infinito de proposições que descrevessem um objeto complexo, o emprego dos nomes que as constituem ocorreria de infinitas maneiras, por assim dizer, o emprego sintático dos nomes seria indefinido. Por esse motivo, Wittgenstein se questiona sobre a impossibilidade da plena determinação do sentido: “mas agora esta complexidade infinita do sentido compromete a sua determinação?”.

A possibilidade de descrever um objeto complexo (e, aqui, infinitamente complexo) de maneira clara reaparece, mais uma vez, ligado ao eu: “quando eu digo, p.ex., que este relógio não está na gaveta, não é absolutamente necessário que siga logicamente que uma roda inserida no relógio não estava na gaveta, pois talvez *eu não soubesse, de modo algum*, que a roda estava no relógio” (Ibid.). É importante ressaltar que essa entrada se inicia com “parece perfeitamente possível que manchas no meu campo visual sejam objetos simples”, com isso, Wittgenstein parece tratar os objetos infinitamente complexos como objetos simples, o que é possível por eu tratar os nomes para esses objetos como sinais essencialmente simples – a última entrada do dia 16/06/1915

esclarece esse ponto. Ora, se dou um nome a este relógio diante de mim e a maneira como eu o emprego em uma proposição já caracteriza uma forma e um conteúdo, então, não é necessário que eu determine a infinidade de características que esse objeto comporta; no exemplo da proposição “o relógio não está na gaveta”, não é necessário que eu diga que uma roda, os ponteiros etc. também não estão na gaveta. Nesse caso, a proposição poderia tratar de uma infinidade de pontos sem ser infinitamente complexa (ibid.) – não apenas no sinal proposicional, como também, na aplicação sintática dos nomes nela. Essa alternativa, no entanto, não parece determinar plenamente o sentido de minha proposição, pois com “este relógio” eu não poderia determinar o complexo em que a roda aparece; os nomes que emprego em minhas proposições não conseguem determinar a complexidade de seus significados. Seria o caso, portanto, de *meu sentido* não poder ser plenamente determinado.

2.4.2. O simples para mim e a possibilidade de expressar um sentido plenamente determinado com as proposições da linguagem comum

Ainda que o problema da complexidade infinita seja tangencial aos propósitos desta dissertação, é importante que se preserve um aspecto fundamental que essa dificuldade revela sobre o sujeito: por mais que não se saiba como devo proceder na análise de minhas proposições, se um processo de análise é estritamente essencial para revelar aplicação sintática e o significado dos nomes, ou se esse processo pode perdurar *ad infinitum*, o que fica claro nas anotações sobre a complexidade infinita é que o *meu sentido* tem de ser plenamente determinado. Com isso em mãos, podemos observar que a análise tem de partir do sentido das proposições de minha linguagem, na medida em que o meu sentido tem de ser plenamente determinado. Talvez, fosse esse um bom parâmetro para a realização do processo de análise – e a entrada do dia 17/06/1915 destaca que o que eu quero é a completa “análise” de meu sentido –, a análise tem que partir do meu sentido, do modo aparentemente vago pelo qual procuro expressá-lo em minhas proposições. Mesmo que, talvez, essa seja uma boa maneira para reconhecer um padrão de análise das proposições usuais, Wittgenstein retoma aquela alternativa que visa compreender o sentido de minhas proposições sem a necessidade de analisá-las completamente. Poderia ser o caso das minhas proposições expressarem claramente um sentido, assim como elas estão, sem uma análise completa. As três últimas anotações do ano de 1915 apresentam dois pontos que parecem justificar essa alternativa: 1) à primeira vista, a lógica é perfeitamente aplicada às proposições usuais; 2) os nomes em minhas proposições possuem um uso sintático completamente claro e, portanto, o sentido pleno das proposições usuais e o significado dos nomes são determinados por eu considerar este objeto como

simples. Esse segundo ponto revela “a face empírica do eu”, que determina uma certa aplicação sintática ao apontar com o dedo o complexo a ser afigurado, que aponta com o dedo o objeto que lhe aparece como simples enquanto significado dos nomes. Nesta seção, veremos como os *Notebooks* abordam essa alternativa.

Como vimos anteriormente, importa à lógica esclarecer as características mais gerais da proposição, as condições para a determinação do sentido proposicional. Por esse ponto de vista, a forma da proposição não pode ser dada na experiência, ela tem que ser antevista, de maneira *a priori*, por meio das regras da sintaxe lógica. O dia 19/06/1915 retoma esse argumento. Em parte, essas anotações indagam a respeito de como as formas particulares das proposições são dadas. Se a forma particular das proposições são dadas a mim somente na experiência, então, eu não poderia fazer uso delas na lógica (ibid.) ou, dito de outro modo, elas seriam completamente supérfluas à lógica. Nesse caso, compreendemos os sinais-formas (sinais que são construídos apenas com variáveis), por exemplo o sinal Fx , sem que tenhamos qualquer exemplo dos casos particulares de tais sinais. Caso a compreensão dos protótipos (Fx) fosse possível quando estabelecida a sua conexão com os nomes, nós poderíamos saber de um protótipo somente a partir da existência dos seus casos particulares (Ibid.) – para saber de Fx , seria necessário reconhecer um de seus casos particulares Fa , Fb , Fc etc. No entanto, através das variáveis, nós podemos falar de maneira completamente geral dos protótipos, sem que fosse necessário recorrer às suas particularidades. É exatamente isso que é fundamental à lógica, mostrar aquilo que é absolutamente geral e, portanto, essencial à construção dos sinais. Esse aspecto caracteriza a autonomia da lógica, ela esclarece aquilo que é absolutamente necessário aos sinais de maneira *a priori*, sem que fosse preciso recorrer à experiência. Nesse período, Wittgenstein já considerava que o esclarecimento dos protótipos, da forma geral das proposições, ainda que fosse realizado pela lógica, não necessitaria de um inventário lógico. A lógica não precisa fornecer uma “lista” que descrevesse os sinais da “importância mais geral” (aquilo que estivesse no *index*, como o conceito de “não mais analisável”, “função”, “coisa” etc.), uma tal descrição seria impossível e totalmente supérflua.

Além de ressaltar essa característica completamente geral – e, portanto, essencial – com que a lógica esclarece a sintaxe das proposições, o dia 19/06/1915 questiona a possibilidade de aplicar a lógica à linguagem cotidiana. A proposição tem de ser completamente articulada, isto é, a proposição completamente analisada deve mostrar que os componentes que a constituem são essencialmente simples. Por um lado, “com a lógica pretendemos apresentar uma figuração ideal de proposição articulada” (Ibid.). A proposição usual “o relógio está sobre a mesa” parece estar perfeitamente de acordo com as regras da lógica, todavia, para que possamos compreender o seu

sentido pleno, é necessário “reconstruí-la”. Quer dizer, para que possamos reconhecer como a proposição é completamente articulada, é necessário analisá-la completamente. Em certo sentido, a lógica pretende esclarecer como é possível construir proposições completamente articuladas, como através da análise completa de uma proposição usual é possível chegar em componentes absolutamente simples. Por outro lado, uma proposição completamente articulada parece ir de encontro aos fatos (Ibid.). Assim como aparecem, os fatos envolvem um grau de complexidade que, talvez, esteja totalmente claro no sentido das proposições cotidianas. Ora, não parece haver dúvidas a respeito do sentido de “o relógio está sobre a mesa”, esta proposição descreve claramente este complexo diante de mim. A partir disso, não seria possível dizer que a lógica se aplicaria às proposições usuais? (cf. 19/06/1915 e 20/06/1915).

Um exemplo de como a lógica se aplica com êxito à linguagem cotidiana é evidenciado no modo como *a matemática se aplica às proposições da física* (ibid. 20/06/1915). É certo que nos teoremas da “física matemática” não aparecem as formas lógicas dos objetos (“coisas”, “funções” etc; ibid.), funções e relações são pensadas matematicamente, os números aqui tomam o lugar dos objetos. Nesse caso, para que as proposições da física tenham sentido, é necessário revelar como os números podem ser aplicados a elas; por exemplo, a “fórmula” “ $F=m.a$ ” não tem sentido algum ao ser apresentada sem aplicação dos números. No máximo, uma “proposição” desse tipo pode mostrar a regra pela qual podemos compará-la ao mundo, ela mostra uma forma pela qual um fato pode ser descrito. Entretanto, se a sua aplicação não é determinada, o seu sentido também não pode ser determinado. O valor de “F” seria o produto da aplicação dos números para as variáveis “m” e “a” na proposição “ $F=m.a$ ”. A linguagem da “física matemática” aplicada diretamente às proposições usuais, nos mostraria que uma tal linguagem também fala de coisas, relações, propriedades, etc. Dizer que, por exemplo, este comprimento tem dois metros ou que a massa e a aceleração do menino que passa de bicicleta na rua produz a força de 10N, é aplicar a matemática (os números) sobre as proposições usuais.

É claro que as proposições usuais precisam ser preparadas para entrarem em acordo com a matemática. Para falar acerca “do metro dessa mesa”, seria necessário defini-lo, “dizendo, qual a distância entre as duas superfícies, etc. etc.” (ibid.). Talvez fosse o caso de dizer que as proposições da física são mais adequadas à matemática, na medida em que tais proposições se aproximariam das proposições que expressam seus sentidos plenamente. Todavia, as proposições usuais e as da física são igualmente nítidas, elas expressam um sentido determinado. A diferença entre elas é que as proposições da física têm uma aplicação mais consistente de seus sinais e as proposições usuais menos consistente. Ao que tudo indica, ambas são perfeitamente aplicáveis aos fatos que elas

descrevem, elas se diferenciam apenas na forma pela qual pretendem descrevê-los. A forma “ $F=m.a$ ” parece fornecer uma descrição mais detalhada quando aplicada ao fato que ela pretende descrever – a força de um determinado objeto é o produto de sua massa e aceleração.

A proposição usual, por sua vez, parece não detalhar tão bem o fato que ela descreve, mesmo que ela o descreva de maneira totalmente nítida; a proposição “o livro está sobre a mesa” representa o meu sentido completamente, mas, p.ex., eu utilizo a palavra “estar sobre” com uma referência *especial* aqui, e alhures ela tenha uma outra referência” (ibid.). Esse exemplo mostra que minhas proposições, aquelas que utilizo no uso cotidiano, não mostram em sua forma aparente um modo completamente claro para a sua aplicação. Se eu utilizasse a palavra “estar sobre” com uma referência diferente, talvez eu não pudesse compreender o modo como a proposição “o livro está sobre a mesa” deveria ser aplicada ao fato. Se esse for o caso, então, o que eu intenciono (*menine*) com “estar sobre” revela uma relação especial que realmente o livro agora tem com a mesa (ibid.). A partir dessas observações, Wittgenstein parece considerar que o sentido pleno das proposições usuais é determinado por *mim*, no modo como *eu* utilizo certas palavras para a expressar o *meu* sentido. Mesmo que haja casos que eu não reconheça de imediato o significado de “estar sobre” – ou que eu não consiga determinar se o livro ainda está sobre a mesa –, eu sei claramente o que pretendo dizer com a proposição “o livro está sobre a mesa”: eu utilizo “estar sobre” com uma referência especial, que indica uma relação especial que este livro tem agora/aqui (*jetzt*) com esta mesa.

Exploremos um pouco mais como Wittgenstein ressalta a importância do eu para o modo de aplicação das proposições de minha linguagem sobre o mundo e, com isso, determinar claramente o meu sentido. Os dois últimos dias do ano de 1915 exploram essa temática, ao mesmo tempo em que recuperam o problema do simples e da análise completa.

As proposições em que os nomes de objetos complexos ocorrem são indeterminadas ou, dito de outro modo, o sentido que elas apresentam não é totalmente claro. Para a determinação do sentido, seria necessário recorrer à análise completa da proposição, realizar um processo que definisse os sinais que nelas ocorrem. Ora, se toda proposição usual é uma generalização de um protótipo, então, a possibilidade de determiná-lo já está contida na própria proposição. Toda proposição com sentido revela as condições de sua analisabilidade, ela mostra que “nem tudo está determinado” (ibid. 21/06/1915). A proposição “o livro está sobre a mesa” é indeterminada, pode ocorrer que eu não saiba o significado de “estar sobre” e, por esse motivo, eu teria que analisá-la. Apesar da “forma usual” da proposição ser *perfeitamente clara e simples* em sua *aparência externa*, esta simplicidade é apenas *construída* (ibid., as ênfases em itálico são nossas), resta ainda despir a

proposição de sua generalidade e mostrar a simplicidade real de sua forma, o que pode ser determinado apenas com o esclarecimento dos protótipos por meio da análise. Mas ainda persiste a pergunta: o que seria a simplicidade, digamos, real que as proposições usuais escamoteiam em suas formas aparentes? E, no fim das contas, a questão é a de determinar o final da análise, se é necessário efetivá-la.

A primeira entrada do dia 21/06/1915 retoma, mais uma vez, este problema: “A nossa dificuldade era a de sempre falar de objetos simples e não saber citar um único” (Ibid.). Mesmo que essa simplicidade real, da qual sempre falamos sem sequer fornecer um exemplo, seja logicamente necessária para o conceito de análise, talvez, ela seja supérflua quando examinado o modo como a lógica se aplica a linguagem cotidiana. Por exemplo: a proposição “Sócrates é mortal” segue-se logicamente das proposições “todos os homens são mortais” e “Sócrates é homem”. Os sentidos dessas proposições estão claramente expressos, sem que seja necessário saber qual a estrutura da coisa Sócrates ou a propriedade que a mortalidade tem. “Estes funcionam aqui como objetos simples” (Ibid.). O uso sintático dos nomes “Sócrates” e “mortal” caracteriza a forma e o conteúdo das proposições em que eles podem ser empregados, eles determinam uma forma lógica. A maneira como emprego estes nomes não é denunciada pela estrutura de seus significados (das coisas), mas tão somente pelas possibilidades lógicas inscritas na natureza desses sinais, isto é, os nomes mostram as possibilidades lógicas de sua aplicação em proposições usuais. Nesse caso, os nomes são tratados como “sinais *essencialmente simples*./ Ele (o sinal) funciona como um objeto simples [...]/ A sua *composição* se torna perfeitamente *indiferente* [...]/ Sempre parece como se houvesse objetos complexos funcionando como simples e, então, também como *realmente* simples” (Ibid.). Parece, portanto, que Wittgenstein abre a possibilidade de tratar os nomes próprios (de objetos complexos) enquanto sinais *essencialmente simples* e, a partir disso, determinar os seus significados como objetos *realmente* simples, como se a simplicidade essencial do sinal abstraísse de toda a complexidade do objeto significado.

O sentido expresso por meio das proposições usuais, assim como, o significado dos sinais que nelas ocorrem, é determinado por mim, eu sou capaz de justificar o sentido vago das proposições usuais. Esse papel fundamental que o sujeito tem para a determinação do sentido das proposições e do significado dos nomes é apresentado na última nota do ano de 1915. Wittgenstein observa que o modo como eu aplico as minhas proposições sobre o mundo determina o sentido que elas expressam.

Ora, é claro que eu sei o que eu intento com uma proposição vaga (ibid., 22/06/1915). Ainda que eu saiba claramente o que quero dizer com “o livro está sobre a mesa”, alguém poderia pedir

para que eu desse mais detalhes sobre o sentido da proposição; essa pessoa poderia estar me questionando sobre o significado que atribuo a palavra “estar sobre”, ela exigiria uma determinação mais clara do meu sentido. Se eu titubeasse ao respondê-la, obviamente, revelar-se-ia que “eu não sabia o que eu intencionava com estar sobre *em geral*” (Ibid.). Quer dizer, talvez, haja várias maneiras de compreender “estar sobre”, as quais eu não posso saber de antemão – o livro poderia estar de tal modo “sobre” a mesa que, talvez, eu não soubesse dizer se ele está ou não sobre a mesa, eu não conseguiria determinar se minha proposição é verdadeira ou falsa. Entretanto, eu tenho de saber o que eu quero dizer com a minha proposição, se alguém me aborrecesse exigindo uma explicação mais pormenorizada de meu sentido, eu apontaria com o meu dedo para o complexo que pretendo descrever e diria “*eu sei* o que eu intento, eu intento ISTO” (Ibid.). A partir dessa passagem é possível concluir que, mesmo que em um curto período de tempo, Wittgenstein trabalhou a alternativa de determinar o sentido pleno das proposições usuais sem a análise completa, uma vez que eu posso determinar os complexos que elas afiguram com o meu dedo. No caso de “o livro está sobre a mesa”, o complexo que aponto para determinar o sentido desta proposição mostra a relação real entre dois objetos, mostra realmente que, DE QUALQUER MODO, o fato deixa-se também afigurar por esta forma (ibid.). Nesse sentido, eu sou capaz de determinar a forma do fato afigurado quando aponto com o meu dedo o que pretendia dizer com minhas palavras.

Ao que tudo indica, Wittgenstein considerava, em 1915, que a aplicação de uma forma proposicional sobre o fato afigurado era determinada por mim, quando aponto para o complexo que quero descrever e, com isso, eu determinaria não apenas o sentido de minha proposição, mas também, a forma lógica do complexo que ela afigura. É claro que a determinação do meu sentido tem como condição o uso que faço de um nome na proposição. Aparentemente, quando utilizo um nome em minhas proposições, determino a comunhão de uma forma e um conteúdo, caracterizo uma forma proposicional. Ao fazer um uso sintático específico dos nomes “livro”, “mesa” e “estar sobre”, estabeleço a forma lógica do complexo que pretendo afigurar: de que há dois objetos em uma relação determinada. Pouco importa se o nome significa um objeto complexo ou objeto simples; quando eu os utilizo em minhas proposições e lhes atribuo um significado, eles caracterizam sinais essencialmente simples que sinalizam objetos simples. Com isso, o objeto seria *simples para mim*:

Quando eu agora faço isso (se referindo ao apontar para o complexo) e designo os objetos com nomes, tornam-se eles assim simples? [...]

Este objeto é para *mim simples*!

Quando um nome designa um objeto, então, estabelece uma relação com ele que é totalmente caracterizada e condicionada pelo tipo lógico do objeto.

E é claro que o objeto tem de ter um tipo lógico determinado, sendo ele tão complexo ou tão simples como ele justamente é. (NB, 22/06/1915; o acréscimo entre parênteses é meu)

A partir dessas considerações, podemos ressaltar o papel de destaque que Wittgenstein atribui ao sujeito. Eu sou a condição de determinação do sentido de minhas proposições, do uso sintático que faço dos nomes através delas. Por meio desse ponto de vista, é possível aplicar as proposições usuais diretamente ao mundo. Ora, os nomes cumprem todos os requisitos lógicos quando eu os utilizo em minhas proposições: caracterizam uma forma e um conteúdo, determinam uma forma lógica específica. Esse seria um modo de esclarecer como as proposições usuais mostram um sentido claro. É óbvio que em muitos casos eu não sei com total clareza o sentido completo de minhas proposições, como bem revela o caso de alguém exigir a explicação exata de meu sentido – a explicação do modo como aplico esta proposição ao mundo –; se isso acontecesse, basta eu apontar com o meu dedo para o complexo que quero descrever. Ao mostrar como aplico a minha proposição sobre o fato, eu determino a forma desse fato e, além disso, determino a forma dos objetos que o constituem. Uma vez que todo nome tem de ser considerado como sinal simples e que estes têm que *signalizar objetos simples* (cf. 21/06/1915), então, este objeto que significo por meio do uso dos nomes em minhas proposições é *simples para mim*. Desse modo, em 1915, os *Notebooks* consideram a caracterização do eu enquanto condição de possibilidade do sentido proposicional e da possibilidade de determinação do simples. Não podemos deixar de notar que essa condição tem um aspecto empírico: o uso sintático que eu faço dos nomes, a determinação de seus significados e do sentido são estabelecidos quando eu aponto com o meu dedo o modo como aplico minhas proposições sobre os fatos.

Essa caracterização empírica do sujeito deve ser contrastada com as anotações sobre o solipsismo. É certo que as anotações de 23/05/1915 e as do final 1915 retratam o eu enquanto uma condição da linguagem e do mundo. Porém, nessas últimas, o sujeito enquanto condição não é caracterizado por sua inexistência. O solipsismo mostrava que o sujeito deveria ser considerado como uma *Weltseele*, que teria um ponto de vista único sobre a linguagem e o mundo e, portanto, tinha de ser considerado como limite (condição) desses dois âmbitos. Esse ponto de vista privilegiado que o eu do solipsismo teria em relação à linguagem e ao mundo, mostraria que, em um sentido importante, o sujeito não existe: por ser a condição única de descrição completa de todos os fatos do mundo – o livro “o mundo tal como o encontro” –, o sujeito não pode ser descrito, isto é, ele não pertence ao mundo. No dia 22/06/1915 essa importante inexistência do sujeito não é retomada. É possível observar que, em primeiro lugar, a minha linguagem é colocada em contraposição à linguagem do outro. Não é pelo fato de eu não saber, *prima facie*, o que pretendo dizer com as minhas palavras, mas pelo fato do outro não compreender o que quero dizer com as

minhas proposições. Quando isso acontece, para mostrar ao outro como aplico as minhas proposições sobre o mundo, basta eu apontar com meu dedo para o complexo que pretendo descrever. Nesse caso, o eu se encontra no mundo de “corpo presente” e estabelece um “diálogo” com o outro.

Um outro ponto que merece destaque é que, em 22/06/1915, o problema da análise não foi totalmente dissipado. A simplicidade do objeto é estabelecida por mim. Quer dizer, uma vez que o uso sintático dos nomes em minhas proposições é estabelecido por mim, eu posso relacionar um nome a qualquer objeto que está diante de mim e que constitui o complexo que pretendo descrever: este objeto é *simples para mim*. Assim, a última entrada do dia 22/06/1915 é explícita: “o nome comprime toda a complexidade de sua referência em um só (*Eins zusammen*)”. Portanto nos resta a seguinte questão: essa caracterização dos objetos já providência a plena determinação do meu sentido ou ainda resta esclarecer como uma análise completa tem de determinar aquilo que é realmente simples e, com isso, determinar plenamente o sentido de minhas proposições? A primeira anotação do ano de 1916 retoma exatamente esse ponto: “Mas aonde fica o conceito de objeto simples?” (Ibid. 15/04/1916).

Ainda que, em 1915, o “sujeito empírico” seja caracterizado como uma condição de possibilidade para a determinação do sentido proposicional, na medida que ele determina o significado dos nomes e o sentido de suas proposições ao apontar para o complexo descrito, ele é completamente diferente daquele “sujeito transcendental” caracterizado no *Tractatus* (daquele descrito por Cutler em seu artigo). A primeira diferença pode ser retratada de maneira imediata: em 1915, ainda há espaço para um sujeito que se encontra no mundo, ele existe em algum sentido; em contraposição, o sujeito de 1921 é transcendental e, conseqüentemente, não faz parte dos acontecimentos mundanos. Uma outra diferença é marcada pelo fato de que, em 1915, Wittgenstein ainda não havia notado a coincidência entre solipsismo e realismo. Nesse sentido, as anotações de 1915 deixam margem para o contraste entre o “simples para mim” e, digamos, “o simples em si”. Por sua vez, os aforismos 5.6’s mostram que solipsismo e o puro realismo se coincidem, isto é, que não pode haver contraste entre o “simples para mim” e o “simples em si”: “o eu do solipsismo reduz-se a um ponto sem extensão e resta a realidade coordenada a ele” (TLP, 5.64). Na conclusão desta dissertação, investigaremos como essa “transcendentalidade do eu”, que faz coincidir o solipsismo com o puro realismo, pode ser encontrada nas anotações de 1916 dos *Notebooks*. Com isso, indicaremos como o sujeito transcendental, ao estilo tractariano, tem a sua gênese nos *Notebooks*.

CONCLUSÃO

Argumentamos ao longo desse estudo que a gênese do eu no primeiro Wittgenstein é indissociável do conceito de análise. A possibilidade e efetividade de uma análise completa das proposições usais é problematizado no início dos *Notebooks*, problema que afeta a tarefa da filosofia e a autonomia da lógica. A princípio, as *Notes on Logic* e as *Notes dictated to Moore* caracterizavam a lógica como a base da filosofia e a metafísica como uma consequência daquela. Ainda nas anotações de 1913 e de abril de 1914, a lógica deveria possibilitar o esclarecimento da forma geral (os indefiníveis gerais) e esclarecer a possibilidade de uma análise completa, isto é, como um “complexo aparente pode ser resolvido no cálculo lógico de seus constituintes”. No entanto, essas notas já mostravam que a efetividade de uma análise não era necessária à lógica, ainda que ela fosse importante. A efetividade da análise teria uma importância para a metafísica, ela completaria os propósitos filosóficos, pois ela não apenas determinaria quais as formas particulares de proposições atômicas como também as formas particulares dos fatos – o que caracteriza uma “tarefa metafísica” por excelência.

Mais tarde, no início dos *Notebooks*, a possibilidade e efetividade da análise constituem um problema para a filosofia e para a autonomia da lógica. Se a análise completa não fosse levada a cabo, se não fosse possível reconhecer qual o seu fim, seria impossível determinar a forma particular de um sinal e, portanto, seria impossível determinar a forma particular de um fato. Claramente, sem a análise completa, a filosofia não poderia realizar a tarefa que originalmente (nas *Notes on Logic*) Wittgenstein lhe atribuía. Essa dificuldade revela que a autonomia da lógica também encontra-se em apuros. A análise efetiva não pode justificar as regras sintáticas para os sinais, ela não justifica as condições que fazem um sinal ser essencialmente significativo; tais condições devem ser estabelecidas de maneira totalmente geral pela lógica. Um outro ponto salientado nesta dissertação, é que a lógica não se vê capaz de fornecer o um parâmetro lógico de analisabilidade e nem um critério lógico que possibilite reconhecer qual o final da análise. Uma alternativa que o início dos *Notebooks* intenta para escapar desse imbróglio, consiste em trabalhar com as proposições usuais assim como elas estão. Ora se, por exemplo, a forma de uma proposição sujeito-predicado é idêntica forma sujeito-predicado de um sinal, então, sinal e proposição não se distinguiriam. Nesse caso, buscar na forma do sinal um modo mais adequado para expressar um sentido não seria necessário. A proposição em sua forma usual já revelaria um sentido completamente determinado.

Em 1915, Wittgenstein retoma o problema da possibilidade de uma análise completa e como ela afeta a autonomia da lógica. Nesse período, a dificuldade se impõe sobre o critério lógico para o

reconhecimento do final da análise, se a lógica pode passar sem objetos simples e se eles têm de ser alcançados por meio de um processo de análise das proposições usuais. As considerações acerca do eu aparecem nesse contexto. A primeira delas, introduz o sujeito do solipsismo, um sujeito que é um limite (uma condição) da linguagem e do mundo. Dizer que os limites de minha linguagem significam os limites de meu mundo, é mostrar que o mundo é determinado através do ponto de vista único de um sujeito postado em seus limites, que por meio de minha linguagem sou capaz de descrever todos os fatos do mundo. As anotações do dia 23/05/1915, revelam que um nome em uma proposição completamente analisada mostra uma forma e um conteúdo comum, determina uma relação simples entre o nome e um objeto simples enquanto seu significado. Uma vez que os nomes são sinais essencialmente simples, que não são decompostos por meio da análise, eles determinam os limites de minha linguagem. Por meio da relação simples que eu determino entre nomes e objetos simples, revela-se a maneira como os limites de minha linguagem significam os limites de meu mundo. Esse seria um ponto de encontro entre o sujeito do *Tractatus* e o dos *Notebooks*. Ambos são introduzidos pela via do solipsismo, e determinam quais os significados dos nomes e as formas das proposições elementares. Tanto no *Tractatus* quanto nas notas de 23/05/1915, o sujeito estaria ao final do processo de análise e determinaria qual objeto simples um nome significa – com isso, conseguiríamos esclarecer como uma das teses de Cuter está presente nos *Notebooks*.

Entretanto, Wittgenstein afirma que há nomes de objetos complexos, que cumprem o mesmo papel de nomes para objetos simples: eles determinam a relação simples entre o sinal e seu significado e determinam a comunhão de uma forma e um conteúdo. Essa possibilidade de nomear objetos complexos, recoloca o problema da análise. Uma dificuldade que a análise enfrenta é a possibilidade dos fatos serem infinitamente complexos: se um fato é infinitamente complexo, para descrevê-lo completamente, seria necessárias infinitas proposições que falassem das infinitas partes constituintes desse complexo; se esse fosse o caso, seria impossível determinar plenamente o sentido das proposições usuais.

As anotações sobre a complexidade infinita, nos mostram uma outra característica peculiar do sujeito. Em um primeiro momento, se a plena determinação de minhas proposições é necessária, então, a análise tem que partir de *meu sentido*. Ora, é o sentido de *minhas proposições* que *eu quero* determinar. À primeira vista, isso permitiria identificar um parâmetro para o processo de análise, pois a análise deveria proceder a partir do sentido vago que minhas proposições expressam. No entanto, em um segundo momento, a análise não seria totalmente necessária para a determinação de meu sentido, já que eu sou capaz de aplicar a minha proposição ao complexo que pretendo descrever. Quando alguém me questiona sobre o sentido preciso que expresso com a minha

proposição, para determiná-lo precisamente, eu aponto com o meu dedo para o complexo que quero descrever e digo: é exatamente isso que quero dizer com as minhas palavras. Nesse caso, eu determinaria imediatamente o modo de aplicação de minhas proposições sem a necessidade de uma análise. Com isso, elas teriam um sentido completamente determinado e os nomes que nelas ocorrem, seriam sinais essencialmente simples que indicam objetos simples, objetos que são *para mim simples*. Esse sujeito que aponta com o dedo o sentido que expressa com suas proposições, denominamos de sujeito empírico – que está no mundo –, em contraposição ao sujeito do solipsismo – que não está inserido no interior dos fatos.

Com essas observações, podemos reconhecer que, nos *Notebooks*, Wittgenstein buscava esclarecer como o sujeito deveria ser considerado como uma condição para a determinação do sentido proposicional. Todavia, destacamos que o sujeito das anotações de 1915 é diferente daquele que se apresenta nos aforismos 5.6's e, portanto, diferente das teses apresentadas por Cutler a respeito da necessidade do sujeito para o *Tractatus*. Cabe agora investigarmos como um sujeito tractariano está presente nos *Notebooks*, especificamente, nas anotações de 1916.

I

Um primeiro ponto que merece atenção é que a possibilidade e efetividade de uma análise completa, em 1916, não mais se apresenta como um problema para Wittgenstein. Ainda que o dia 15/04/1916 se questione acerca do conceito de objeto simples – “mas aonde fica o conceito de objeto simples?” –, essa questão é dissolvida na seguinte passagem: “nós temos de poder construir funções simples, porque temos de ser capazes de dar um significado a cada sinal” (*NB*, 15/04/1916). A impossibilidade de significação dos sinais implicaria a impossibilidade de construir uma função simples, isto é, uma impossibilidade de construir as proposições elementares. Mesmo que o conceito de objeto simples não se imponha – talvez, porque não é possível fornecer um exemplo de objeto simples –, é necessário que os sinais simples tenham significado para que as proposições elementares possam ser construídas, para que possamos construir proposições que são função e argumento (*ibid.*). Nesse caso, “nós podemos antecipar o que nós mesmos construímos!” (*ibid.*); nós podemos antecipar que os sinais simples têm de poder significar para que possamos construir proposições simples e, conseqüentemente, para que possamos construir as demais proposições da linguagem. É esse ponto que a terceira entrada do dia 16/04/1916 enfatiza: “Suponha que *todas* as proposições simples me fossem dadas, então, pode-se perguntar: quais proposições eu posso com elas construir. E essas são *todas* as proposições e *assim* elas estão *limitadas*”.

As proposições elementares são a base da linguagem, ao operar sobre o sentido delas, eu posso construir diferentes proposições que representam a mesma situação de diferentes maneiras. Por exemplo, “ $\sim p$ ” descreve a mesma situação que “ p ”, porém de maneira “inversa”, a operação de negação inverte o sentido de “ p ”; se “ p ” afirmava que um determinado estado de coisa existe no mundo, “ $\sim p$ ” toma esse mesmo estado de coisas para a construção de seu sentido, mas com uma escolha diferente da primeira proposição: ela diz que o determinado estado de coisas não existe, que este estado de coisas pode não ocorrer no mundo. Uma vez realizada a análise completa, seria possível determinar quais são as proposições elementares e como elas descrevem completamente uma situação, além disso, seria possível operar sobre os seus sentidos, construindo assim proposições cada vez mais gerais, tomando o resultado de uma operação como base para construir uma nova proposição (Ibid. 23/07/1916).

A hierarquia entre proposições não pode depender da realidade (ibid. 26/04/1916). A construção de uma proposição a partir de proposições elementares não depende do mundo, depende apenas do modo como as construo. Posso antecipar sobre o mundo a sua estrutura essencial, isto é, que as proposições elementares devem descrever como os objetos estão concatenados em estados de coisas. Se “a realidade empírica é limitada pelo número de objetos” (ibid.), então, eu posso descrevê-la completamente quando alcançada as proposições que falam acerca deles, proposições completamente analisadas em que os nomes estabelecem relações com objetos simples. Por esse ponto de vista, é possível reconhecer que o “limite da realidade empírica” se mostra nas proposições elementares (ibid.). Quer dizer, a correlação entre nomes e objetos determina o significado dos termos das proposições elementares e, a partir dessas, posso construir outras proposições. Linguagem e mundo têm os mesmos limites, os limites daquela significam os limites desse.

Através desse contexto, podemos identificar um sujeito transcendental presente nos *Notebooks*. Um primeiro ponto se apresenta no modo como *eu* posso construir proposições a partir da totalidade de proposições elementares que *me* são dadas. Ou, dito de outro modo, se ao final do processo de análise completa das proposições usuais chega-se em proposições elementares, então, bastaria perguntar quais proposições *eu* posso construir a partir dessas. Desse modo, poderíamos reconhecer um sujeito responsável por construir proposições a partir de proposições mais simples, um sujeito responsável por operar sobre o sentido das proposições. Esse eu que opera sobre o sentido, que constrói proposições, parece cumprir um papel idêntico àquele que Custer caracteriza como sendo o do sujeito transcendental do *Tractatus*: as operações de verdade não acontecem no interior do mundo – elas têm de ser independentes da realidade –, elas são necessárias para construir proposições a partir proposições mais simples; conseqüentemente, um sujeito que é condição desse

“ato de operar” também não pode existir no interior do mundo, ele se mostra nos limites do mundo como uma condição de possibilidade do sentido proposicional (cf. CUTER, 2006, p. 180).

Os *Notebooks* nos oferecem algumas anotações peculiares sobre esse sujeito que não está no interior do mundo. É certo que, em 1916, ele é reintroduzido por meio das considerações acerca da ética, do “sentido da vida” e como a minha vontade contempla o mundo enquanto uma totalidade limitada⁴⁰. Não analisaremos como Wittgenstein apresenta o “sujeito da ética” nos *Notebooks*, apenas examinaremos como a partir das anotações sobre a ética é possível reconhecer um sujeito que direciona a sua vontade para os limites do mundo, não apenas para contemplar estes limites, mas também para dar significado aos nomes. Um primeiro passo para reconhecer esse ponto está nas passagens do dia 02/08/1916, em que o sujeito é caracterizado como uma condição do mundo:

Bem e mal entram apenas com o *sujeito*. E o sujeito não pertence ao mundo, mas é um limite do mundo.
 Pode-se (schopenhauerianamente) dizer: não é o mundo da representação que é bom ou mau, mas o sujeito volitivo.
 [...]
 O sujeito não é uma parte do mundo, mas uma condição de sua existência, assim bem e mal são predicados do sujeito e não propriedades do mundo.
 A natureza do sujeito está aqui totalmente velada.
 Sim, meu trabalho se estendeu dos fundamentos da lógica para a natureza do mundo. (NB, 02/08/1916).

Nessa passagem, Wittgenstein enfatiza que o sujeito volitivo, que direciona a sua vontade ao mundo para contemplá-lo enquanto totalidade limitada, é a condição do bem e do mal – bem e mal são predicados do sujeito volitivo. Entretanto, o mundo enquanto representação, não está subjugado a esta vontade que se direciona ao bem e ao mal, aos predicados do sujeito que se encontram além dos fatos. O mundo não é bom e nem mau, ele se constitui como uma das possibilidades de representação do sujeito volitivo. O sujeito não se apresenta como um fato dentre outros fatos possíveis, ele é a condição de possibilidade desses, uma condição absolutamente necessária ao mundo. A linguagem espelha as condições necessárias ao mundo, linguagem e mundo têm os mesmos limites; conseqüentemente as condições de minha linguagem espelham as condições do meu mundo – o que já era enfatizado nas considerações acerca do solipsismo no dia 23/05/1915. Se é fundamental à lógica mostrar aquilo que é essencial à linguagem, as condições que possibilitam a constituição do sentido proposicional, então, ao caracterizar essas condições, a lógica também esclarece a natureza do mundo. O sujeito é uma condição da linguagem, uma condição da existência do mundo, portanto, logicamente necessário para a constituição desses dois âmbitos.

Mas como esse sujeito é absolutamente necessário à linguagem e ao mundo? Além de operar sobre o sentido das proposições elementares para a construção de proposições mais gerais, o eu
 40 cf. NB, 11/06/1916, 05-06/07/1916, 21-30/07/1916.

confronta cada objeto de maneira totalmente objetiva, isto é, o sujeito é completamente necessário para a determinação dos objetos: “Eu confronto objetivamente cada objeto. Não o eu” (ibid. 11/08/1916). O eu não se apresenta como um fato no interior do mundo e também não pode constituir estes fatos enquanto forma e conteúdo, o “Eu não é um objeto” (ibid. 07/08/1916). Por esse viés, podemos observar mais um traço em que o sujeito dos *Notebooks* caracteriza-se como o sujeito transcendental do *Tractatus*. As anotações do dia 04/08/1916 e 11/08/1916 antecipam boa parte dos aforismos 5.6’s, elas antecipam a analogia do olho e do campo visual que retrata como o sujeito não está no interior do mundo. É impossível ver o olho no interior do campo visual, assim como, é impossível reconhecer no interior do campo visual que algo é visto a partir de um olho (Ibid. 04/08/1916). De maneira análoga, o sujeito metafísico não se apresenta no interior do mundo, não posso descrevê-lo como um fato dentre outros fatos, da mesma forma que, é impossível inferir a partir dos fatos que o sujeito metafísico é responsável por descrevê-los. Entretanto, ainda que esse eu não apareça no interior do mundo, ele confronta objetivamente cada objeto, revelando assim que é possível falar de um eu na filosofia “de maneira não psicológica” (ibid. 11/08/1916). E essa maneira não psicológica de falar sobre o eu reintroduz as considerações sobre o solipsismo: “O eu entra na filosofia através de que o mundo é *meu* mundo” (ibid. 12/08/1916).

A partir dessas considerações, o solipsismo começa a ganhar contornos similares aquele que aparecerá no *Tractatus*: estritamente pensado, o solipsismo coincide com o puro realismo (ibid. 02/09/1916). O solipsismo caracteriza o sujeito enquanto centro do mundo, enquanto uma condição, um limite, que possibilita representar a totalidade do mundo. Como já apontamos acima, o eu não se apresenta no interior do mundo, ele não é o corpo humano ou a alma humana, que está condicionado por características físicas e psicológicas. Um sujeito que vai ao cinema, que está com fome ou que tem dor de dente, está condicionado às contingências mundanas e psicológicas – o ingresso do cinema poderia se esgotar ou minha dor de dente poderia desaparecer depois de uma visita ao dentista –, por esse motivo, é absolutamente possível descrever esse sujeito. Ademais, aquilo que as outras pessoas me dizem sobre o mundo é uma parcela de minha experiência do mundo e, portanto, algo que é possível descrever completamente (ibid.). Por sua vez, o sujeito metafísico não é um fato passível de descrição, ele próprio tem de ser a condição para a descrição dos fatos: “Eu quero relatar como *eu* encontro o mundo [...]. *Eu* tenho que avaliar o mundo, que mensurar as coisas” (ibid.). Nesse caso, como eu encontro o mundo consistiria em uma descrição completa de meu mundo, uma descrição que me permitiria avaliar os fatos completamente e determinar como as coisas constituem os limites do mundo. No fim das contas, ao avaliar a totalidade do mundo, de descrevê-lo completamente, é possível reconhecer a única coisa que não

pode ser descrita é o próprio eu. Ainda que o solipsismo mostre que o sujeito é uma condição da linguagem e do mundo, ele não observa que o pronome “eu” em suas proposições não determina uma coisa ou um fato no mundo. O “eu do solipsismo” é reduzido a um ponto sem extensão, que está completamente excluído do mundo, mas a realidade está coordenada a ele⁴¹.

Com isso, teríamos a caracterização daquele sujeito que seria responsável por dar nomes as coisas. Postado nos limites do mundo, o sujeito faria a escolha de qual objeto seria o significado de um nome. Essa escolha peculiar que Cuter endereça ao sujeito do *Tractatus* pode ser também antevista nas anotações de 1916. Ao relatar completamente o mundo tal como o encontro, quando as proposições de minha linguagem fossem completamente analisadas, seria possível determinar como um nome se relaciona a um objeto específico e, tal como aparece no dia 02/09/1916, eu seria capaz de avaliar o mundo, de *medir as coisas*. Aqui também teríamos aquela vontade postada nos limites do mundo, responsável por fazer um tipo fundamental de escolha: de o que é nome de quê; uma vontade⁴² que estabelece conexões entre linguagem e mundo (cf. CUTER, 2006, pp. 171, 174 e 184).

Nos *Notebooks*, a coincidência entre solipsismo e realismo é caracterizada de maneira diferente do que aquela encontrada no *Tractatus*. Em 1916, Wittgenstein parte do idealismo para mostrar a coincidência entre solipsismo e realismo:

O caminho que percorri é este: o idealismo separa do mundo o homem como único, o solipsismo eu apenas e, finalmente, eu vejo que também pertença ao restante do mundo, que de um lado nada resta, que do outro resta *o mundo* como único. Assim, o idealismo rigorosamente pensado leva ao realismo. (NB, 15/10/1916)

Essa passagem nos permite avaliar como as diversas etapas de reflexão dos *Notebooks* podem ser caracterizadas a partir dessas três perspectivas (idealismo, solipsismo e realismo). O idealismo parece ser destacado, em um primeiro momento, como a própria linguagem. Separar o homem como único, mostra que a linguagem (humana) é capaz de descrever a totalidade do mundo. Uma outra alternativa pode ser aquela que examinamos no segundo capítulo desta dissertação: dizer que uma coisa simples é aquela que a nossa análise alcança, parece colocar a nossa linguagem como um ponto de vista privilegiado sobre o mundo. Mas se essa tese idealista for radicalizada, não é a

41 É nesse sentido que o “simples para mim” coincide com o “simples em si”. Que o objeto é simples para mim não me coloca com um fato privilegiado do mundo, mas me mostra objetivamente cada coisa, isto é, que os “objetos simples em si” revelam-se a partir de minha perspectiva única sobre o mundo e, portanto, uma perspectiva transcendental.

42 O termo minha vontade relacionada ao “Bedeutung” das coisas aparece no dia 15/10/1916. Ainda que essa passagem possa ser fundamental para a relação entre os *Notebooks* e as teses de Cuter, ela parece ser um tanto quanto problemática. Nesse trecho Wittgenstein diz que “as coisas obtêm ‘significado’ através da relação com a minha vontade”; o que é estranho aqui é que as coisas ganham significado e não os nomes. Hacker observa uma característica semântica nessa passagem: “As coisas adquirem significado apenas em relação com a minha vontade”, não é apenas um princípio ético, mas um semântico. Os sinais proposicional são meras ‘inscrições’, apenas com relação a minha vontade eles constituem símbolos” (HACKER, 1987, p. 100).

linguagem (humana) – ou a nossa linguagem – que é destacada como um ponto de vista único acerca do mundo; é a minha linguagem que ganha destaque. A partir da análise completa das proposições de minha linguagem, sou capaz de descrever completamente todos os fatos de meu mundo e, nesse caso, é o meu ponto de vista que é único. Mas ao avaliar precisamente a tese solipsista, vemos que este eu não se apresenta como um fato dentre outros fatos, ele é um limite que não se apresenta no interior do mundo e nem pode estar presente “fora” do mundo. Nada resta para além do mundo e se há um “eu”, ele tem de se apresentar no interior do mundo, como um fato dentre outros fatos e, por isso, estaria desprovido daquela característica transcendental que o solipsismo tenta dizer enquanto verdade. O que resta é apenas a realidade, o mundo, sem um ponto de vista privilegiado em seu interior ou fora dela. Desse modo, o idealismo – assim como a sua consequência radical, o solipsismo – coincide com o puro realismo.

II

Como vimos acima, podemos fazer uma reconstrução da gênese do sujeito no *Tractatus* e a gênese das teses que Cuter explora em seu artigo. O conceito de análise constitui um ponto fundamental para a compreensão do conceito de proposição desde os primeiros escritos de Wittgenstein até a obra que encerra esse período em 1921. A partir das leituras dos aforismos 5.6's e a relação que esses aforismos têm com o restante do *Tractatus*, assomada com as teses desenvolvidas por Cuter, podemos observar uma estreita relação entre o conceito de análise e o sujeito transcendental: ao final do processo de análise completa das proposições usuais, ter-se-ia proposições que são uma concatenação de nomes em uma relação imediata com o mundo e, a partir delas, seria possível construir proposições mais gerais por meio de operações lógicas. Esta relação que estabelece um significado determinado a um nome, que faz um sinal ser determinado enquanto símbolo, é caracterizada como uma ação do sujeito nos limites do mundo. Além de nomear, o sujeito é responsável por operar sobre o sentido das proposições; nesse caso, uma vez alcançadas as proposições elementares por meio da análise, seria possível construir proposições que têm os seus sentidos constituídos a partir daquelas.

As teses de Cuter, portanto, mostram que o papel do sujeito transcendental revela-se ao final do processo de análise – ao final da análise seria possível reconhecer como eu nomeio os objetos e como posso construir proposições a partir de proposições elementares. Esse papel do sujeito transcendental pode também ser encontrado nos *Notebooks*, como indicamos no primeiro ponto dessa conclusão. Pretendemos agora ressaltar um outro ponto que emerge nos escritos de

Wittgenstein a respeito do sujeito transcendental e, ainda que ele se diferenciem das teses de Cuter, só pode ser tratado por meio delas: o sujeito mostra-se apenas ao final da análise como uma necessidade lógica para a determinação dos nomes e para operação? Seria possível identificar um outro papel que o sujeito transcendental é chamado a desempenhar e que também o caracteriza como logicamente necessário para a constituição do sentido proposicional? Pretendemos mostrar três pontos que parecem corroborar para uma resposta afirmativa a essa última questão.

O primeiro ponto que merece atenção, encontra-se nas anotações do dia 23/05/1915 que examinamos na seção 2.3.2 desta dissertação. Ele é destacado naquilo que o solipsismo pretende dizer como verdade, mas que tem de ser mostrado: “*os limites de minha linguagem* significam os limites de meu mundo” (Ibid. 23/05/1915). A tese solipsista mostra que eu sou um limite para a linguagem e para o mundo, uma condição de possibilidade de ambos. Mas, nesse trecho, Wittgenstein destaca que a linguagem é a *minha linguagem* e se tem os mesmos limites do mundo, então, o mundo é o meu mundo. Ao que tudo indica, a totalidade da linguagem está submetida a esta perspectiva única do sujeito, isto é, o pronome possessivo “meu” se aplica tanto às proposições usuais quanto às proposições completamente analisadas. Talvez, esse seja o motivo que, em 1915, Wittgenstein se preocupa não apenas com a maneira como os nomes de objetos simples se relacionam, mas também, se os nomes de objetos complexos podem estabelecer esse mesmo tipo de relação com seus significados. Os nomes para objetos complexos cumprem o mesmo papel que nomes para objetos simples, eles determinam uma forma e um conteúdo comum. A diferença é que na proposição em que o primeiro aparece tem de ser analisada, e essa análise deveria mostrar quais são as proposições com nomes de objetos simples. No entanto, a análise tem de partir das proposições de minha linguagem, daquelas proposições que são utilizadas no cotidiano, é o meu sentido que tem de ser determinado.

Uma versão um pouco mais clara de que a análise deve incidir sobre o sentido de minhas proposições, é destacada no dia 17/05/1915: “Tudo o que eu quero é simplesmente a completa análise do *meu sentido!*”. Para que as proposições usuais tenham seus sentidos determinados plenamente é necessário uma análise completa. Entretanto, é válido lembrarmos que a forma particular das proposições elementares já ocorre nas proposições usuais por meio da generalização, isto é, o protótipo lógico de afiguração está presente nas proposições generalizadas. A proposição usual tem um sentido, apenas ele não é completamente claro na forma do sinal da linguagem cotidiana. Quer dizer, se no modo usual como aplico minhas proposições no mundo elas não têm um sentido completamente determinado, então, é necessário a análise do meu sentido, que eu determine o sentido vago de minhas proposições através de uma análise. Nesse caso, um parâmetro

para efetuar um processo de análise completa de minhas proposições estaria assentado no eu: a análise tem de partir do sentido vago de minhas proposições para a determinação de meu sentido. O critério para determinar a efetividade da análise, para determinar que ela chegou a um fim, também seria o eu: ao final da análise eu nomeio os objetos e, a partir das proposições elementares, eu posso construir proposições cada vez mais gerais.

Essas são razões que nos permitem esclarecer como nos *Notebooks* podemos reconhecer que o sujeito se mostra, não apenas ao final da análise, mas também, digamos, no seu “início”: o sujeito transcendental é absolutamente necessário como “ponto de partida” e como “ponto de chegada” da análise completa das proposições. Talvez essa perspectiva se apresente em um aforismo do *Tractatus*: “se sabemos, por razões puramente lógicas, que deve haver proposições elementares, deve sabê-lo quem quer que entenda proposições em sua forma não analisada” (*TLP*, 5.5562). Podemos compreender esse trecho através do ponto que estamos tratando aqui. Uma proposição de minha linguagem, que tem a sua forma não analisada, necessita de uma análise completa para a determinação de seu sentido. Eu compreendo o sentido de minhas proposições em seu uso cotidiano, mas reconheço que nem tudo está determinado na forma como elas se apresentam, resta ainda determinar o meu sentido. Apenas por meio da análise completa eu seria capaz de determinar o meu sentido, de mostrar como é necessário para a análise de meu sentido chegar a proposições elementares. Desse modo, podemos reconhecer que, “por razões puramente lógicas”, o sujeito transcendental do *Tractatus* é necessário tanto para o “início” da análise completa quanto para o “final” do processo de análise.

REFERÊNCIAS

- ANSCOMBE, Gertrude Elizabeth Margaret. *An introduction to Wittgenstein's Tractatus*. South Bend: St. Augustine's Press, 2000.
- BOUVERESSE, Jacques. *Le Mythe de la Intériorité: expérience et significacion et langage privé chez Wittgenstein*. Paris: Les Éditions De Minuit, 1976.
- _____. *Wittgenstein: la rime et la raison; science, éthique et esthétique*. Paris: Les Éditions De Minuit, 1973.
- CUTER, João Vergílio Galerani. *A ética do Tractatus*. Revista Analytica. Vol. VII, número 2. 2003
- _____. *É necessário que nomes existam?* In: Lia Levy; Marco Zingano; Luiz Carlos Pereira (org.). *Metafísica, Lógica e Outras Coisas Mais*. Rio de Janeiro, NAU, 2012.
- _____. "P" diz P" p dice p. *Theoria* (Madrid), México D.F., v. 8-9, p. 51-60, 1999.
- _____. *Por que o Tractatus necessita de um sujeito transcendental?*. Revista dois pontos; Curitiba, São Carlos; volume 3, nº1. Abril de 2006.
- Diamond, Cora. *The Realistic Spirit: Wittgenstein, Philosophy, and the Mind*. Boston: MIT Press, 1995.
- FAUSTINO, Sílvia. *A experiência indizível: uma introdução ao Tractatus de Wittgenstein*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- GANDON, Sébastien. *Logique et Langage: études sur le premier Wittgenstein*. Paris: VRIN, 2002.
- GLOCK, Hans-Johann. *Kant and Wittgenstein: Philosophy, necessity and representation*. In: *International Journal of Philosophical Studies*, 5/2, 285-305. 1997.
- _____. *Schopenhauer and Wittgenstein: Representation as Language and Will*. In: *The Cambridge Companion to Schopenhauer*, ed. Christopher Janaway. 7th printing 2009.
- HACKER, Peter Michael Stephan. *Insight and illusion: themes in the philosophy of Wittgenstein*. Oxford: Clarendon Press, 1986.
- _____. *Wittgenstein: meaning and mind*. Oxford: Blackwell, 1993.
- _____. *Wittgenstein: mind and will*. Oxford: Blackwell, 1996.
- HINTIKKA, Jaakko. *Ludwig Wittgenstein: half-truths and one-and-a-half-truths*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1996.

_____. *On Wittgenstein Solipsism*. In: *Essays on Wittgenstein's Tractatus*. I.M. Copi and R.W. Beard (ed.). London: Routledge, 2006.

HINTIKKA, Jaakko e Merrill. *Uma investigação Sobre Wittgenstein*; Tradução: Enid Abreu Dobransky. Campinas: Papirus, 1994.

ISHIGURO, Hidé. *Use and reference of names*. In: *Studies in the Philosophy of Wittgenstein*. Peter Winch (Ed.). London: Routhledge & Kegan Paul, 1969.

KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Trad. Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão; introdução e notas de Alexandre Fradique Morujão. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa – 2001.

KENNY, Anthony John Patrick. *Wittgenstein*. Malden: Blackwell Publishing, 2006.

LANDIM FILHO, Raul. *Análise das noções de objeto e de representação em uma filosofia da consciência e em uma filosofia Lógico-Linguística*. Dados – Revista de ciências sociais. Volume 33, número 3; 1990. Rio de Janeiro: IUPERJ.

MALCOLM, Norman. *Wittgenstein: nothing is hidden*. Cambridge: Basil Blackwell, 1986.

MCGUINNESS, Brian. *Approaches to Wittgenstein: collected papers*. London: Routledge, 2005.

MORENO, Arley R. *Wittgenstein: Os labirintos da linguagem: ensaio introdutório* – São Paulo: Moderna; Campinas, SP: Editora da universidade de campinas, 2000. – coleção logos.

MORRIS, Michael. *Routledge philosophy guidebook to Wittgenstein and the Tractatus Logico-Philosophicus*. London: Routledge, 2008.

NARBOUX, Jean-Philippe. *Négation, contradiction et contrariété : sur la théorie éliminativiste de la négation dans l'idéalisme anglais*. *Archives de philosophie*, tome 68, Paris, Bauchesne, automne 2006.

_____. *Négation et totalité dans le Tractatus de Wittgenstein*. In *Lire le Tractatus de Wittgenstein*. C. Chauviré (éd.), Paris, Vrin, 2009.

PRADO JR, Bento. *Erro, ilusão, loucura: ensaios*. São Paulo: Ed. 34, 2004.

PRADO NETO, Bento. *Fenomenologia em Wittgenstein: tempo, cor e figuração*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

_____. *Um aforismo do Tractatus: a "filosofia da psicologia"*. In: Lia Levy; Marco Zingano; Luiz Carlos Pereira (org.). *Metafísica, Lógica e Outras Coisas Mais*. Rio de Janeiro, NAU, 2012.

PEARS, David Francis. *Paradox and platitude in Wittgenstein's philosophy*. Oxford: Clarendon Press, 2006.

_____. *The false prison: a study of the development of Wittgenstein's philosophy*. Oxford: Clarendon Press, 1987. v.1.

POTTER, Michael. *Wittgenstein's notes on logic*. New York: Oxford University Press, 2009.

RUSSELL, Bertrand. *Knowledge by Acquaintance and Knowledge by Description*. In: *Mysticism and Logic – and others essays*. London, George ALLEN Allen & Unwin LTD. 1956.

_____. *On Nature of Acquaintance*. *The Monist*, Vol. 24, No. 3 (JULY, 1914), pp. 435-453.

SANTOS, Luiz Henrique Lopes dos. *A Essência da Proposição e a Essência do Mundo*. In: *Tractatus Logico-Philosophicus*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

_____. *A Harmonia Essencial*. In: *A Crise da Razão*. Adauto Novaes (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHOPENHAUER, Arthur, 1788-1860. *O mundo como vontade e como representação*. Tradução, apresentação, notas e índices de Jair Barboza. -São Paulo: Editora UNESP, 2005.

HÖLSCHER, Thomas. *Logical Solipsism – Reading Wittgenstein Notebooks*. In Ludwig Wittgenstein: Critical assessments of leading philosophers. Stuart Shanker (Ed.); David Kilfoyle (Ed.). London: Routledge, 2002.

WITTGENSTEIN, Ludwig Josef Johann, 1889-1951. *Notebooks (1914-1916)*. Edited by G. H. von WRIGHT and G. E. M. ANSCOMBE. (with an English translation by G. E. M. ANSCOMBE). Blackwell, 1961.

_____. *Notes dictated to G.E. Moore in Norway (1914)*. In: *Notebooks (1914-1916)*, Appendix II. Ed. von Wright and Anscombe. Blackwell, 1961.

_____. *Notes on Logic (1913)*. In: *Notebooks (1914-1916)*, Appendix I. Ed. von Wright and Anscombe. Blackwell, 1961.

_____. *Tractatus Logico-Philosophicus*; Tradução, apresentação e estudos introdutórios de Luiz Henrique Lopes dos Santos; [introdução de Bertand Russell]. – 3ªed. – São Paulo: Edusp, 2010.

ZEMACH, Eddy. *Wittgenstein's Philosophy of the Mystical. Essays on Wittgenstein's Tractatus*. Irving M. Copi (Ed.); Robert W. Beard (Ed.). London: Routledge, 2006.